

ANDREA CRISTIANE KAHMANN

**FRONTEIRA, IDENTIDADE, NARRATIVA:
TRADIÇÃO E TRADUÇÃO EM SERGIO FARACO**

PORTO ALEGRE

2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA COMPARADA
LINHA DE PESQUISA: RELAÇÕES INTERLITERÁRIAS E TRADUÇÃO

FRONTEIRA, IDENTIDADE, NARRATIVA:
TRADIÇÃO E TRADUÇÃO EM SERGIO FARACO

ANDREA CRISTIANE KAHMANN
ORIENTADORA: PROF^a DR^a LÉA MASINA
CO-ORIENTADORA: PROF^a DR^a PATRÍCIA LESSA FLORES DA CUNHA

Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada,
apresentada como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2006

Na noite de 02 de março de 2005, uma prima que trabalhava no Hospital Ana Nery, em Santa Cruz do Sul, burlou o horário de visitas e me deixou entrar para ver meu avô, Ernst Alfred Kahmann, que se recuperava de uma pneumonia. Ele parecia bem, falou um pouco e ao ouvir que eu estava dedicada a concluir o projeto de dissertação, não hesitou em dizer: “Vai minha filha, volta lá pros teus estudos. Não te preocupa que o vô vai ficar bem”. Eu fui, mas com a promessa que o estaria esperando em casa com o chimarrão pronto – “aquela erva de que o senhor gosta!”. Horas depois, o pai me ligava para comunicar o falecimento. No mesmo hospital, num quarto contíguo, o tio Werner Erich Kahmann, sob o efeito da morfina, talvez não tenha compreendido a notícia e, provavelmente, nem percebeu que ficara sozinho enquanto o vô era enterrado. Solteiro e sem filhos, o tio Werner já se acostumara à solidão. Dias depois, quando o visitei, conversamos sobre a proibição de falar alemão durante a Segunda Guerra e ouvi algumas histórias de Santa Cruz que eu ainda não sabia. Lembro de estar observando aquele corpo enfermo e me ocorrer que ele definhava na mesma proporção lenta e dolorosa com que essa dissertação de mestrado tomava forma. A batalha do tio Werner contra a morte duraria mais nove meses. A minha batalha pessoal para ser mestre levaria mais dezoito meses. A esses dois queridos familiares, que celebram comigo, de algum lugar, esta conquista, está dedicado este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Professora Léa Masina, exemplo eterno de erudição, dedicação e simpatia;

À Professora Patrícia Lessa Flores da Cunha, que não mediu esforços para me ajudar a concluir esta empreitada;

A Sergio Faraco, tão gentil e tão sincero, que me recebeu em sua casa, emprestou-me livros e respondeu minhas dúvidas sobre tradução e sobre vida. E a Cybele, pelo delicioso café;

Aos amigos, especialmente: Rosana Candeloro, sempre corrigindo meus erros metodológicos; Lenice Schmitz, parceria de pesquisa e de ginástica, e João Luis Prauchner, por não ter levado a sério as minhas broncas;

A minha família, especialmente: Lori Beatriz Kahmann, minha mãe, que tirou forças não sei de onde para me dar forças quando eu precisava, e Alessandro Kahmann, irmão, braço-direito, digitador, carregador de livros e meu mandatário favorito para realizar matrícula, entregar trabalhos ou pesquisar notas.

Aos colegas e demais professores que acompanharam esta caminhada e, com idéias, abraços e palavras amigas, tornaram-na menos tortuosa.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem o escopo de abordar a produção literária de Sergio Faraco, adentrando ao estudo de fronteiras e de suas implicações nas esferas antropológica, cultural e identitária, valendo-se de ferramentas dos Estudos Culturais e dos Estudos de Tradução. Partiu-se de um duplo viés e considerou-se, especialmente, o enfoque na tradição, que Faraco leva a cabo na sua produção como contista, e na tradução, feita a partir da obra de Mario Arregui, escritor uruguaio com quem o alegretense manteve uma amizade de quase quatro anos, documentada nas cartas trocadas durante o período. Entrementes, visando a estabelecer o debate sobre a literatura dos gaúchos, propôs-se uma análise sobre os influxos platinos no sistema literário sul-rio-grandense, atentando para a oposição / aproximação do personagem gaúcho sul-rio-grandense com relação ao seu Outro castelhano e desvelando as construções de planos simbólicos de referência. Pretendeu-se, pois, abordar a (re)absorção da tradição da gauchidade, amparada no resgate memorialístico que acabou por renovar o regionalismo sul-rio-grandense e que teve em Sergio Faraco um de seus expoentes mais consideráveis. Foram abordados os contos que constroem o Outro platino não mais como inimigo, e sim como mais um pobre marginado buscando sobreviver ao interstício. Da mesma forma, os dois livros que Sergio Faraco traduziu de Mario Arregui deixam entrever o engajamento de pôr na ordem do dia as semelhanças entre os seres humanos de um e outro lado da fronteira. Mais do que mera reprodução do Outro em língua vernácula ou um processo de tradução cultural, o acolhimento dos platinos, por parte de Faraco, ilustra a disposição de trazer ao debate as semelhanças narrativas, culturais e ideológicas que voltam a unir esse pampa, outrora sem alambrado. Nessa trilha, empregou-se a metodologia comparatista, dispondo de uma organização inferencial dedutiva e partindo-se de postulados gerais rumo ao particular. Além de suprir uma lacuna na produção acadêmica, que tão pouco tem abordado esse importante escritor e tradutor, espera-se estar contribuindo para o estudo de fronteiras na literatura e do contrabando de imaginários, incitando novos temas em face das teorias críticas latino-americanas.

RESUMEN

Este trabajo tiene el objetivo de llevar a cabo un abordaje sobre la producción literaria de Sergio Faraco, ingresando al estudio de fronteras y de sus implicaciones ante las esferas antropológica, cultural e identitaria. Serán consideradas, para tanto, herramientas de Estudios Culturales y de Estudios de Traducción. Se ha partido de una doble mirada y se ha considerado, especialmente, la importancia de la tradición, que Faraco deja entrever en su producción como cuentista, y en la traducción que hace de Mario Arregui, escritor uruguayo con quien el brasileño mantuvo una amistad de casi cuatro años y que sigue documentada en las cartas que intercambiaron en el periodo. Mientras tanto, buscando establecer el debate sobre la literatura de los gauchos, se propone un análisis sobre los influjos platinos en el sistema literario de Rio Grande do Sul, centrando las atenciones en la oposición / acercamiento del personaje gaucho brasileño con su Otro castellano y desvelando las construcciones de planos simbólicos de referencia. Se ha pretendido, pues, abordar la (re)absorción de la tradición gaucha, basada en el rescate de la memoria, que ha terminado de renovar el regionalismo de Rio Grande do Sul y que ha encontrado en Sergio Faraco uno de sus exponentes más decisivos. Han sido considerados los cuentos en que el Otro platino no vuelve a aparecer como enemigo, sino como un pobre orillero más, buscando sobrevivir a la frontera. De igual modo, los dos libros de Mario Arregui que Sergio Faraco ha traducido dejan entrever el compromiso de poner en discusión las semejanzas entre los seres humanos de uno y otro lado de la frontera. Es más que una simple reproducción del Otro en lengua portuguesa o que un proceso de traducción cultural: la acogida de los platinos por parte de Faraco ilustra el intento de poner en pauta el acercamiento narrativo, cultural e ideológico que une a esa pampa antes sin alambrado. De ese modo, se ha empleado la metodología comparatista, disponiendo de una organización de inferencia deductiva y partiendo de postulados generales hacia lo particular. Además de suplir un hueco en la producción académica, que muy poco ha elaborado sobre ese importante escritor y traductor, se espera estar contribuyendo para el estudio de las fronteras en la literatura y del contrabando de imaginarios, promoviendo nuevos temas frente a las teorías críticas latinoamericanas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 NAÇÃO, FRONTEIRA E TRADIÇÃO.....	15
1.1 Nação: a invenção da tradição e o amálgama da identidade	16
1.2 Fronteira: o limite da soberania, a contingência do “entre-lugar” e o papel da literatura.....	24
1.3 Globalização: o descentramento do sujeito e a busca da memória.....	32
2 PAMPA, ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO.....	41
2.1 Idas e vindas entre Brasil e Uruguai.....	43
2.2 O gaúcho-homem e o gaúcho-mito.....	50
2.3. Novos enfoques para os influxos platinos.....	58
3. FRONTEIRA, MEMÓRIA E TRADIÇÃO EM SERGIO FARACO.....	69
3.1 O conto e a terra: o resgate do narrador e das tradições do pampa.....	75
3.1.1 “Dois guaxos”.....	83
3.1.2 “Travessia”.....	89
4 FRONTEIRA, MEMÓRIA E TRADIÇÃO EM SERGIO FARACO.....	95
4.1 Mario Arregui: o Outro na frente do espelho.....	98
4.2 Sergio Faraco e Mario Arregui: uma tradução, uma amizade.....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa procede dos estudos sobre influxos platinos levados a cabo, especialmente, através dos esforços da Professora Léa Masina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vinculando-se com uma proposta mais ampla, integrada às questões comparatistas na Literatura do Cone Sul e atentando para as fronteiras na literatura e para o contrabando de imaginários, buscou-se definir o tema de forma a contribuir para as novas tendências nas teorias críticas latino-americanas. O objeto inicial deste trabalho delineou-se em face da missão de abordar a produção literária de Sergio Faraco, adentrando ao estudo de fronteiras e de suas implicações nas esferas antropológica, cultural e identitária. Visando a estabelecer conexões com a literatura dos gaúchos, propôs-se, então, uma análise sobre os influxos platinos no sistema literário sul-rio-grandense, atentando para a oposição / aproximação do personagem gaúcho sul-rio-grandense com relação ao seu Outro e desvelando as construções de planos simbólicos de referência a ter lugar na literatura. Nesse interregno, pretendia-se desvendar de que modo ocorreu a (re)absorção dessa tradição que acabou por renovar a literatura dos gaúchos e conformou uma nova vertente do regionalismo.

Assim, esta pesquisa, originariamente, partiu da noção histórica, jurídica e sociológica de nação, com o seu oposto necessário, o de fronteira, buscando trazer à tona o “entre-lugar” da cultura e a conformação de uma cultura do “entre-lugar”. Rompendo com algumas tradições inventadas ou promovendo outras, o fronteiriço expôs as fraturas do embuste nacionalista e celebrou o hibridismo nas relações interpessoais e na esfera cultural. A contingência do viver no interstício desenvolveu, no plano da literatura, uma narrativa caracterizada pela imbricação: proximidade ou estranhamento, afeição ou repulsa ao Outro, o do “lado de lá”, deixavam à mostra a crise da centralidade. Nesse âmbito, a literatura, que sempre deixou dialogar as diferenças, desempenhou um papel significativo na (re)construção de identidades.

Trazendo-se o debate para o contexto hodierno, esta pesquisa apoiou-se, uma vez mais, na sociologia e também na psicologia para questionar, na esteira de Stuart Hall, os destinos das identidades particularistas em face dos sobressaltos da pós-modernidade. Estariam os localismos

desintegrando-se? Estariam eles sendo reforçados, como resistência à globalização? Ou ainda: estariam cedendo lugar a identidades híbridas, que tomariam seu lugar? Para considerar a questão de forma pertinente, abordou-se o fenômeno da emergência da memória e dos resgates da tradição. Com efeito, embora a idéia de nacionalidade seja, hoje, uma ficção nostálgica, ela ainda tem garantido poder de mercado e o mesmo ocorre em face dos regionalismos. Não é casualidade que, entre os gaúchos, uma cerveja produzida por grande multinacional esmere-se em publicidade regional sob o slogan de “no export”. Tampouco é casualidade notar, com David Harvey, que o mundo assiste a um revivalismo religioso bastante interessante se considerado em frente a um contexto de declínio de tradições. O homem que lutou contra os constrangimentos do passado é o mesmo promoveu políticas de não-esquecimento e transformou o holocausto e a ditadura em temas sempre rentáveis nas esferas da política, da literatura, do cinema. Mas, enfim, que tradições são essas que se resgatam agora, qual é o sentido de se preencher esses vazios da memória coletiva e com o que se os está preenchendo? Essas questões nortearam a elaboração do presente trabalho e, com base nelas, buscou-se tecer os capítulos teóricos.

Num segundo momento, o foco do trabalho foi mantido no caso sul-rio-grandense, visando à abordagem, no plano literário, da construção da identidade do personagem gaúcho, bem como das tendências de valorização do Outro e do próprio Eu, que tiveram lugar nesse plano da pós-modernidade e do descentramento do sujeito, em sentido psicanalítico. Para tanto, aplicou-se a malha teórica tecida à contextualização do pampa como espaço transfronteiriço. As idas e vindas entre gaúchos sul-rio-grandenses e uruguaios, a imposição dos limites políticos e das marcas de pertencimento criaram novos paradigmas para os gaúchos. Interesses do centro do Brasil procuraram soterrar a unidade da campanha e promoveram, entre essas terras, o encargo de se viver com o inimigo. Aquele pampa de fronteira aberta e gado solto, aquela terra-de-ninguém em que os limites se definiam pelo idioma do posseiro, transformou-se num campo alambrado, alvo de uma política de “consciência nacional” com as invenções das tradições que convinham. Nesse plano, a palavra “gaúcho”, que outrora indicava o changador, caçador de gado selvagem, foi revestida de significância elogiosa, remetendo ao homem bravo e destemido, defensor das fronteiras e das tradições. Já ao termo “castelhano”, que indicava o proveniente da região da Castela, em Espanha, restou o desígnio de forma jocosa ou ofensiva, referindo o invasor de terras, o responsável pela pilhagem e pela selvageria. A evidente acepção ideológica a nortear a re-

significação de ambos os vocábulos ilustra a criação de mitos que teve o intento de remeter à centralidade do poder e a rejeição do Outro platino. Nessa perspectiva, obviamente, os influxos platinos na cultura sul-rio-grandense, que invariavelmente tinham lugar em função das zonas de contato, eram sistematicamente negados. Por essa razão, estudos como este são relevantes em face das novas tendências de Literatura Comparada no Cone Sul. Ao possibilitar uma visão integradora das culturas em diálogo, o olhar que se deita sobre as literaturas de fronteira contribui para o diagnóstico das possibilidades sobre a escrita gauchesca (ou pós-gauchesca, como refere Pablo Rocca).

Assim, a base teórica do trabalho em tela esteve vinculada a um projeto mais amplo, o de sustentação dos influxos platinos como caractere fundamental da identidade cultural sul-rio-grandense, sua marca indelével e peculiaridade mais forte. O objetivo de extrapolar as fronteiras disciplinares visava ao ganho de complexidade em face dos Estudos Culturais, linha com a qual esta proposta se filiava, a princípio. Sob a orientação da professora Léa Masina, essa trilha perseguiu o intuito de examinar os contatos permanentes do sistema literário sul-rio-grandense com a cultura da região do Rio da Prata. O recurso à intertextualidade foi levado em conta e começou-se a especular a possibilidade de, com base nas ferramentas dos Estudos de Tradução, ampliar as análises pleiteadas *a priori*.

Dando seqüência a esta pesquisa, a idéia era deter a mirada sobre os contos da vertente “regionalista” de Sergio Faraco, buscando captar a constante tensão do “entre-lugar” na narrativa e procurando reconhecer na sua escrita os rastros da vivência fronteiriça e da tradição literária que se viu renovada. Analisou-se a contística do escritor alegretense pleiteando definir os seus temas e as suas marcas. A representação do Outro castelhano e a conflagração da identidade fronteiriça em Sergio Faraco foram consideradas em consonância com os aspectos teóricos abordados nos capítulos anteriores. Direccionava-se esta dissertação para o cruzamento entre a malha teórica e as análises de texto. A opção pelo conto e pela escrita “na” fronteira (em oposição a uma escrita “sobre” a fronteira) parecia corroborar a hipótese da existência de uma “comarca pampeana”, na designação de Ángel Rama, a representar um entorno literário que subverte a ótica de sistemas de representação organizados internamente nos limites do Estado nacional. O personagem fronteiriço, o gaúcho, o castelhano, o representante da ordem brasileira

vinham representados numa estrutura eminentemente pampiana, razão pela qual podemos afirmar que Sergio Faraco traça uma análise da fronteira a partir da mesma fronteira. Ou seja: é como se Faraco elaborasse uma narrativa *desde* a fronteira, em vez de fazê-lo *sobre* a fronteira. O “entrelugar” é, pois, o ponto de onde parte a narrativa e é o ponto de referência daqueles personagens descentrados, que não se sentem sujeitos nem de um lado nem de outro das margens do pertencimento, visto que carregam o ônus de viver o interstício no âmago de sua personalidade. Para exemplificar as afirmações supra, procedeu-se à análise de dois contos: *Dois guaxos* e *Travessia*.

Lamentavelmente, quando esta dissertação encaminhava-se para o final, a Professora Léa Masina teve de se afastar do trabalho de orientação. Dando continuidade à pesquisa levada a efeito até o momento, a Professora Patrícia Lessa Flores da Cunha assumiu como co-orientadora e filiou-se à idéia já postulada anteriormente de conferir um novo enfoque, a partir dos Estudos de Tradução, para reafirmar os influxos platinos na literatura de Sergio Faraco. Decidiu-se vincular esta pesquisa à linha de Relações Interliterárias e Tradução, visto que se empregou o estudo da atividade tradutória como instrumento de aproximação cultural entre os gaúchos sul-rio-grandenses e os platinos. No plano de fundo, estavam as relações que permeiam o local e o universal, diante da contextualização das culturas particularistas em face da pós-modernidade e as novas dimensões de intertextualidade, travadas com a recepção do texto traduzido e as modificações que o mesmo acarreta na cultura receptora.

Apreciou-se, então, a atividade tradutória de Sergio Faraco, especialmente considerados os dois livros traduzidos do escritor Mario Arregui, com quem o alegreense manteve uma amizade de quase quatro anos, documentada na correspondência que trocaram durante o período. A aproximação temática e, por vezes, a estilística evidenciaram a incapacidade de as fronteiras políticas representarem os limites do sistema literário. Mais do que isso, a tradução, como o renascimento do texto dito “original” em novas condições de existência dentro do sistema que o acolhe, incidiu como uma forma de recuperação da memória e de manutenção da tradição dos gaúchos. Nos tempos em que ainda não se ouvia falar em Mercosul, as traduções de Sergio Faraco já faziam prosperar entre os sul-rio-grandenses um olhar de integração, aproximando gaúchos do lado de cá e *gauchos* do lado de lá. Além disso, considerou-se que o trabalho de

Faraco, seja como contista, seja como tradutor, constituiu uma importante peça para a compreensão do crescente interesse pela cultura sul-rio-grandense. Com efeito, a compreensão dos aspectos teóricos antes definidos parecia explicar o porquê de, em tempos de globalização, as narrativas campeiras continuarem ocupando um lugar tão relevante e, ao retomar um passado de agruras, seguirem sendo tão queridas dos leitores urbanos em constante contato com as facetas da pós-modernidade.

Nessa trilha, para a realização do antes referido, empregou-se a metodologia comparatista, dispondo de uma organização inferencial dedutiva e partindo-se de postulados gerais rumo ao particular. A técnica do trabalho está embasada em fontes secundárias. As relações intertextuais com autores platinos e a análise da linguagem empregada, embora visem a ressignificar a obra dentro do sistema literário gaúcho, não contam com técnicas de coleta de dados, entrevistas ou análises de outra ordem que não o eminentemente bibliográfico. De qualquer sorte, este trabalho assume suas proporções em face das esferas social e cultural a se imbricarem com o sistema literário e vem a contribuir para os estudos comparatistas ao suprir uma lacuna na produção acadêmica. Espera-se, então, estar contribuindo para os estudos de Literatura Comparada ao apresentar uma análise sobre um escritor ainda pouco estudado no plano acadêmico, não obstante seu meritório destaque e reconhecimento no cenário literário sul-rio-grandense.

Consultando-se os cadastros de teses e dissertações de mestrado defendidas nas universidades gaúchas que mantêm programas de pós-graduação em Literatura, é possível perceber que pouco se tem produzido sobre Sergio Faraco. Foram localizados tão-somente três trabalhos defendidos, a saber: o de Nara M. A. Rubert, intitulado “Regionalismo de Sergio Faraco – uma visão universalista de fronteira”, dissertação defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2003; o de Ernani Mügge, sob o título “A representação da personagem na obra de Sérgio Faraco”, defendido em 2002 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e a dissertação de Silvia Helena Niderauer Xavier intitulada “Gaúchos e castelhanos: sem linha divisória (a imagem do castelhano na literatura sul-rio-grandense)”, defendida em 1993 na Universidade Federal de Santa Maria. Todos os trabalhos mencionados estão, porém, vinculados à linha de pesquisa de Literatura Brasileira, o que permite concluir que o tema é ainda pouco explorado em face dos estudos comparatistas. Sob essa égide, a perspectiva da presente

dissertação de mestrado vai além do que já foi produzido, ao incluir a preocupação com os influxos platinos, a aproximação com os Estudos de Tradução e a ruptura com as fronteiras disciplinares.

Afinal, norteadas as discussões teóricas deste trabalho, levou-se em conta que a Literatura Comparada explora “as relações não apenas entre textos e autores ou culturas, mas se ocupa com questões que decorrem do confronto entre o literário e o não-literário, entre o fragmento e a totalidade, entre o similar e o diferente, entre o próprio e o alheio”¹. A Literatura Comparada, em outros termos, ocupa-se das travessias, das subversões de fronteiras entre línguas, culturas e áreas do saber, pretendendo ver mais longe, olhar além. Nesses termos, buscou-se aproximar os estudos literários daquilo que Morin denominou “ciência com consciência”, pretendendo dar conta das “articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento”².

Foram invocados, pois, dois delineamentos epistemológicos presentes nas obras de Morin: o princípio da complexidade e o da incerteza. O primeiro, a determinar que a realidade não pode ser simplificada, pois ela está inserida num amplo sistema de relações que, no mesmo espaço e a um só tempo, são de cunho político, social, cultural, jurídico e literário: “O simples não passa dum momento arbitrário de abstracção, dum meio de manipulação arrancado às complexidades”³. A limitação a uma abordagem sob a ótica estritamente literária neste trabalho macularia, portanto, a gênese em si da prática comparatista e impediria uma visão mais abrangente das interconexões e das transversalidades entre os temas relacionados. Complementar é a perspectiva da incerteza, visto que todo conhecimento apresenta, em alguma medida, certo grau de precariedade e de provisoriedade. O reconhecimento desse princípio incide em considerar que, nesta dissertação, serão levantadas análises de forma relacional visando ao ganho de complexidade e ao progresso do conhecimento, mas que, de modo algum, pretendem estar operando com verdades absolutas.

¹ CARVALHAL, Tania Franco. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. p. 11.

² MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 176-177.

³ MORIN, Edgar. *O método*. Tradução de Maria Gabriela Bragança. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1991. v. 1, p. 143.

Afinal, “conhecer é uma aventura incerta, frágil, difícil, trágica”⁴. Menos que conceitos referenciais fechados ou que uma metodologia discricionária⁵, as noções de Morin, aqui, são mais para alertar que, nesta senda a ser trilhada, buscar-se-á bagagem em contribuições teóricas de diversas áreas do conhecimento, visando a adequar a mirada literária proposta, sem pretender apresentar conhecimentos definitivos.

⁴ MORIN, Edgar. *O método*. Tradução de Maria Gabriela Bragança. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1991. v. 4, p. 163.

⁵ Conforme Morin: “A complexidade não tem metodologia, mas pode ter seu método. O que chamamos de método é um *memento*, um “lembrete”. In: MORIN, 2001, p. 192.

A proposição de um debate sobre fronteiras envolve mais do que um arcabouço teórico para o enfoque literário que este trabalho propõe. O que, à primeira vista, parece ser tão-somente mais uma pesquisa sobre os paradigmas da literatura dos gaúchos, pode, também, ser interpretado como um questionamento sobre a (re)configuração do sujeito hodierno.

Afinal, pôr a fronteira em pauta é tarefa que vai para além dos limiares do Estado, constituindo-se um tema de relevante conotação no sistema simbólico de cultura referencial, dos indicadores identitários, das marcas de pertencimento, da linguagem que separa e une e das narrativas que conformam os mosaicos da complexidade do mundo contemporâneo. A proposição de um debate sobre fronteiras implica, pois, a releitura do estar-se “fora do lugar”, mote comum dos estudos pós-coloniais e revigorado neste contexto de globalização. A fronteira em perspectiva vem, antes de tudo, desequilibrar o centro, romper com as tradições inventadas para silenciar as fraturas sob o manto homegeneizante do construto de nação e, por isso mesmo, recombinar as relações sociais “desencaixadas” num plano em que a margem pode, a qualquer momento, subverter a ordem estabelecida.

Dessa forma, é em face da necessidade de se pensar o regional em relação dialética com os fenômenos pós-modernos que se orientará este primeiro capítulo a abordar a fronteira como o interstício da jurisdição, da identidade e da cultura. Para tanto, apresentar-se-ão três pontos, a saber: (1) Nação: a invenção da tradição e o amálgama da identidade; (2) Fronteira: o limite da soberania, a contingência do “entre-lugar” e o papel da literatura; (3) Globalização: o descentramento do sujeito e a busca da memória.

Contudo, ainda que anteriormente tenham sido invocados os postulados de Morin, quando da iminência de uma explanação sobre as égides do nacionalismo, das noções de fronteira e do contexto globalizante, convém recordar o alerta de Hobsbawm: “Sabemos que por trás da opaca nuvem de nossa ignorância e da certeza de resultados detalhados, as forças históricas [...]

continuam a operar”⁶. São essas forças históricas, que seguem tumultuando espaços relacionais e descentrando os sujeitos da pós-modernidade, que passam a ser consideradas nas páginas a seguir.

1.1 Nação: a invenção da tradição e o amálgama da identidade

Mas, se ergues da justiça a clava forte, / Verás que um filho teu não foge à luta, / Nem teme, quem te adora, a própria morte⁷.

A noção de território como componente necessário do Estado teve origem no Período Moderno, conformando uma solução aos conflitos entre ordens e autoridades existentes durante a Idade Média. Nesse sentido, esclarece Dallari⁸, território atrela-se à soberania, uma vez que o primeiro foi concebido como a delimitação espacial da segunda. O exercício da soberania, que comumente vem referido como o direito / dever de “ação” do Estado Moderno, desenvolveu-se como parte de um sistema mais amplo com formas muito específicas de vigilância e de monopólio sobre os meios da violência.

Na contingência do percurso histórico, para dar sustentáculo à noção de soberania e proteger o território, formou-se o “Estado-nação”, que à estrutura jurídica do Estado Moderno agregou a construção cultural da *nacionalidade* como uma forma de afiliação “...mais complexa que “comunidade”, mais simbólica que “sociedade”, mais conotativa que “país”, menos patriótica que *patrie*, mais retórica que a razão de Estado...”⁹. A nação é uma forma particular de comunidade que surge no processo histórico correspondente à emergência de novas formas sociais de produção em que aparece prioritariamente uma comunidade étnica nova, com uma base territorial comum, associada a elementos culturais e lingüísticos a se reforçarem

⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 562.

⁷ Trecho do Hino Nacional Brasileiro.

⁸ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. pp. 86 – 90 passim.

⁹ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 199.

mutuamente¹⁰. Seguindo a linha de Bhabha, propõe-se a compreensão da nacionalidade como uma estratégia de identificação cultural e de interpelação discursiva que os Estados operam para legitimar sua atuação e inscrevê-la como fruto de uma vontade coletiva ao mesmo tempo em que transformam o “povo” em sujeito imanente e partícipe das entidades políticas.

Com a missão de estabelecer ou simbolizar a coesão social, de legitimar instituições, *status* e relações de autoridade, ou mesmo para inculcar padrões comportamentais, foram inventadas as tradições em face do construto de nacionalismo. Hobsbawm e Ranger detiveram-se no estudo das invenções das tradições¹¹ e apontaram o surgimento da bandeira, do hino e das armas nacionais com esse pretexto. “Parece que o elemento crucial foi a invenção de sinais de associação a uma agremiação que continham toda uma carga simbólica e emocional, ao invés da criação de estatutos e do estabelecimento de objetivos da associação”¹². Sob essa égide, as práticas tradicionais existentes foram revistas, ritualizadas e reinseridas no contexto social com fins a servir aos propósitos nacionais. Canções e danças folclóricas foram imbuídas de conteúdo patriótico-progressista, desenvolveu-se uma série de rituais alicerçados, muitas vezes, na amálgama Estado-Igreja, e impôs-se a criação de um passado antigo que extrapolasse a continuidade histórica real, fosse pela lenda ou pela invenção. Geraram-se símbolos e imagens oficiais com fins a “personificar” a nação.

A formação de uma cultura nacional, segundo Hall¹³, definiu a criação de padrões de alfabetização que generalizavam uma única língua vernácula como meio dominante de comunicação em toda a nação. A fundação de um Estado próprio e o idioma comum são, pois, elementos de ordem política e cultural de fundamental relevância para o sentimento de solidariedade nacional, visto que o primeiro é condição *sine qua non* para a existência de uma

¹⁰ TORRES RIVAS, Edelberto. La nación: problemas teóricos e históricos. In: LECHNER, Norbert (Org.). *Estado y política en América Latina*. Siglo XXI Editores: México, 1981. p. 88-89.

¹¹ Para os autores, as tradições pertenceriam a três tipos superpostos: (1) as que simbolizam união social, como hinos, bandeiras e armas nacionais; (2) as que legitimam estruturas institucionais, como sistemas legais, aparatos administrativos, educacionais ou religiosos, e (3) as que visam a inculcar sistemas de valores e acordos de conduta, como os costumes. Neste trabalho, serão consideradas, especialmente, as tradições do primeiro tipo.

¹² HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.) *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 19.

¹³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 48-50.

sociedade política, e o segundo assume dimensões imprescindíveis em face da formação da cultura nacional, conforme Roland:

O idioma comum nas modernas sociedades letradas tem servido à ampliação da leitura de obras literárias. Pois, à diferença do “gozo da arte”, que exige maior cultivo dos indivíduos e por isso é mais aristocrático, a leitura em língua vernácula (aí compreendido o jornal, enquanto veículo de literatura de massas) é mais democrática e, por isso, pode funcionar como um “cimento”, um agente de unificação dos valores culturais e do sentimento de solidariedade comuns¹⁴.

Com efeito, importantes obras literárias ecoam sob os pilares da nação moderna. Não é casualidade que Bhabha tenha intitulado um de seus mais célebres textos de *Nation & Narration*, já que a nação é, mais do que um evento jurídico-social, um intento de identificação cultural por meio de formas discursivas que funcionam em nome dessa coletividade construída. A nação é, portanto, uma forma de filiação textual, o produto de uma narrativa que legitima arranjos políticos e orienta a consciência histórica. Nas palavras de Habermas:

Para poder dar forma y servir de soporte a una identidad colectiva, el plexo de la vida lingüístico-cultural ha de ser hecho presente en unos términos capaces de fundar sentido. Y sólo la construcción narrativa de un acontecer histórico dotado de un sentido cortado al talle del propio colectivo puede suministrar perspectivas de futuro orientadoras de la acción y cubrir la necesidad de afirmación y autoconfirmación¹⁵.

Assim, as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas sob o “teto” do Estado-nação, tornando-se fonte de significados para as identidades culturais modernas. No interregno da construção cultural de uma identificação em torno ao elemento político do Estado, a literatura, como texto privilegiado na medida em que pôde inserir em si o histórico e o mítico e preencher os vazios da memória coletiva, desempenhou um papel exponencial em direção ao ancoramento do sentimento de identidade, como refere Bernd¹⁶. Nos casos em que isso não foi suficiente, houve, ainda, a alternativa das ditaduras absolutistas para resolver o problema da unidade nacional, no comentário de Torres Rivas¹⁷.

¹⁴ ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora UNB, 1997. p. 64.

¹⁵ HABERMAS, Jürgen. *Identidades nacionales y postnacionales*. Tradução ao espanhol de Manuel Jiménez Redondo. 2. ed. Madri: Tecnos, 1998. p. 91.

¹⁶ BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 11.

¹⁷ TORRES RIVAS, op. cit., p. 113.

Como o movimento político-militar sempre foi uma alternativa a ser considerada na contextualização dos Estados incipientes, fatores coesivos de centralização do poder e expansão político-administrativa motivaram a definição de novas dimensões do nacional. O Estado “coagulante” encarregou-se de fazer coincidir a jurisdição com a fronteira. Considerando que o monitoramento reflexivo que a organização estatal permite é cerceado pelo estabelecimento das fronteiras, resta compreensível por que as lutas por territórios marcaram a formação dos Estados nacionais e têm espaço até o hodierno com base no que se estabeleceu denominar “princípio da impenetrabilidade”, o qual, para Dallari, “significa reconhecer ao Estado o monopólio de ocupação de determinado espaço, sendo impossível que no mesmo lugar e ao mesmo tempo convivam duas ou mais soberanias”¹⁸. Depreende-se, pois, que, numa situação em que dois Estados disputam um território, não há a (co)existência de duas ou mais soberanias, mas, isto sim, o estado de conflito caracterizado pela ausência (ou alternância) de leis soberanas. E, nesse contexto, o território será tão-somente uma precária definição espacial engendrada provisoriamente pelas pulsões expansionistas.

O nacionalismo, mais que todos os *ismos* que marcaram o século XX, ocupou um espaço privilegiado no período do entre-guerras, com o colapso dos grandes impérios multinacionais da Europa central e oriental e a Revolução Russa. Conforme Hobsbawm, o apogeu nacionalista delineou-se entre os anos de 1918 e 1950 e foi primordialmente marcado pelo princípio *wilsoniano*¹⁹, de fazer coincidir as fronteiras do Estado com as fronteiras da nacionalidade e da língua – tarefa para a qual a expulsão maciça ou o extermínio de minorias sempre estiveram entre as alternativas cogitadas pelos tomadores de decisão²⁰. Convém recordar que, em 1915, os turcos levaram a cabo a eliminação em massa de armênios e, depois da guerra greco-turca de 1922, expulsaram de 1,3 a 1,5 milhões de gregos da Ásia Menor. Hitler, por sua vez, tanto fez transferir alemães que não viviam em território pátrio (como os do Tirol meridional italiano) para a própria Alemanha como mandou eliminar judeus que maculavam o ideal de pureza da “raça” ariana. Finda a segunda guerra, seria a vez de os alemães serem expulsos em massa, especialmente da

¹⁸ DALLARI, op. cit., p. 90.

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mitos e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 163-166.

²⁰ Tradução do inglês “decision makers”, como vem sendo apresentada nos modernos manuais de Administração. Preferiu-se o emprego deste termo por ser mais amplo, visto que, nem sempre, as decisões eram tomadas por representantes da cúpula governamental.

Polônia e da Tchecoslováquia, enquanto a fortaleza do matrimônio Estado-nação reforçava a luta pela consolidação do Estado de Israel.

Alguns historiadores explicam esse nacionalismo exacerbado que marcou o início do século XX em função das crises do período. “Enquanto uma violenta nevasca fustigava a economia como um todo, o capitalismo mundial refugiava-se nos iglus de suas economias de Estado-nação e de seus impérios associados”²¹. Além disso, o surgimento da moderna comunicação de massa permitiu a divulgação das ideologias populistas. De certa maneira, a partir do momento em que a voz dos locutores passou a invadir os lares, houve uma ruptura entre as esferas públicas e privadas. O rádio, bem como o cinema, os jornais impressos e, mais tarde, a televisão, (re)elaborou os símbolos nacionais e sofisticou o sentimento de pertença ao nacional por meio de músicas, narrativas e mitos. O esporte também desempenhou um importante papel na canalização dos interesses particularistas para a missão nacionalizante. Não por casualidade, foi no período entre-guerras que a Copa do Mundo se introduziu no meio futebolístico. E os jogos olímpicos de 1936 demonstraram em que medida um evento esportivo poderia operar como marco de auto-afirmação nacional.

Apesar de os nacionalismos serem criações essencialmente européias, a idéia disseminou-se surpreendentemente, reforçando, de forma indelével, também as identidades do chamado “Terceiro Mundo”. A América Latina tratou de importar o modelo, adaptando seus *slogans* e seus rituais à máxima anti-imperialista²². A difusão geográfica desses movimentos e a invenção de novos modelos a partir do padrão europeu fizeram com que, em qualquer lugar do globo, quem quer que pedisse a palavra em nome de algum povo oprimido ou sem reconhecimento, o fizesse com base no princípio de nacional e no direito de autodeterminação. Sob o signo do nacionalismo, liberdade e autodeterminação política significaram, ao mesmo tempo, a soberania popular de cidadãos com iguais direitos e a auto-afirmação, em termos de política de poder, da nação que se tornou soberana²³.

²¹ HOBBSAWM, 1990, p. 160.

²² O anti-imperialismo pode ser mais bem compreendido com a força da presença na ausência. Afinal, se o imperialismo foi uma construção fundamentada no poder, também o anti-imperialismo o foi, visto que, da mesma forma, está baseado na imagem que constrói de si próprio.

²³ HABERMAS, 1998, p. 90.

Entretanto, a missão nacionalizante, tal como formulada por seus pregadores oficiais, não necessariamente coincidia com a real auto-identificação do povo em questão. Por outro lado, comumente, o povo tampouco parecia sentir-se integrado a esse Estado territorial que declarava englobá-lo. O mundo que sobreviveu à Segunda Guerra o soube bem: duas Alemanhas representavam a nação separada, e uma Iugoslávia englobava uma variedade de identidades nacionais, enquanto os israelitas, há séculos sem Estado, tentavam resgatar uma língua e uma afinidade cultural perdidas.

Habermas, ao ponderar sobre a decadência dos nacionalismos, a vê diretamente associada ao holocausto. A consciência histórica sobre o caminho que empreendeu a Alemanha “es algo que em todo caso ha perdido tras Auschwitz su capacidad de configurar mitos”²⁴. A geração que viveu a humilhação do muro de Berlim carregou, ainda, o peso de ser herdeira ou das vítimas e dos resistiram ao nazismo, ou dos apoiadores e dos que nada fizeram para impedir essa degradação. De qualquer sorte, distintas classes de responsabilidade passaram a ser definidas e as tradições, que até então tinham nutrido sem maiores resistências as continuidades históricas, passaram a ser severamente questionadas.

O período imediatamente posterior à Segunda Guerra presenciou a ascensão de movimentos nacionalistas de caráter essencialmente negativo²⁵, ou seja: separatistas. Iniciou-se um interessante processo de descolonização que resultou na independência da Índia, Birmânia, Ceilão e Indonésia, já em 1947. Logo após, as regiões islâmicas, os países centro-africanos e o restante das colônias do sudeste da Ásia e do Caribe, paulatinamente, declararam-se independentes das potências coloniais. Esboçou-se “o fim dos impérios”²⁶. Enquanto isso, na Europa, as economias tentavam recuperar-se da crise desencadeada pelos anos de guerra. Teve lugar o Estado Social, embasado na construção de direitos civis e a realização efetiva de direitos

²⁴ HABERMAS, 1998, p. 84.

²⁵ O caráter “negativo” desses movimentos é referido por Hobsbawm (1995) ao abordar o processo de rompimento com os símbolos nacionais vigentes e impostos, como uma “adoração pelo avesso” dos símbolos coloniais. Contudo, cabe considerar o ponto desde o qual se posiciona o intelectual. Evidentemente, quando viste desde “dentro” (a partir das colônias que alcançaram a independência), poderíamos enxergar o mesmo movimento como “positivo”, pois evidentemente ocorreu um reforço da cultura localista com o fim de promover o escopo separatista. Destaca-se, porém, que, aqui, não se emprega o termo “negativo” como que tangendo a literatura que diferencia as formas progressistas e retrógradas de nacionalismo, pois, sob essa égide, o processo de descolonização só poderia ser “positivo” em face dos movimentos de resistência anticolonial.

²⁶ HOBBSAWM, 1995, p. 198 – 221.

sociais básicos. As economias de mercado receberam o apoio decisivo dos Estados Unidos, país que acabou a guerra como detentor de dois terços da produção industrial do mundo e viu aumentar em dois terços seu produto nacional bruto²⁷. Os arranjos políticos promovidos pela chamada “Guerra Fria” e a ameaça constante da competição armamentista deixaram evidente que os moribundos Estados nacionais estavam inseridos num “processo cheio de risco de autodomesticação de alianças armadas atomicamente”²⁸ e que se fazia mister angariar o apoio de um ou outro pólo hegemônico. O bloco capitalista logo pôde perceber a conformação de uma economia transnacional, o que provocou deslocamentos na relação entre aparatos de mercado e poder político. Nessa conjuntura, eram os Estados que estavam inseridos nos mercados, e não o contrário²⁹.

Esse contexto marcou a derrocada do nacionalismo em sua conotação originária, evento para o qual, pondera Kliksberg, contribuiu o desmonte da estrutura estatal e a sua ineficácia ante as funções sociais. Especialmente nos contextos de maior instabilidade, como é o caso da América Latina, o projeto desenvolvimentista restou entregue ao mercado e à “mão invisível”³⁰. A insatisfação da sociedade civil com o Estado reduzido ao mínimo, subordinado às relações econômicas internacionais e já sem forças de associar os símbolos de orgulho nacional às suas razões, provocou a perda da credibilidade que atingiu a esfera pública em geral. Imerso em uma crise de identidade sem precedentes e questionado em sua “funcionalidade”³¹, o esvaziamento do Estado nacional, de acordo com Habermas, conectou-se, pois, com a perda da capacidade de

²⁷ Id. Ib., p. 254.

²⁸ HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001. p. 63.

²⁹ HABERMAS, Jürgen. *Era das transições*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 103 – 104.

³⁰ KLIKSBURG, Bernardo. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998. p. 12.

³¹ Alguns dados citados por Kliksberg (op. cit., pp. 12 – 16) ilustram a crise de funcionalidade do Estado, promovida pelo Capitalismo desorganizado: 1,3 milhão de habitantes do planeta recebe uma renda menor do que um dólar por dia, dois quintos da população mundial não dispõem de serviços sanitários adequados e de eletricidade, 800 milhões de pessoas não recebem alimentação suficiente e cerca de 500 milhões estão em estado crônico de desnutrição. Por ano, morrem 17 milhões de pessoas por causa de infecções e doenças parasitárias curáveis, como diarreia, malária e tuberculose. Dados da OIT provam que um terço das crianças dos países em desenvolvimento é mal nutrido e que a taxa de mortalidade infantil desses países é de 97 por mil. 600 mil crianças morrem por ano devido a causas evitáveis, na América Latina. O *World Employment Report* da OIT mostra que, em 1995, 30% de toda a mão-de-obra do mundo estava desempregada ou subempregada. Nesse quadro, os 20% mais pobres do mundo detêm um volume de renda equivalente a 1,45, enquanto os 20% mais ricos detêm 85% da riqueza mundial. Em outras palavras, 358 multimilionários concentram, atualmente, um patrimônio superior à renda acumulada de 45% da população mais pobre do mundo (2,3 bilhões de pessoas).

controle, o crescente déficit de legitimação nos processos decisórios e a incapacidade, cada vez maior, de fornecer serviços de organização e de condução eficazes do ponto de vista da legitimação³².

A globalização veio pôr em xeque todo o aparato jurídico estatal ao promover a queda de barreiras territoriais para o capital e as mercadorias. A questão mais importante para as economias nacionais passou a ser a aceleração do fluxo do capital internacional e a valorização das praças de investimento de uma nação através dos mercados financeiros interconectados em nível global. Também a divulgação do *modus vivendi* dos povos promotores dessa perspectiva globalizante chocou-se com os padrões de vida da aldeia. Estado, sociedade e economia não são mais os mesmos após a permeabilização das fronteiras nacionais. Nem a cultura.

Essa diluição de fronteiras, que se processa aceleradamente nos campos da economia, da sociedade e da cultura, atinge as condições de existência de um sistema estatal erguido sobre bases territoriais, o qual continua sendo, mesmo assim, o fornecedor mais importante de atores coletivos para o cenário político³³.

Diante dessa perspectiva, pergunta-se o que restaria, então, para os localismos, os regionalismos, os nacionalismos, ou o termo que se queira empregar para referir as identidades particularistas ante os sobressaltos do *Umwelt*³⁴? Hall³⁵, em face do exposto, postulou três possíveis conseqüências, a saber: (1) as identidades “locais” estariam se *desintegrando* como resultado da homogeneização cultural; (2) elas estariam sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; (3) elas estariam em declínio, em detrimento de *novas* identidades (híbridas) que tomariam seu lugar.

Esses postulados dão idéia das dimensões do questionamento que aqui se propõe e, para melhor compreender a concentração do Estado nas margens do sistema simbólico de referência, no ponto que segue serão elaborados conceitos atinentes à fronteira como limite territorial e de suas conseqüências em face dos construtos de nacionalidade e tradição.

³² HABERMAS, 2003, p. 106 – 107.

³³ HABERMAS, 2003, p. 104.

³⁴ Do alemão, “ambiente”. Preferiu-se não traduzir a expressão para deixá-la mais em conformidade com as leituras de Sociologia e de Política. No próprio livro de Sturt Hall, a palavra aparece assim: grafada em alemão.

³⁵ HALL, op. cit., p. 69.

1.2 Fronteira: o limite da soberania, a contingência do “entre-lugar” e o papel da literatura

Com lanças, cavalo e no peitão / foi plantada a fronteira
desse chão / toscas cruces solitárias nas coxilhas / a
relembrar a valentia de tanto irmão³⁶.

Nesse contexto em que tendências globalizantes modificam a constelação histórica e no qual Estado, economia, sociedade e cultura já não são comportados pela extensão do âmbito das fronteiras nacionais, faz-se mister uma análise mais minuciosa dos conceitos atinentes à fronteira. Até porque, seguindo o raciocínio de Palermo, “la noción de *nación* no resulta posible sin su complementaria, la de *fronteras*, pues es dentro de éstas que aquella se organiza, cobra cuerpo definido y se diferencia de las demás”³⁷. Dessa forma, as linhas a seguir apresentadas orientam-se pelo objetivo de abordar o conceito de fronteira, seja como margem territorial, seja como margem discursiva, num viés paralelo de ascensão e queda do construto ideológico de nação.

Os conceitos de *fronteira* e *limite*, no sentido moderno, emergiram atrelados à noção de território. No período de ascensão dos nacionalismos, a definição / ampliação dos limites territoriais implicou um símbolo da autoridade dos Estados em formação.

Por todos los lados las fronteras fueron objeto de negociación, enfrentamientos bélicos, convenios, conferencias internacionales, etc., procedimiento esencial para definir el atributo / relación entre la calidad de lo interior y exterior, que contribuye, junto a otros elementos, a favorecer la identidad nacional. Preliminar, incompleta, ella empieza por ser “conciencia de lo interior”, en una definición todavía estrecha, regional o local, de los horizontes nacionales³⁸.

Embora corriqueiramente os termos *fronteira* e *limite* sejam referidos como sinônimos, há algumas diferenças essenciais entre eles que escapam ao senso comum. A noção de *fronteira*, “nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo

³⁶ Estrofe da canção “Não podemos se entregá pros home”, interpretada pelos “Garotos de ouro”.

³⁷ PALERMO, Zulema. De fronteras, travesías y otras liminalidades. In: COUTINHO, E.F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Orgs.) *Elogio da lucidez*: a comparação literária em âmbito universal; textos em homenagem a Tania Franco Carvalhal. Porto Alegre: Evangraf, 2004. p. 237.

³⁸ TORRES RIVAS, op. cit., p. 114.

habitado”³⁹, isto é, a fronteira era o que marcava o *começo* do Estado. Somente quando os padrões de civilização ultrapassaram o nível da subsistência é que a fronteira passou a ser encarada como lugar de comunicação entre os Estados e, em conseqüência disso, assumiu contornos políticos⁴⁰. Já o conceito de *limite*, este sim, surgiu foi para designar o *fim* do controle de uma unidade político-territorial. Em face do exposto, o limite seria tão-somente uma abstração sujeita a leis internacionais, sem existência material. A diferença fundamental entre fronteiras e limites consistiria em que, enquanto as primeiras estariam orientadas para fora (exercendo força centrífuga), os limites orientar-se-iam para dentro do território (exercendo força centrípeta). Mais que uma simples sutileza em termos de nomenclatura, essa constatação traz sérias implicações:

Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central [...], enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais⁴¹.

Em face do quadro em tela, faz-se mister observar, com Leenhardt, que a definição dos limites territoriais ocorreu de forma independente (ou mesmo contrária) aos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira:

É preciso [...] notar que, quando os Estados, Reinos ou Províncias tratam de *contratar*, quer dizer, de fixar as fronteiras por tratados mais que pelas armas, não intervêm em um território virgem. Práticas ancestrais foram já estabelecidas entre as populações que se tocam, constituíram-se *modus vivendi* que integram uma definição prática, senão geográfica da fronteira, que pode então diferir significativamente daquela dos topógrafos⁴².

A fronteira constituiu, enfim, menos uma linha que um espaço, menos um marco físico ou natural que um sistema simbólico e, embora a conceituação jurídica acarretasse, por si só, os

³⁹ MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques et. al. (Orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998. p. 41.

⁴⁰ Cabe, aqui, a observação de que, até o fim do século XIX, não se conhecia o passaporte, e o trânsito de pessoas de um país para outro era feito sem maiores formalidades.

⁴¹ MACHADO, op. cit., p. 42.

⁴² LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 28.

desdobramentos políticos, ela acabou por encerrar em si um significado que operou para além dos aspectos territoriais, definindo-se como marco de referência identitária.

Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso podemos ver que, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença⁴³.

Assim, conformando-se como construção de significado que guia a percepção da realidade em face das elaborações imaginárias de referência, a fronteira definiu princípios de reconhecimento que propuseram um Nós com relação a um Outro, condizentes com as políticas homogeneizantes do Estado-nação⁴⁴. A especificidade da nação repousaria na sua diferença, requerendo, para tanto, a definição de fronteiras simbólicas a se fortalecerem pela modulação de um conjunto de significantes emblemáticos. Para tanto, as “identidades nacionais” valeram-se do componente lingüístico e modelaram tradições, mitos e narrativas heróicas visando ao auto-reconhecimento.

Entretanto, ao representar não apenas um trânsito de lugar, mas as condições favoráveis para o diálogo e para o intercâmbio, as fronteiras configuraram um espaço novo caracterizado pela imbricação. Dessa forma, as regiões fronteiriças comumente foram objeto de preocupação dos Estados no sentido de controle e vinculação, já que muitas vezes estavam representadas como uma versão deturpada do “caráter nacional”, imiscuída pelo Outro, implicando uma grave afronta à soberania⁴⁵. O reforço do que se convencionou chamar *identidade nacional* teve sérias conseqüências nesse âmbito, firmando-se como a negação desse Outro: “la frontera sirve para

⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, op. cit., p. 36.

⁴⁴ Cf. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

⁴⁵ As noções de “fronteira” devem integrar o componente territorial (como citado por Pesavento) e o simbólico (de acordo com Bhabha). É evidente que um referencial não se confunde com o outro e que, sob essa égide, haveria que se estabelecer a diferença entre o “estrangeiro” (fora dos critérios territoriais) e o sujeito não interpelado pelas estratégias discursivas (que não se identifica com o “Nós” nacional), conforme as duas vertentes. Não obstante, uma e outra têm praticamente o mesmo peso em face da realidade pampiana. A literatura sobre o assunto não traça a diferença entre ambas as vertentes, pois o gaúcho “do lado de cá” é, certamente, o identificado com as estratégias discursivas nacionalistas brasileiras. Embora se tenha muito presente que o “Nós” é conformado por uma variedade enorme de etnias, o processo nacionalizante no Brasil foi bastante eficiente no alinhamento das fronteiras físicas com as simbólicas de pertencimento. A questão será esclarecida no decorrer deste trabalho.

señalar y favorecer la identidad de las naciones que están detrás de ellas. La línea de frontera se convierte así en una línea de defensa contra lo foráneo”⁴⁶.

Conforme Leenhardt⁴⁷, as fronteiras induziram a sua possibilidade de análise sob o paradoxo da ambivalência e da ambigüidade, visto que comportam dois estados de ser ao mesmo tempo em que trazem consigo a possibilidade de ser um outro, um terceiro⁴⁸. Dessa forma, esse terceiro conformaria um posicionamento “que envolve o distanciamento e o estranhamento como atitude, e a ambivalência e a ambigüidade como condição de ser”⁴⁹, razão pela qual a fronteira é, comumente, referida como ser “ex-cêntrico”.

Sob essa égide, poder-se-ia, ainda, estabelecer uma análise sob a ótica da desconstrução de Derrida, notando-se que a condição do ser fronteiriço conformaria uma espécie de “entre-lugar”. A fronteira não se situaria em nenhum dos pólos que exercem funções opostas num raciocínio binário. A condição de fronteira seria conflagrada pela situação de ser borda, margem, franja. E não estar no centro implicaria tanto o estar distante quanto o ser diferente. Em outras palavras, ser fronteira seria postular a posição do “estranho”.

Na abordagem teórica de Bhabha, a constituição dos “entre-lugares” nas articulações de diferenças culturais forneceram subsídios para a “elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação”⁵⁰. Conflagar-se-ia, então, a exigência da criação do “novo” como ato insurgente de tradução cultural, em que esse “novo” não fosse parte do continuum de passado e presente. Essa (re)elaboração, enfim, “não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, reconfigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver”⁵¹.

⁴⁶ BETANCOR, G.; ANGELO, R.I.; Abordaje de las fronteras desde un enfoque interdisciplinario: la cotidianidad desde el espacio público. In: STROHAECKER, op. cit., p. 72.

⁴⁷ LEENHARDT, op. cit., p. 29.

⁴⁸ Conforme comentário tecido por PESAVENTO, 2002a, p. 37.

⁴⁹ PESAVENTO, 2002a, p. 38.

⁵⁰ BHABHA, op. cit., p. 20.

⁵¹ BHABHA, op. cit., p. 27.

Objeto da preocupação teórica dos estudos pós-coloniais e contingência do viver o interstício, o estar na fronteira acarretaria, ainda, o espírito de distanciamento que acompanharia o (re)inserir-se no lar e no mundo e a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais: a sensação de “estranhamento” [*unhomeliness*]. Estar estranho ao lar [*unhomed*] seria diferente do estar sem-lar [*homeless*] e de modo análogo classificar-se-ia o “estranho” [*unhomely*]⁵². Ser um estranho, para Bauman⁵³, significa, antes de tudo, que nada é natural, que nada lhe é dado por direito - nisso, difere-se do “nativo”, característica do “estar situado” ou “afinado” com uma visão de mundo relativo-natural, conforme postulados heideggerianos. O estranho seria, então, aquele que fica “do lado de fora” e isso o lançaria à posição de *objetividade*, que atrai o desconforto dos “nativos”, inseguros nas suas maneiras e verdades domésticas:

Na visão de mundo do nativo, a essência do estrangeiro é a ausência de lar. Ao contrário de um forasteiro ou estrangeiro, o estranho não é simplesmente um recém-chegado, uma pessoa temporariamente deslocada. Ele é um *eterno nômade*, sempre e em toda parte errante, sem esperança de jamais “chegar”. A “objetividade” da sua visão (o cosmopolitismo, o antipatriotismo, a ausência de compromisso, a marca do “vira-casaca”) consiste precisamente na sua capacidade de distinguir as estações da sua irrefreável peregrinação: no que lhe diz respeito, todas elas não passam de sítios confinados no espaço, fadados a se tornar passado no futuro. Ultrapassados e mais cedo ou mais tarde deixados para trás, todos lhe parecem idênticos na sua *negatividade*, uma vez que nenhum deles é um lar⁵⁴. [grifos do autor]

Não obstante, tendo em vista a conformação do que restou definido por Habermas como pós-nacionalismo, a análise do ser intersticial conduz a certos questionamentos. Antes de tudo, retomando Giddens⁵⁵, pergunta-se: é possível a abordagem com base no sentimento de “estranhamento”, em plena era do “descentramento do sujeito”⁵⁶? O que significaria, então, “estar afinado” com uma visão de mundo se o “desencaixe” passou a ser entendido como característica inerente às identidades da pós-modernidade? Além disso, o que corresponderia ao “sentir-se em casa” em tempos de diáspora, de internet, de empresas transnacionais? E onde seria “o centro”

⁵² Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 85. O autor emprega a nomenclatura em inglês, tal como apresentada entre colchetes no corpo do texto.

⁵³ BAUMAN, loc. cit.

⁵⁴ BAUMAN, op. cit., p. 89.

⁵⁵ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 221.

⁵⁶ Em tempo, a formulação de “descentramento do sujeito”, como aqui se a emprega, vincula-se a uma noção historicista, referindo-se ao deslocamento da psique, antes centrada, existente na época do capitalismo clássico, com seu Estado coagulante e identidades forjadas em face das tradições sociais e da família nuclear.

num plano em que a margem pode, a qualquer momento, subverter a ordem estabelecida⁵⁷? “Estar do lado de fora” não seria, pois, simplesmente uma questão de ângulo?

Esses questionamentos têm ocupado espaço privilegiado na esfera de produção científica hodierna e explicam a retomada do interesse pelas fronteiras. A partir da crítica pós-moderna, o *centro* tomou consciência da sua própria “crise da centralidade” e a promoção do “culto das margens” veio a consagrar os entre-lugares:

Uma emergência que, ao ocorrer em paridade com a de uma amálgama de fenômenos híbridos e virtualmente nômadas, parece dotar a fronteira de uma particular sensibilidade para pensar a relação entre as margens e os centros, vocacionando-os para questionar de modo fecundo, isto é, em termos de transgressão necessária, os limites sugeridos pela modernidade. A novidade, a haver alguma, não radicar-se-á tanto na possibilidade da transgressão quanto, sobretudo, no culto dessa transgressão, na promoção da fronteira enquanto local promíscuo, e, por isso mesmo, espaço natural de uma “subjetividade emergente”⁵⁸.

Não só a Sociologia mas também a Literatura Comparada vêm, há tempos, operando como elemento de subversão da ordem estabelecida pelas culturas nacionais. De certa forma, poder-se-ia afirmar que os estudos comparatistas se anteciparam à derrocada dos nacionalismos, definindo, já com Goethe, uma perspectiva pós-nacionalista e multiculturalista da produção literária com a cunhagem do conceito de *Weltliterature*. Também a tradução, como paradoxo que é de, a um só tempo, suprimir as diferenças entre uma língua e outra e revelá-las mais plenamente, recriando noções literárias e enriquecendo os sistemas que interagem entre si, tem desempenhado relevante função na queda de barreiras.

O papel político da Literatura, especialmente no decorrer do século XX, tem sido destacado por movimentos contestatórios, encorajando políticas emancipatórias de grupos marginalizados por definições de raça, gênero e, também, nacionalidade. “A literatura sempre se preocupou com questões de identidade e as obras literárias esboçam respostas, implícita ou

⁵⁷ Com frequência, ouve-se dizer que, se uma borboleta bater as asas em Tóquio, poderá acarretar uma tempestade em Londres. A afirmação é, com efeito, uma ilustração da força, da multiplicidade e da complexidade das interdependências no plano hodierno. Nesse contexto imbricado, não há mais que se definir margem e centro, pois um é interdependente do outro. Um exemplo disso é a crise do México de 1995, que se alastrou pelo sistema financeiro internacional restando conhecida como “efeito tequila”, provocando efeitos devastadores mesmo nas economias supostamente dominantes.

⁵⁸ MARTINS, Rui Cunha. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas*. Reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 138-139.

explicitamente, para essas questões”⁵⁹, porque, para Culler, “a literatura não apenas fez da identidade um tema; ela desempenhou um papel significativo na construção da identidade dos leitores”⁶⁰. E não seria agora, em que se debatem os impactos da perspectiva pós-tanta-coisa, que a Literatura se furtaria desse papel que sempre assumiu como seu. A propósito, Chiappini comenta: “Não é ocasional se o debate multicultural tem lugar nos departamentos de literatura e estudos étnicos e não nos de sociologia ou filosofia nos Estados Unidos. Porque a literatura sempre deixou dialogar a contradição e tematizou os estereótipos”⁶¹.

Também Szegedy-Maszak faz questão de recordar que a percepção do deslocamento da visão do mundo atrelado à perspectiva globalizante pôde, em muitos casos, ser compreendida por meio de narrativas que abordavam a experiência da “nova migração” ou do exílio, citando o exemplo de Imre Kertész, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 2002: “Kertész has a double identity: history forced him to see himself as belonging both to ‘us’ and to the ‘other’, and his language reflect this”⁶². Essa dualidade (de ser Nós e Outro concomitantemente), prerrogativa que tornou Kertész merecedor de um Nobel, parece querer desestruturar a dicotomia “estranho” x “nativo”, proposta por Bauman. A respeito, Boening traça seu comentário:

What has happened in the recent past [...] is that cultures no longer stand across from one another, but have become transient, mobile and portable. In the new postnational world, exile, or perhaps better, dispersal, is not the exceptional condition, but the norm. The world appears to be changing from a fairly orderly arrangement of “friends” an “enemies” into an unruly, confusing, disorderly collective of strangers⁶³.

Nesse contexto, se há 30 anos era possível chamar “estranho” àqueles sujeitos que conviviam paradigmaticamente com sua condição de “eternos nômades”, membros do corpo diplomático ou perseguidos por razões políticas ou étnicas, hodiernamente, todos carregam a condição de “estranhamento” ante a recombinação dos contextos locais através de distâncias indeterminadas do espaço/ tempo. O que viria a ser, então, um “lar” ou um lugar definido como

⁵⁹ CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999. p. 108.

⁶⁰ Id. ib, p. 110 – 111.

⁶¹ CHIAPPINI, Lígia. Multiculturalismo e identidade nacional. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 49.

⁶² SZEGEDY-MASZAK, Mihaly. National literatures in the age of globalisation. In: COUTINHO, E.F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Orgs.), op. cit., p. 220.

⁶³ BOENING, John. Cultural transparency in a postnational world. In: COUTINHO, E.F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Orgs.), op. cit., p. 233.

capaz de evocar no sujeito descentrado a marca da pertença? Seria possível arriscar que os “entre-lugares”, como articulações contingentes do hibridismo cultural, estariam mais propensos a renovar as tradições do passado e a enfrentar o “desencaixe” das perspectivas pós-nacionais? Ante o contexto de queda de barreiras, insiste-se em perguntar: o que restou para as identidades “locais”, retomando-se Hall⁶⁴?

Todos esses questionamentos acarretaram novas tendências para as pesquisas em Literatura. Rodrigues observa que “no panorama dos eventos da área dos Estudos Literários e Comparados no Brasil, realizados nos últimos anos, a questão da identidade nacional surge como um dos tópicos centrais, senão como o tema aglutinador”⁶⁵. Nesses termos, segundo a professora, surgiram três eixos de problematização da questão em face da perspectiva literária: (1) o rastreamento das inter-relações entre narrativa, poder cultural e conceito de nação em contextos diferenciados histórica e geograficamente; (2) a análise das construções de identidades como formas de afiliação e/ou resistência às construções oficiais da cultura, salientando o papel da história como elemento de resistência, possibilitando a reinvenção do sistema de significações e valores da cultura; (3) a abordagem da questão da imbricação entre o ficcional e o histórico na textualização do imaginário cultural que, ao lidar com elementos sóciopolíticos, dá origem a processos identitários⁶⁶. Para a elaboração desta dissertação, os eixos apontados por Rodrigues estiveram presentes e delinearão a estrutura e a organização deste trabalho.

Sem perder de vista o emaranhado teórico traçado até o momento e sem a intenção de esboçar respostas já na saída, parte-se para o terceiro ponto deste capítulo, em que se passa a elaborar sobre as identidades culturais localistas em face do pós-nacionalismo. A globalização, o desencaixe identitário e os rumos da tradição e da memória são os temas privilegiados a seguir.

⁶⁴ HALL, op. cit., p. 69.

⁶⁵ RODRIGUES, Sara Viola. Tradução cultural: o que acontece em Um castelo no pampa, de L. A. de Assis Brasil. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p. 109-114, dez. 2003. p. 109.

⁶⁶ Id. Ib., p. 109.

1.3 Globalização: o descentramento do sujeito e a busca da memória

Hoje a ambição plantou pousada à minha volta / plantou desertos em sementes traiçoeiras / cria enjeitada do progresso que importamos / batendo palmas a ganâncias estrangeiras⁶⁷.

A globalização, principal faceta do pós-nacionalismo, não é um fenômeno recente. Giddens, a propósito, comenta que “a modernidade é inerentemente globalizante”⁶⁸. Porém, desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações. No final da década de 80, o termo popularizou-se e passou a ser menção obrigatória em qualquer discurso a abordar a ordem dos Estados contemporâneos. Exemplo do efeito que representa, o vocábulo “globalização”, conforme Giddens, “surgiu de lugar nenhum para estar em quase toda parte”⁶⁹, significando a queda de fronteiras para o capital e a renovação das identidades.

A principal profecia do processo globalizante foi declarar “o fim do Estado-nação”. Ohmae aponta que os países se têm tornado “inevitavelmente vulneráveis à disciplina imposta por opções econômicas feitas em outros lugares por pessoas e instituições sobre as quais não têm nenhum controle possível”⁷⁰. Dessa forma, o modelo de Estado-nação, como tradicionalmente é concebido, estar-se-ia tornando, cada vez mais, uma ficção nostálgica, pois cada país seria “uma combinação heterogênea de territórios com necessidades totalmente diferentes e capacidades de contribuição completamente diferentes”⁷¹. Com efeito, quando se analisa “detalhadamente os bens e serviços atualmente produzidos e comercializados ao redor do mundo, bem como as empresas responsáveis por eles, não é fácil associar-lhes um rótulo nacional exato”⁷². Porém, a nacionalidade, como ficção nostálgica, tem garantido poder de mercado:

Quando a atividade econômica ostenta agressivamente um rótulo nacional hoje em dia, isso não se dá em benefício da precisão, ou devido à preocupação com o bem-estar dos

⁶⁷ Verso da canção “Cria enjeitada”, de João Chagas Leite.

⁶⁸ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. p. 69.

⁶⁹ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luisa X. de A. Borges. 4. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2005. p. 18.

⁷⁰ OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-nação*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 06.

⁷¹ Id. ib., p. 06-07.

⁷² Id. ib., p. 07.

consumidores individuais. Trata-se, primariamente, de uma minibandeira do nacionalismo barato – ou seja, uma celebração chauvinista da nacionalidade, que valoriza muito mais os símbolos que despertam emoções do que melhorias concretas de qualidade de vida⁷³.

As razões do emprego do “nacionalismo barato”, no dizer de Ohmae, ante as estratégias de *marketing*, podem estar relacionadas com a revalorização das identidades nacionais – ou com o fato de que elas nunca tenham sido efetivamente abaladas. De fato, a postura de Ohmae, a declarar o fim do Estado-nação, não é unânime entre os teóricos e há aqueles que, inclusive, contestam a força que se atribuiu à famosa “globalização”. Bhabha alerta que 90% de todas as políticas relacionadas ao comércio e tarifas são ainda controladas pelos interesses nacionais, e não por entidades globais. Além disso, não é difícil observar que também o deslocamento da mão-de-obra entre os países é regulado por questões que diretamente envolvem o Estado-nação. Afinal, precisa-se de passaporte, visto e o enfrentamento de toda uma burocracia para o cruzamento das fronteiras (que nem sempre são “cruzáveis”). Um paradoxo, é certo. As prateleiras ostentam produtos de todas as partes do mundo, mas pessoas enfrentam muros, mares ou desertos visando a ingressar num mundo prometido, com oportunidades ainda que na ilegalidade. As organizações são transnacionais e as emoções são nacionais, mas diferentes do que eram antes. Empresas são transnacionais e o *marketing* é nacional. O mercado é um exemplo de que o nacionalismo ainda vive, embora imerso em contradições⁷⁴.

Com o fim da Guerra Fria, alguns observadores, especialmente Fukuyama, declararam “o fim da história”, mas ela própria se encarregou de desmenti-los e trazer à tona uma série de grupos e mesmo de indivíduos que passaram a reivindicar seu lugar frente aos acontecimentos. E, como não poderia deixar de ser, as identidades culturais não restaram alheias ao processo que inseriu virtualmente o Outro em entornos antes específicos e recombinau as relações com o sujeito através de distâncias indeterminadas de espaço e tempo. Há que se recordar que tempo e

⁷³ Id. ib., p. 07.

⁷⁴ Basta lembrar que, entre os sul-rio-grandenses, se tem veiculado um comercial de cerveja sustentado exatamente na lógica do “no export”, “a melhor é daqui”, embora a bebida seja produzida pela AmBev, empresa de capital aberto com ações ordinárias e preferenciais listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e de Nova York (NYSE). Esse exemplo serve para refletir: o que leva a maior empresa de bebidas da América Latina e sétima maior do mundo a investir em marketing regionalista, a vender a imagem de que somente os gaúchos seriam os consumidores dessa cerveja?

espaço são, também, coordenadas básicas de todos os sistemas de representação, além de “categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas”⁷⁵.

As identidades têm aquilo que Said denomina “geografias imaginárias”, com seu senso de lugar, de lar, situado num período determinado, pois “onde, senão na temporalidade, uma identidade se desenvolve”⁷⁶? Porém, conforme Hall, um dos efeitos da globalização foi justamente a separação entre espaço e lugar, sendo que o segundo, sob essa égide, deve ser entendido como o ponto de práticas sociais específicas, concreto e delimitado pelo contexto com o qual as identidades estão estreitamente vinculadas⁷⁷. Se, na pré-modernidade, espaço e lugar eram amplamente coincidentes, paulatinamente eles se foram separando, por meio da inserção de influências sociais distanciadas que moldaram os lugares e deslocaram os seus sujeitos. E esse deslocamento atingiu, também, a noção de tempo. Jameson, a respeito, comenta: “é possível argumentar, ao menos empiricamente, que nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais são hoje dominadas pelas categorias de espaço e não pelas de tempo, como o eram no período anterior do alto modernismo”⁷⁸.

A produção cultural inseriu-se na era da globalização sob essas complexas contradições do capitalismo mundializado, navegando por logos transnacionais e fragmentando discursos. Desse paradoxo, emergiram os “não-lugares”, setores de realidade virtual deshistorizada, como o *shopping center* e as salas de *vídeo game*, e o *marketing* orientado para o consumo e o fanatismo, a bombardear frases sem conexão, mas de alto impacto, como, simplesmente, “*Do it*”⁷⁹. A aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, segundo Harvey, acentuou, ainda, a volatilidade e a efemeridade⁸⁰ do viver, pensar e sentir, induzindo à dinâmica de uma sociedade *do descarté*: do ser capaz de jogar fora não somente bens de produção, mas também “estilos de

⁷⁵ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

⁷⁶ SAID, Edward. História, literatura e geografia. In: _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 218.

⁷⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 70-76.

⁷⁸ JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevalco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 42.

⁷⁹ JIMÉNEZ, Jorge. Crônicas de la disidencia: contracultura y globalización en América Latina. *Revista de filosofía*, San José, vol.35, n° 86, 1997 - UCR (Universidad de Costa Rica).

⁸⁰ Jorge Jiménez ilustra o retrato do efêmero no plano das artes com o êxito de Andy Warhol, nos anos 60, oferecendo fazer famoso a qualquer pessoa por um tempo não superior a quinze minutos.

vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser”⁸¹. A psicologia humana teve de arcar com os efeitos da perspectiva do descarte iminente e da obsolescência instantânea o que, associado à sobrecarga sensorial característica da vida urbana da pós-modernidade, acarretou mudanças ante os sistemas de valores públicos e pessoais dessa sociedade em vias de fragmentação.

Uma das conseqüências mais imediatas do descarte foi o esmaecimento dos afetos, acarretando o fim de certas subjetividades e de certos estilos, no sentido de um toque artístico único e pessoal. O descentramento do sujeito⁸² implicou não apenas algumas rupturas com as tradições, mas o recalque (em acepção freudiana) do sentir. Assim, postula Jameson, o poder oculto da tradição pode ter sido soterrado por autonomia e liberdade, mas “a liberação, na sociedade contemporânea, da antiga *anomie* do sujeito centrado pode também implicar não apenas a liberação da ansiedade, mas também a liberação de qualquer outro tipo de sentimento, uma vez que não há mais a presença de um *ego* para encarregar-se de sentir”⁸³. O lado sombrio desse fenômeno é assinalado por Giddens como sendo o aumento das dependências e compulsões:

Todo contexto de declínio de tradição oferece a possibilidade de maior liberdade de ação do que antes existia. Estamos falando aqui da emancipação humana dos constrangimentos do passado. A dependência entra em jogo quando a escolha, que deveria ser impelida para a autonomia, é subvertida pela ansiedade. Na tradição, o passado estrutura o presente através de crenças e sentimentos coletivos partilhados. O dependente está igualmente escravizado ao passado – mas porque não consegue escapar do que, originalmente, eram hábitos de estilo de vida livremente escolhidos⁸⁴.

O esmaecimento dos afetos e a ruptura com a tradição abalaram o que se deu a conhecer por “memória” - e, sendo esse um dos pilares constitutivos da estrutura psíquica, alertaram-se os postulados freudianos do “revisitar” o passado para obter maior autonomia para o futuro: “Quando iniciou a psicanálise moderna, Freud supunha que estava estabelecendo um tratamento

⁸¹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992. p. 258.

⁸² Cf. JAMESON, op. cit., p. 42

⁸³ JAMESON, op. cit., p. 43.

⁸⁴ GIDDENS, 2005, p. 56-57.

científico para a neurose. Na verdade, estava construindo um modelo para a renovação do senso de identidade nos estágios iniciais de uma cultura de tradições em declínio”⁸⁵.

Seria possível, pois, afirmar que o impacto da ameaça globalizante levou esse sujeito descentrado da pós-modernidade a revisitar o seu passado de forma, a bem dizer, terapêutica na busca do seu “sentir” recalado. Está-se com Derrida: “recalque, e não esquecimento; recalque, e não exclusão. O recalque, como bem diz Freud, não repele, não foge nem exclui uma força exterior, contém uma representação interior, desenhando dentro de si um espaço de repressão”⁸⁶. Esse trecho do mentor da desconstrução em “Freud e a cena da escritura” leva a ponderar sobre as relações entre identidade e “diferença”⁸⁷. E mais: tendo em perspectiva a visão descentrada de texto, esbarra-se na visão descentrada de psiquismo. “Pois se não há nem máquina nem texto sem origem psíquica, não há psíquico sem texto”⁸⁸, visto que psíquico e texto são conceitos conformados pela diferença / diferença. “O traço como memória não é uma exploração pura que sempre se poderia recuperar como presença simples, é a diferença indiscernível e invisível entre as explorações. Sabemos, portanto, já [sic] que a vida psíquica não é nem a transparência do sentido nem a opacidade da força [sic], mas a diferença no trabalho das forças [sic]. Nietzsche dizia-o bem”⁸⁹.

A aposta no conceito de “diferença” ao tratar do descentramento do sujeito da pós-modernidade conduz ao raciocínio de que descentrar (deslocar do centro) significa conduzir para a margem (para a fronteira). É, portanto, relegar ao sujeito a missão do viver o interstício. É deduzir que os “entre-lugares”, como articulações contingentes do hibridismo cultural, enfrentam o “desencaixe” das perspectivas pós-nacionais renovando sua tradição em busca da identidade recalada.

⁸⁵ GIDDENS, 2005, p. 57.

⁸⁶ DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 180.

⁸⁷ “Diferença”: tradução ao português do termo “différance”, cunhado por Derrida em semelhança fonética ao vocábulo francês “difference” (diferença): “The word *difference* (with an e) can never refer either to differer as temporization or to *differends* as *polemos*. Thus the word *différance* (with an a) is to compensate economically - this loss of meaning, for *différance* can refer simultaneously to the entire configuration of its meanings. It is immediately and irreducibly polysemic, which will not be indifferent to the economy of my discourse here”. (DERRIDA, Jacques. *Excerpt from différance*. Tradução ao inglês de Alan Bass. Disponível em: <<http://www.hydra.umn.edu/derrida/diff.html>> Acesso em: 02 nov. 2005.).

⁸⁸ DERRIDA, 1971, p. 183.

⁸⁹ DERRIDA, 1971, p. 185.

A desestabilização das posições sociais ocupadas pelos indivíduos na comunidade constituiu-se um dos principais pilares da crise das identidades pós-modernas. Em termos de mercado, deu-se a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, inseridos na lógica do efêmero. Muitos setores da produção cultural subsequente vieram impregnados dessa tendência. Sobre as identidades, entretanto, essa espécie de “mentalidade esquizofrênica” (como refere Jameson) assumiu contornos de interpretação ainda mais complexa:

Quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir. O revivalismo religioso, que se tornou muito mais forte a partir do final dos anos 60, e a busca de autenticidade de autoridade na política (com todos os seus atavios de nacionalismo, localismo, admiração por indivíduos carismáticos e “multiformes” com sua “vontade de poder” nietzschiana) são casos pertinentes. O retorno do interesse por instituições básicas (como a família e a comunidade) e a busca de raízes históricas são indícios de procura de hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambiante⁹⁰.

Com efeito, a fragmentação da insegurança incentivou a busca por meios alternativos de armazenar valor. Huyssen deteve-se no estudo da emergência da memória e a considera um dos “fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes”⁹¹, apontando que “o enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido”⁹². A restauração de velhos centros urbanos, o *boom* da moda retrô, a comercialização em massa da nostalgia, a difusão de documentários televisivos e da literatura memorialística e de cunho confessional, bem como o crescimento do interesse por romances autobiográficos e históricos pós-modernos ilustram o quadro hodierno. Além disso, a globalização da memória, especialmente em face do “cada vez mais onipresente discurso do holocausto”⁹³ faz com que se retome Habermas e sua percepção de que “Auschwitz cambió las condiciones relativas a la continuación de la vida histórica”⁹⁴. Foi precisamente essa consciência do holocausto que serviu de ilustração para a falência do projeto iluminista, conduzindo à reflexão sobre a incapacidade da civilização ocidental em lidar com diferenças e alteridades e induzindo a um pessimismo em

⁹⁰ HARVEY, op. cit., p. 263-264.

⁹¹ HUYSEN, op. cit., p. 09.

⁹² HUYSEN, op. cit., p. 20.

⁹³ HUYSEN, op. cit., p. 14.

⁹⁴ HABERMAS, 1998, p. 87.

direção ao Estado-nação. A emergência do holocausto como figura de linguagem universal permitiu, ainda, a compreensão de situações locais específicas, politicamente distintas do evento original, mas também centradas na busca do não-esquecimento.

A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas (por exemplo: a Sérvia pós-comunista e o populismo hindu na Índia) até as tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais, seja através de reconciliações nacionais e anistias oficiais, seja através do silêncio repressivo⁹⁵.

O resgate memorialístico num plano coletivo subverteu os paradigmas da alta modernidade, assumindo não mais a tarefa de garantir o futuro, mas a de se responsabilizar pelo passado. A consciência histórica sobre o caminho que empreendeu a humanidade promoveu a preocupação com processos de democratização e com os direitos humanos, atentando a questões de minorias e gêneros, reavaliando passados internacionais e nacionais. A procura de comportamentos seguros num mundo cambiante incentivou, ainda, a luta pela autonomia local e a organização de resistências regionais gerou *slogans* como “pense globalmente e aja localmente” e “small is beautiful”, comprovando que as ações políticas se amparam em movimentos sociais com maior capacidade de dominar o lugar do que o espaço. O vínculo potencial entre lugar e identidade social deu nova voz a tradições localistas e revigorou lutas sindicalistas amparadas no municipalismo em detrimento ao imperialismo econômico.

A globalização é a razão do ressurgimento de identidades culturais locais em várias partes do mundo. Se alguém pergunta, por exemplo, por que os escoceses querem mais independência no Reino Unido, ou por que há um forte movimento separatista em Quebec, não poderá encontrar a resposta apenas na história cultural deles. Nacionalismos locais brotam como uma resposta a tendências globalizantes, à medida que o domínio de estados nacionais mais antigos enfraquece⁹⁶.

O ato insurgente de reavivar antigas tradições assumiu conotações muito específicas nos vários pontos do globo e a defesa das tradições deu-se, especialmente, ante o perigo de uma cultura homogênea, protagonizada pela substituição dos caracteres localistas por contornos globalizados. Contudo, não apenas fracassou a previsão de uma cultura global como também as

⁹⁵ HUYSEN, op. cit., p. 16.

⁹⁶ GIDDENS, 2005, p. 23.

minorias culturais, outrora esmagadas sob o teto do Estado-nação, trouxeram à tona as suas peculiaridades. Certamente, essas peculiaridades convivem com os novos contornos globalizados (de forma harmônica ou não). Por vezes, local e global se opõem, mas em outras se sobrepõem (conformando o evento da “glocalização”, como referido por Seligmann-Silva⁹⁷). Confirmou-se, pois, a afirmação do sociólogo Boaventura de Souza Santos: “a cultura é, em sua definição mais simples, a luta contra a uniformidade”⁹⁸.

Assumindo uma relevância inédita no cenário global, os estudos sobre cultura na pós-nacionalidade, seja em sentido amplo, seja em termos de cultura artística e letrada, por meio de suas lutas contra a uniformidade e contra a dissipação da memória, assumiram um papel de alta visibilidade. Por constituírem uma zona de resistência, também na busca de um ancoramento psíquico, a atenuar o abalo dos afetos, as obras de ficção foram resgatadas na contemporaneidade:

Literatura de ficção é alteridade e, portanto, alivia a solidão. Lemos não apenas porque, na vida real, jamais conheceremos tantas pessoas como através da leitura, mas, também, porque amizades são frágeis, propensas a diminuir em número, a desaparecer, a sucumbir em decorrência da distância, do tempo, das divergências, dos desafetos, da vida familiar e amorosa⁹⁹.

A literatura de ficção, indubitavelmente, tem desempenhado um papel importante no lastro do recalque do sentir. Ao transcender o diálogo entre as contradições e redefinir a identidade dos leitores, ela corrobora um plano político do não-esquecimento, do não-esmaecimento e, ao mesmo tempo em que se impõe ante as instâncias da pós-modernidade, participa dela. Assim, abrem-se novos espaços entre as tradicionais representações do literário e do cultural.

⁹⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 214.

⁹⁸ SANTOS, Boaventura de Souza. Linha de horizonte. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 47.

⁹⁹ BLOOM, Harold. *Como e por que ler*. Tradução José Roberto O'Schea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 15.

A utilização do suporte eletrônico para divulgação de obras literárias não-canônicas ou mesmo o acesso virtual aos clássicos são indícios de novos ares para a Literatura. Araújo, porém, observa que o meio eletrônico não pôde substituir o objeto-livro, em virtude da especial relação de espaço e tempo que, com ele, o leitor estabelece¹⁰⁰.

Além do mais, frente à perspectiva globalizante, com suas quedas de fronteiras nos mais variados sentidos - econômico, político, jurídico ou mesmo entre áreas do saber, culturas, gêneros literários, textos entre si, etc.- foram retomados os questionamentos sobre cânone, valor estético e alta literatura:

Los límites entre lo literario- lo duradero -, y la cultura de lo efímero – los medios masivos -, se han entremezclado de manera que sus bordes respectivos se han entrecruzado y lo literario ha abandonado su nicho sacralizante y sacralizador para confundirse más allá de sus propios límites, en una fusión con la cultura popular, y para alcanzar, en el ciber-espacio, nuevas formas de textualidades¹⁰¹.

A ascensão de novas formas textuais e a especial importância de literaturas comprometidas com o resgate memorialístico implicaram no retorno ao interesse por culturas fronteiriças e por literaturas de áreas culturais da tardia modernidade, como a latino-americana. A luta da cultura contra a uniformidade, sob essa égide, veio imbuída do questionamento do próprio ser fronteiriço, ao passo que a América Latina se percebia como estranha em face ao passado indígena e desconfortável ante as nações européias e suas práticas de expressão colonial.

A análise das questões trazidas à tona nesse primeiro capítulo será o mote das páginas que seguem e que tratam de pôr na pauta os entornos nacionalistas, as fronteiras políticas, culturais e literárias e as tradições a ter lugar nesse espaço transfronteiriço que, historicamente, tem conformado o pampa.

¹⁰⁰ ARAÚJO, Nara. Desterritorialización, posdisciplinarietà y posliteratura. In: BITTENCOURT, G.N., MASINA, L. S., SCHMIDT, R. T. (Orgs.). *Geografías literárias e culturais: espaços / temporalidades*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 27.

¹⁰¹ Id. Ib., p. 26.

Orelhano, brasileiro, argentino/ castelhano, campesino, gaúchos de nascimento/ são tranças de um mesmo tento, sustentando a um ideal/ sem sentir a marca quente, nem o peso do buçal/ Orelhano, ao paisano de tua estampa/ não se pede passaporte nestes caminhos do pampa¹⁰².

O questionamento das tradições na esfera latino-americana teve uma peculiar trajetória no sentido de reavaliar as marcas de pertencimento, posto que as teorias européias sobre nacionalidade pareciam não dar conta do peculiar fenômeno de consolidação do Estado-nação tipicamente “crioulo”. Aos movimentos pela independência político-administrativa, que tiveram lugar no século XIX, seguiram-se as tentativas de ruptura com um passado comum colonizador e de preenchimento dos vazios deixados pela consciência coletiva amparada em tradições alheias e ilegítimas.

Assim, tendo em vista que o latino-americano compõe o Outro do europeu, cabia definir quem seria o Outro do latino-americano¹⁰³. Na formação de sua identidade, restava cunhar a alteridade e delimitar suas fronteiras. Era-se a nação sem o sê-lo. Um paradoxo evidente: o nacionalismo incipiente da América Latina era “culturalmente colonial e politicamente anticolonial”¹⁰⁴. O caso do gaúcho foi ainda mais interessante: não se encaixando na sociedade do branco europeizado, nem na do índio, ele vacilou no “entre-lugar” das conformações identitárias, mas, após a demarcação das fronteiras e o cercamento dos campos, assumiu novos contornos de significação para os promotores dos discursos nacionalistas. Num evidente processo de civilização da barbárie, a imagem do gaúcho restou acomodada como símbolo inventado por uma comunidade ansiosa por engessar as fraturas culturais.

¹⁰² Da canção “Orelhano”, de Dante Ramón Ledesma.

¹⁰³ Afinal, recorda-se, com Cottet, o tema laciano da crítica da intersubjetividade: “não se deduz o sujeito de outro sujeito, mas o sujeito é suposto pelo significante que o representa junto a um Outro”. COTTET, Serge. Penso onde não sou, sou onde não penso. In: MILLER, Gerard (Org.) *Lacan*. Tradução de Luiz Forbes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 20.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Denise Vallerius de. Repensando as fronteiras: a tradução de identidades na obra de Jorge Luis Borges. *Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 51-63. 2004. p. 53.

De certa forma homogêneo no plano cultural, o “gaúcho”, politicamente falando, foi a consequência de uma zona de conflitos entre três soberanias. Sempre três. Ensina Leenhardt: “houve três quando Espanha e Portugal se uniram contra as reduções jesuíticas, houve três depois que o Uruguai se tornou um Estado do mesmo modo que houve três quando foi o Paraguai que se tornou em objeto de cobiça”.¹⁰⁵ Não obstante, a história de lutas entre os atores platinos se esfacela ante a constatação de como “modos de vida e culturas se constroem ou sobrevivem apesar dos recortes que os atravessam, e constituem, à sua maneira, um espaço diferente daquele que tentam definir os Estados, um Estado de cultura mais do que de dispositivos estatais de proteção”¹⁰⁶. Também Martins observa que, no contexto pampiano, “fronteiras culturais e linguagem resistem às delimitações geopolíticas bem mais do que o estabelecido em tratados. Mesclam-se em suas trilhas ambivalências e ambigüidades de ordem social, lingüística, existencial”¹⁰⁷.

Num contexto como o apresentado, o papel da cultura não poderia mais ser o de simples estética. Nesse pampa uno e indivisível, que antecipava os tratados políticos de integração, era mister que a literatura assumisse contornos mais afeitos a essa nova relação entre local e global (que Seligmann-Silva denominou “glocalização”)¹⁰⁸. Chegou-se a pensar na literatura latino-americana como “la quintaesencia de la posmodernidad y la diferencia”¹⁰⁹. E a literatura pampiana não fica para trás: acompanha as idas e vindas entre brasileiros e uruguaios, construindo e questionando mitos para, enfim, consagrar o interstício, com toda a sua carga de integração, com suas zonas de contato, com seus influxos platinos, como passa a enfocar este segundo capítulo.

¹⁰⁵ LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 27.

¹⁰⁶ LEENHARDT, op. cit., p. 29.

¹⁰⁷ MARTINS. *Pagos, passagens e incertezas*. Disponível em:

<http://www.celpsyro.org.br/documentos/Pagos_passagens_incertezas.pdf> Acesso em: 10 fev. 2004.

¹⁰⁸ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 214.

¹⁰⁹ CAMPA, Román de la. *Latinoamérica y sus nuevos cartógrafos: discurso poscolonial, diásporas intelectuales y enunciación fronteriza*. In: MORAÑA, Mabel. (Org.). *Crítica cultural y teoría literaria latinoamericanas*. Revista Iberoamericana. v. 62. n. 176-177, jul.-dez. 1996. p. 698.

2.1 Idas e vindas entre Brasil e Uruguai

Los hermanos sean unidos/ Porque ésa es la ley primera/
Tengan unión verdadera/ En cualquier tiempo que sea/
Porque si entre ellos pelean/ Los devoran los de ajuera.¹¹⁰

Para que se possam compreender as questões que envolvem a literatura que subverte as fronteiras políticas no entorno pampiano, faz-se mister atentar aos eventos históricos que influenciaram na conformação dos sistemas simbólicos de referência dos três Estados que convivem nesse espaço transfronteiriço. Visa-se, então, a fazer, neste primeiro ponto, um breve recorrido sobre questões atinentes ao entorno da bacia do Prata.

À guisa de introdução, cabe recordar que, até a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, em 1776, as principais atividades da economia rioplatense foram, simultaneamente, a exportação legal de couro e de charque e o contrabando de prata, mercadorias e escravos. Esse papel, um pouco esquizofrênico dentro da economia colonial, em que comércio legal e ilegal conviviam de forma intensa, permitiu a formação de uma próspera rede de contrabando organizado, da qual participavam comerciantes, funcionários da burocracia civil, militar e eclesiástica e, inclusive, governadores¹¹¹. Após o episódio do Domínio Espanhol e da perda de importantes territórios no Oriente e na África, além da presença holandesa cravada no nordeste, a região do Prata, espanhola por convenção, passou a interessar aos portugueses. A idéia era recolher a prata de Potosi e oferecer, em troca, artigos coloniais, como açúcar e negros, bem como manufaturados ingleses. Os britânicos, afoitos por novos mercados, incentivaram as ambições lusitanas.

Dessa forma, em 1680, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento na margem esquerda do Prata, rente a Buenos Aires. A resposta a tão ousado evento não tardou: em 1726, os espanhóis fundaram o forte de San Felipe, denominado, mais tarde, Montevideú, também na margem esquerda do Prata, isolando a comunicação com o território português ao norte.¹¹² Após sucessivos episódios de conquista e retomada de territórios, as disputas envolvendo a Colônia do Sacramento e o entorno das Missões motivou inúmeros acordos entre as Coroas Ibéricas, dos

¹¹⁰ Consejos de *Martín Fierro*.

¹¹¹ Cf. BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996. p. 09 – 21.

¹¹² Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p. 10 -12.

quais se destaca o Tratado de Madri, em 1750, com seu famigerado desfecho da “Guerra Guaranítica” (1754-1756). Contudo, a expulsão dos portugueses da Colônia de Sacramento só ocorreu em 1777, quando os espanhóis já ocupavam dois terços do território que constitui, hoje, o Uruguai. Por outro lado, a reconquista das Missões Orientais pelos portugueses teve lugar em 1801, ocasião em que o Rio Grande do Sul conquistou sua fronteira oeste¹¹³.

Em 1811, três anos após a chegada da Corte portuguesa à Bahia, ocorreu a primeira tentativa de independência uruguaia, sob a liderança de José Gervasio Artigas. Proclamada a independência de Espanha e a organização de um Estado confederado, Artigas decretou, em 1815, a repartição das terras, ocupadas em sua totalidade pelos *inimigos da revolução*: espanhóis e uma aristocracia agrária crioula comprometida com a Coroa. O *Reglamento* de 1815 previa a divisão das terras entre “los más infelices”: índios, negros livres (os que haviam aderido à Revolução) e *criollos* pobres.

Conforme Romano, a literatura desempenhou um importante papel nesse contexto revolucionário. Ao brotarem as primeiras publicações populares de poesias, as idéias artiguistas acabaram por integrar regiões e setores sociais diversos, tumultuando as negociações com Buenos Aires. O receio de que tais idéias encontrassem terreno fértil no Brasil, pela via do Rio Grande do Sul, fez com que Carlota Joaquina enviasse, do Rio Janeiro, uma imprensa com a qual se editaria a “Gaceta de Montevideo”, para respaldar a postura anti-revolucionária¹¹⁴. A velha classe alta do período colonial acabou, assim, por aliar-se aos invasores portugueses. Importante destacar que foram dois os motivos principais da invasão portuguesa ao Uruguai: ocupar um território em disputa com Espanha desde longa data e evitar que o Sul do Império, especialmente o Rio Grande do Sul, aderisse às idéias republicanas e federativas de Artigas¹¹⁵. De 1816 a 1820, os apoiadores de Artigas resistiram à invasão lusa, mas o Uruguai acabou sendo anexado ao Império Português e, com a independência do Brasil, em 1822, recebeu o nome de “Província Cisplatina”.

¹¹³ Id. Ib., p. 23.

¹¹⁴ ROMANO, Eduardo. Originalidad americana de la poesía gauchesca. Su vinculación con los caudillos federales rioplatenses. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. v. 02. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. p. 131.

¹¹⁵ Cf. BARRÁN, José Pedro. *El Uruguay pastoril y caudillesco en la primera mitad del siglo XIX*. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/historia/Uy.hist2.htm>> Acesso em: 03 jan. 2006.

Os habitantes da banda oriental, num primeiro momento, aceitaram a presença do invasor, que prometia a ordem e a devolução das terras confiscadas por Artigas. No entanto, aos poucos, foram percebendo que os lusitanos eram preferidos no reparto das terras e das concessões comerciais: “Las autoridades brasileñas [...]concluyeron por desilusionar a las clases altas e irritar a los demás sectores sociales. Renació con facilidad el sentimiento antilusitano, fuerte en una población de origen español que venía combatiendo los avances portugueses desde el siglo XVII”¹¹⁶.

Em 1825, teve lugar a segunda etapa da Revolução, quando os *33 orientales*, “número y nacionalidad un tanto míticos”¹¹⁷, encabeçados por Juan A. Lavalleja, declararam guerra ao Brasil, apoiados por uma Buenos Aires ansiosa por reincorporar o território uruguaio. No entanto, o “Estado Oriental do Uruguai”, definido pela Constituição de 1830, teve sua independência muito mais influenciada pelo comércio britânico do que pelas armas:

La guerra con el Brasil culminó con la victoria no decisiva de Ituzaingó en febrero de 1827. Desde meses antes mediaba Gran Bretaña en el conflicto a través de su enviado, Lord Pomsomby. La guerra perturbaba gravemente el comercio inglés con la Argentina debido al bloqueo brasileño del puerto de Buenos Aires. Además, pero sólo en segundo plano, a Gran Bretaña le interesaba fomentar la independencia de un pequeño estado sobre el Río de la Plata que impidiera que las dos orillas fueran argentinas. De tal modo ese río, puerta de entrada al principal sistema hidrográfico navegable de América del Sur, se internacionalizaría y el comercio inglés no podría ser obstaculizado por una Argentina fuerte¹¹⁸.

Embora não seja objetivo deste estudo promover uma análise sobre formação do Uruguai, os episódios mencionados ilustram o quão conexas e influenciadas pelo Brasil tem sido a história daquele país. E a recíproca é verdadeira, especialmente se posto em destaque o papel do Rio Grande do Sul. Senão vejamos: o conflito com o a Banda Oriental tinha mobilizado uma intensa campanha militar no Rio Grande do Sul, que durou até 1828. A perda da Cisplatina representou a perda do gado uruguaio para os *saladeros* platinos que se rearticulavam em detrimento das charqueadas sul-rio-grandenses, o que acentuou a insatisfação da oligarquia sulina. Além disso, os gaúchos compartilhavam com os vizinhos castelhanos anseios separatistas e federalistas, de

¹¹⁶ BARRÁN, José Pedro. *El Uruguay pastoril y caudillesco en la primera mitad del siglo XIX*. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/historia/Uy.hist2.htm>> Acesso em: 03 jan. 2006.

¹¹⁷ Id. Ib.

¹¹⁸ Id. Ib.

modo que tomaram o exemplo dos uruguaios e fizeram eclodir a Revolução Farroupilha (1835-1845). Há que se notar que foi em função das fortes ligações com o Prata que os promotores do levante farroupilha puderam sustentar dez anos de guerra contra o Império¹¹⁹. Da mesma forma, foi somente em vista da iminência de novos conflitos no Prata¹²⁰ que o Império, necessitado do apoio gaúcho, ofereceu uma paz¹²¹ em que ficou evidente “o poder militar do Rio Grande do Sul como elemento de barganha frente ao poder central”¹²². Assim, tendo novamente a oligarquia gaúcha a seu lado, o Império Brasileiro pôde, em 1851, levar a cabo nova intervenção ao Uruguai, o que ocasionou uma situação de:

Dependencia del Brasil en lo financiero, tutela del Brasil en lo político, facilitada no solo por presión del subsidio sino también por los tratados de octubre de 1851. El Imperio tenía el derecho de intervenir en el Estado Oriental para restablecer la paz interna si esta se veía perturbada por la lucha de facciones, auxiliando al gobierno legal¹²³.

Com efeito, tão expressiva era a presença brasileira na Banda Oriental, que, conforme levantamento feito em 1863 pelo Almirante Carbajal, e citado por Franco, “numa população de 180.000 habitantes haveria cerca de 40.000 brasileiros”¹²⁴ e que eles possuiriam no Uruguai “perto de 4.000 léguas, quase o equivalente à metade do território da República”¹²⁵. Especialmente nos departamentos do norte e do leste uruguaios, os brasileiros eram dominantes. Dessa forma, já em 1888, Itaqui, Quarai e Uruguaiiana estavam ligadas a Montevideú e Salto pela

¹¹⁹ Pesavento recorda que, durante todo o período da Revolução, a barra do Rio Grande permaneceu fechada aos farrapos, pois esta cidade estava em mãos dos “legalistas”. PESAVENTO, 2002b, p. 39.

¹²⁰ Na Argentina, desde 1829, desenvolvia-se o conflito entre as forças de Rosas, representante do setor ruralista, contra a burguesia portenha, aliada à Inglaterra. Já no Uruguai, o caudilho Fructuoso Rivera, de tendência unitária, enfrentava Manuel Oribe, apoiado por Rosas. Em 1839, teve início a “Guerra Grande”, quando Rivera declarou guerra a Rosas, quem reconhecia Oribe como presidente do Uruguai. Ambições francesas e inglesas compunham o plano de fundo desse conflito, tanto que, em 1845, ambas nações européias determinaram o bloqueio dos portos argentinos e uruguaios. A paz só veio em 1852. Cf: RICCIOPPO, Hernán. *Argentina en la época de Rosas*. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos6/aros/aros.shtml>> Acesso em: 03 jan. 2006.

¹²¹ A propósito, ver PESAVENTO, 2002b, p. 40: “os farrapos conseguiram elevação de 25% da taxa alfandegária sobre o charque importado e o direito dos estancieiros escolherem naquele momento o seu presidente de província (foi escolhido o próprio Caxias). Por outro lado, ficou acertado que as dívidas contraídas seriam pagas pelo governo central, e que todos os farrapos poderiam passar para o exército brasileiro com os mesmos postos com que lutavam nas forças rebeldes”.

¹²² PESAVENTO, 2002b, p. 40.

¹²³ BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839 – 1875)*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 1990. apud: MELO, José Luiz Bica de. *Fronteiras abertas: o campo do poder no espaço fronteiriço Brasil-Uruguai no contexto da globalização*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. f. 85-86.

¹²⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai. *Verso e reverso*, São Leopoldo, n. 11, p. 29-42. jul./dez. 1992. p. 32.

¹²⁵ Id. ib., p. 32.

via férrea. Em contraste, só em 1907, os trilhos da ferrovia gaúcha estabeleceram conexão com Porto Alegre¹²⁶. Esse “isolamento” da fronteira brasileira com relação ao próprio Brasil fez com que, até meados de 1920, boa parte da produção do oeste gaúcho fosse escoada através do porto de Montevideú, que, ademais da proximidade e boa infra-estrutura, cultivava um sistema de baixas tarifas de importação. As elites vinculadas ao setor agropastoril no Rio Grande do Sul atacavam com veemência os efeitos da participação uruguaia no comércio gaúcho. Borges de Medeiros, mais de uma vez, enfatizou em suas mensagens a necessidade de livrar o Rio Grande da influência platina¹²⁷. Questões comerciais, econômicas, políticas ou sociais eram resgatadas para insuflar o ódio da população contra o Outro – tanto de um quanto de outro lado da fronteira.

Nessa linha, pode-se afirmar que também o pampa se inseriu, conforme perspectiva sociológica sugerida por Souza Martins¹²⁸, numa *situação de fronteira* “como lugar social de alteridade, confronto e conflito”¹²⁹. Os sucessivos episódios de guerra, intervenção e exploração econômica a que o Brasil submeteu o vizinho Uruguai faz retomar a afirmação de que “certamente, o caso da frente de expansão brasileira, como provavelmente o caso de outros países, não corresponde à idílica suposição de que a fronteira é o lugar de concepções e práticas democráticas de auto-gestão e liberdade”¹³⁰. Sob essa égide, Souza Martins opõe-se a outros sociólogos que encaram a fronteira como comemoração do diálogo e do pluralismo: “É fora de dúvida que a fronteira é um lugar de morte”¹³¹. Morte não só nas guerras pelo território, mas também uma morte simbólica, cultural e social, promovida pela apropriação e degradação do outro: “Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga, explora”¹³².

¹²⁶ Id. ib., p. 34.

¹²⁷ DIAS, Marcelo Henrique. O Rio Grande do Sul em face ao Prata: geografia comercial e interesses regionais na primeira república. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998. p. 151.

¹²⁸ José de Souza Martins aborda, no estudo citado, a fronteira com o Outro indígena, no contexto da Amazônia. No entanto, seu trabalho será aqui mencionado no que se aplicar, também, ao entorno pampiano.

¹²⁹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 36.

¹³⁰ Id. ib., p. 39.

¹³¹ Id. Ib., p. 37.

¹³² Id. Ib., p. 13.

Interesses políticos buscavam soterrar a unidade da Campanha. Assim, promoveu-se entre o habitante desses pagos o encargo de viver com o inimigo. Porém, sobre estancieiro-soldado do entorno pampiano, pairava a incerteza de saber quem seria esse inimigo e qual seria a última fronteira, a depender do desfecho das guerras e das tratativas diplomáticas. E há que se notar que, para o gaúcho do Rio Grande do Sul de então, a idéia de pertencer a uma unidade colonial com regência no Rio de Janeiro trazia o sério problema de se sentir deslocado de seu horizonte imediato. A afirmação do povo rio-grandense forjou-se, portanto, em face do poder central brasileiro e da proximidade, “ora ameaçadora, ora atraente”¹³³ das terras castelhanas. Reverbel observa:

A fronteira do Rio Grande com os países do Prata estende-se por 1.727 quilômetros, dos quais 724 com a Argentina e 1003 com o Uruguai. A fronteira com o Uruguai, desde a barra do Chuí até a foz do Quaraí, é quase toda seca. Já a divisa com a Argentina, desde a foz do Peperi-Guaçu até a confluência do rio Quaraí, corre ao longo do rio Uruguai. Nada, entretanto, impede o livre trânsito entre o Rio Grande e os países platinos¹³⁴.

A inexistência de obstáculos naturais para a transposição da fronteira geográfica, especialmente se considerada a uruguiaia, permitiu o livre trânsito de pessoas, contrabando, gado e idéias. O auto-reconhecimento do gaúcho conformou-se a partir de um vínculo com o lugar, muito mais do que com o espaço¹³⁵, constituindo uma identidade precária, desvinculada das noções de país, pátria ou nacionalidade. A propósito, Guilhermino César aponta que, no pampa de fronteira aberta, os limites moldavam-se de acordo com a nacionalidade do possuidor das terras e que a língua era o principal fator de reconhecimento:

Nenhuma das duas Coroas [...] saberia dizer a seus vassallos por onde passavam, no terreno, as respectivas linhas confrontantes. A posse das coisas, portanto, não se dava num espaço nacional conhecido. O possuidor, com a sua nacionalidade, é que delimitava, por assim dizer, a soberania do seu Estado. Onde se achava um súdito espanhol, o território era espanhol; e vice-versa com respeito ao português. Ambos usufruíam, segundo seu alvedrio, a “terra-de-ninguém”.

¹³³ MARTINS, Maria Helena. *Pagos, passagens e incertezas*. Disponível em: <<http://www.celpsyro.org.br>> Acesso em 12 fev. 2005.

¹³⁴ REVERBEL, Carlos. *O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 89.

¹³⁵ Retomando o ponto 1.3 deste trabalho. Lugar deve ser entendido como o ponto de práticas sociais específicas, concreto e delimitado pelo contexto com o qual as identidades estão estreitamente vinculadas. Cf HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 70-76.

.....
 Todavia, para os crioulos, isto é, os nativos da “terra de ninguém”, a questão da nacionalidade complicava-se bastante. Quem lhes marcava a cidadania era o idioma; no anonimato em que viviam, diante da civilização, a fala materna fazia as vezes de certidão de idade. Até onde chegava, por conseguinte, a jurisdição de fato daqueles *enclaves* – Colônia do Santíssimo Sacramento, Rio Grande de São Pedro, *Siete Pueblos* da margem esquerda do Rio Uruguai – isso naturalmente só se afigurava importante aos simples, aos rústicos da Campanha meridional do Brasil, na hora da luta armada¹³⁶.

Assim, enquanto no conserto das nações modernas, o território assumia, jurídica e politicamente, uma dimensão estratégica a remeter à centralidade do poder, a formação das nações e o bailado das fronteiras eram decididos por autoridades de um outro mundo, indiferente à amálgama da gauchidade. Conforme Golin, a definição das fronteiras, combinada com “a conquista militar, a expansão demográfica e o recorrente *uti possidetis*, [...] significou uma opção imaginária, arbitrária, pesada na balança limitativamente possível da geopolítica”¹³⁷.

Com relação ao *uti possidetis*, cabe observar que, essa expressão latina, cuja tradução poderia ser “possuis agora”, é empregada no jargão jurídico para exprimir que “se deve manter a coisa no estado em que se acha, ou na situação em que se encontra”¹³⁸. No tocante à realidade platina, esse “foi sempre o recurso jurídico-político mediador de incorporação de territórios na construção dos espaços colonial e nacional”¹³⁹, pois ele abrange o “princípio que incorpora as ações concretas da história na ocupação real dos territórios, criando direitos”¹⁴⁰. As fronteiras pampianas conformam, portanto, o produto de um processo histórico de conquista e ocupação, não respeitando uma doutrina embasada na fronteira natural e no direito que a ela assistiria.

No entorno platino, as diferenças entre limites e fronteiras, talvez de forma mais acentuada que em outros contextos, adquirem importância fundamental, visto que os primeiros foram:

¹³⁶ CÉSAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. p. 44.

¹³⁷ GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. vol. 1. Porto Alegre: LP&M, 2002. p. 13.

¹³⁸ SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 4. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Forense, 1975. p. 1618.

¹³⁹ GOLIN, op. cit., p. 50.

¹⁴⁰ GOLIN, op. cit., p. 50.

[...] estabelecidos no papel, de forma convencional e imprecisa, através de bulas papais, tratados e acordos, contradança diplomática em que Portugal e Espanha procuravam acomodar seus interesses coloniais. Existe, porém, acentuada diferença entre limite, um fato jurídico, e fronteira, um fato político. O Rio Grande do Sul é um exemplo vivo dessa distinção. No final de contas, os nossos limites, traçados no papel, tiveram de ceder lugar às nossas fronteiras, estabelecidas pelos primeiros povoadores com respaldo das armas luso-brasileiras, a cujos interesses políticos elas serviam¹⁴¹.

É possível, então, depreender que, ao contrário dos povos europeus, que sustentavam seu direito de autodeterminação em elementos secularmente delineadores da chamada “consciência nacional”¹⁴², entre nós, a delimitação do espaço deu-se em função dos interesses de uma elite ligada ao Estado, originária dos países ibéricos. Ao guerrear pelas fronteiras geopolíticas, os agentes estatais não visavam a defender as margens de um sistema simbólico de pertencimento, mas, isto sim, gerá-las.

As lutas marcadas pelo espaço físico e o esforço em definir os arbitrários limites das nações incipientes demonstraram a necessidade de se estabelecerem marcas culturais a designar o que faz e o que não faz parte da nação. A esse escopo, a literatura, como representação do nacional, conformou um dos tópicos mais convenientes para o reforço das tradições inventadas. Nesse interregno, expressões já consolidadas na linguagem corrente foram revisitadas e revestidas de novas significações, como ocorreu com os termos “gaúcho” e “castelhano”. Esse será o objeto do ponto que se delinea a seguir.

2.2 O gaúcho-homem e o gaúcho-mito

Sou da geração mais nova/ Poeta bem macho e guapo/ Nas
minhas veias escorre/ O sangue herói de farrapo¹⁴³.

O pampa, enquanto território, é caracterizado, no plano cultural, pela unidade simbólica do “gaúcho”. Palavra de origem controvertida, “gaúcho” designava “caçador de gado selvagem,

¹⁴¹ REVERBEL, op. cit., p. 68.

¹⁴² Em tempo: embora se tome a Europa como paradigma dos movimentos nacionalistas, não restam esquecidas as reivindicações das minorias fraturadas sob essa “consciência nacional”, como os bascos frente à Espanha, os irlandeses frente ao Reino Unido e os demais conflitos que estouram na França e na Alemanha, principalmente.

¹⁴³ Verso da canção “Querência amada”, de Oswaldir e Carlos Magrão.

contrabandista, teatino, andejo, coureador, desregrado, gaudério, changador; remascentes de tribos guerreiras amestiçados com portugueses e espanhóis”¹⁴⁴. De um lado e de outro da fronteira física, o gaúcho não se encaixava nem na sociedade do europeu, nem da do índio. Estava, portanto, no “entre-lugar”. Sobrevivia “da caça e da venda de gado alheio ou selvagem, além de exercer o contrabando”¹⁴⁵. Foi somente na segunda metade do século XIX, em meio às guerras pela independência, e quando estava à beira da extinção, que o gaúcho foi revalorizado em função de seu aproveitamento nas frentes de batalha¹⁴⁶. A palavra revestiu-se, então, de “conteúdo nitidamente elogioso, de homem digno, bravo e destemido”¹⁴⁷. Do “gaúcho” restaram conhecidas “sua coragem e valentia; o amor à liberdade e o apego à terra; o espírito cavalheiresco, nobre e hospitaleiro; a gentileza para com as mulheres; o amor arraigado e constante às tradições”¹⁴⁸.

É possível depreender que, à margem dos fatores históricos que concorrem para a depreciação e posterior mitificação do “gaúcho”, há um cunho ideológico latente a nortear a re-significação do vocábulo em tela. O gaúcho, a designar o homem que habitava a campanha em tempos de fronteira aberta, campo aberto e gado solto, sobrevivia, como é sabido, de trabalhos “especiais”, quase sempre ilícitos¹⁴⁹. É evidente que as lides corriqueiras do trabalho campeiro eram desempenhadas pelo negro, como escravo das grandes propriedades. Meyer, a respeito, observa que o fazendeiro comprava “os quinze ou vinte anos que podia dar-lhe o trabalho de um negro escravo por quantia correspondente à quadragésima parte do total empenhado em pagamento de um peão, no mesmo período”¹⁵⁰. A leitura sociológica do gaúcho/gaudério remete, pois, à depreciação decorrente das fraquezas políticas do entorno pampiano. Para os fazendeiros, o gaúcho era o ladrão ou o contrabandista a molestar-lhe ou a prestar-lhe serviços. Para as autoridades, ele serviu de lanceiro, miliciano, isca para o inimigo, conveniente, mas pouco confiável, em face do eminente perigo da deserção.

¹⁴⁴ BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003. p. 265.

¹⁴⁵ BEIRED, op. cit, p. 18.

¹⁴⁶ Cf. BEIRED, op. cit, p. 18.

¹⁴⁷ BOSSLE, op. cit., p. 265.

¹⁴⁸ BOSSLE, op. cit., p. 265.

¹⁴⁹ A propósito, Augusto Meyer pondera que, antecedendo o vocábulo “gaúcho”, aparecia nos documentos de uma e outra banda a palavra “gaudério”, aplicada a “aventureiros paulistas que desertavam das tropas regulares, identificando-se com a vida rude dos coureadores e ladrões de gado”. Nesses termos, o gaudério teria ficado conhecido como aquele que tem por costume vender o que não é seu. (MEYER, Augusto. *Prosa dos pagos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. p. 19).

¹⁵⁰ MEYER, Augusto. *Prosa dos pagos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. p. 25.

Esses homens sem lei nem rei, que “moravam na sua camisa, debaixo do seu chapéu” [...] foram aproveitados muita vez nas arreadas e na guerra como campeiros ou bombeiros, mas o seu entendimento com as tropas regulares de espanhóis ou portugueses era um ajuste condicionado às obrigações momentâneas de serviço, combinadas entre as partes, e representava uma espécie de parêntese na sua vida habitual de gaudérios¹⁵¹.

De qualquer sorte, os trabalhos do gaúcho teatino¹⁵² por esses campos garantiram, também, vantajosos rendimentos para ambas as nações ibéricas, visto que o entorno pampiano foi marcado tanto pela disputa armada de território quanto pelo contrabando. A propósito, Masina chega a declarar: “Não existem fronteiras sem contrabando”¹⁵³.

É pacífico o entendimento de que o contrabando, prática tão arraigada na cultura platina, a tal ponto de ter constituído um dos pilares da economia local já desde antes da formação do Vice Reinado do Rio da Prata, em 1776, foi elemento propulsor do desenvolvimento regional, favoreceu a independência política das colônias e desempenhou relevante papel em meio às lutas pela demarcação de território.

Masina observa que, no imaginário da população fronteiriça, o contrabando não constituía uma prática social indesejada¹⁵⁴, o que, portanto, eximia-o da condição de “crime”. Conforme César:

Crime? Mas o contrabando, ali, não se enquadrava sequer na categoria de contravenção, que é um crime liliputiano. Passava-se até com os espanhóis, e seus descendentes platinos, que contrabandeavam também, escancaradamente, naquela zona, um fato curioso: seus rivais e vizinhos daquela praça de guerra muitas vezes os auxiliavam a enviar para outros “clientes”, fora do Prata, suas mercadorias maculadas pela transgressão da lei. Isso ocorria, quase sempre, quando as relações entre a Colônia e Buenos Aires se turbavam, por motivo de guerra ou de intransigência ocasional dos agentes do fisco¹⁵⁵.

¹⁵¹ Id. Ib., p. 25.

¹⁵² Emprega-se o termo em sua acepção regional de “cavalo ou boi e, por extensão, a coisa que, não se sabe a quem pertence; forasteiro, de outra terra”. (cf. Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. v. 1. p. 1161)

¹⁵³ MASINA, Léa. O contrabando na confluência de culturas. In: CASTELLO, J. R. et al. (Org.) *Práticas de integração nas fronteiras*: Temas para o Mercosul. Porto Alegre: Edufrgs / Goethe / ICBA, 1995. p. 165.

¹⁵⁴ Id. Ib., p. 167.

¹⁵⁵ CÉSAR, 1978, p. 43.

Nesses termos, depreende-se que o contrabando, não raras vezes, era instrumento de integração entre os habitantes do pampa, unindo-os, uns aos outros, em prol de burlar as regras impostas por um rei, português ou espanhol, visando ao lucro. O habitante desse campo aberto não poderia considerar crime o ato de transportar, daqui para ali, as coisas que adquiria ou apresava. Porém, ainda na trilha de César, cabe lembrar que, lado a lado com o contrabando pessoal e o oficioso, conviviam o contrabando de guerra¹⁵⁶, a institucionalizar a subtração e a tomada. Também Reverbel tece seu comentário sobre a questão em baila:

Era o roubo, praticamente, institucionalizado nas duas bandas, inclusive fazendo parte das guerras em que ambas se engajavam. Roubando-lhes os gados, bovinos e cavalares, os portugueses enfraqueciam seus inimigos da outra banda, econômica e militarmente. Da mesma forma procediam os espanhóis. [...] Acobertados por conveniências de Estado, esses aproveitadores ostentavam certa dignidade cívica, considerando-se merecedores do reconhecimento da pátria¹⁵⁷.

Não obstante o convívio com a ilicitude institucionalizada, o gaúcho acabou por sofrer um processo de “desmarginalização”, citado na ressignificação da palavra dicionarizada e na conformação do personagem idealizado a surgir nas expressões literárias posteriores. O objetivo desse enlevo era atender às demandas de invenções das tradições no entorno platino, em tempos de consolidação dos atores nacionais. Apesar de a pilhagem e o contrabando conformarem práticas arraigadas tanto de um quanto de outro lado da fronteira geopolítica, foi o Outro que passou a ser responsabilizado pela degradação dos bons costumes e das práticas sociais. Em processo inverso ao que teve lugar ante o termo “gaúcho” (a conformar um Nós, desmarginalizado), o vocábulo “castelhano” foi acometido de uma anemia significativa para atender à ideologia nacionalizante que reclamava a caricaturização e depreciação do Outro. Assim, o Rio Grande do Sul apropriou-se do termo “gaúcho” para designar seu gentílico, olvidando-se que o “castelhano” era, tão-somente, o gaúcho “do lado de lá”. Ao “castelhano”, porém, vocábulo que originalmente designava a língua e a pessoa originária da região de Castela, em Espanha, restou o desígnio, de forma jocosa ou mesmo ofensiva, do desregrado, do invasor de terras, do responsável pelo roubo, pela pilhagem, pelo desrespeito às tradições, às mulheres, às famílias, às propriedades.

¹⁵⁶ CÉSAR, 1978, p. 43.

¹⁵⁷ REVERBEL, op. cit., p. 80.

A evidente acepção ideológica a nortear as invenções das tradições do “gaúcho” sul-riograndense em face do outro “castelhano” tem na noção de fronteira a sua causa e sua conseqüência. Ao apresentar-se una e indivisível, livre de obstáculos naturais, a fronteira do Rio Grande do Sul com os Estados do Prata, especialmente com o Uruguai, era um convite ao diálogo e ao intercâmbio. Objeto de zelo e receio pelo poder central brasileiro, o Rio Grande do Sul foi alvo de todo um aparato ideológico a primar pelo controle e vinculação ao “caráter nacional”. Assim, a construção da “brasilidade” requereu a definição de fronteiras simbólicas e o fortalecimento dessas pela modulação de um conjunto de significantes emblemáticos.

A produção literária no Rio Grande do Sul desenvolveu-se sob o signo da fronteira. Em seus primórdios, o personagem ficcional mais recorrente foi o gaúcho tal como o concebiam as vertentes literárias argentina e uruguaia. A sucessão de guerras, porém, e a necessidade de se “abrasileirar” o Rio Grande do Sul foram, paulatinamente, inserindo-se no plano das letras e forjando uma narrativa mais afeita aos novos paradigmas ideológicos. Não que os primeiros protagonistas das obras literárias tenham sido fiéis representações daquele gaúcho sociológico, a habitar os campos de fronteira aberta, campo aberto e gado solto. Contudo, o próprio modelo de “gaúcho”, tal como apresentado na literatura, na música e nas artes em geral, foi sofrendo modificações e diferentes abordagens.

É mister destacar que não está em discussão o debate que, desde Platão, delinea as considerações dos teóricos da literatura sobre a medida que aproxima / afasta o personagem de ficção daquele homem que existiu concretamente. Expulso, já, da *República*¹⁵⁸, o gaúcho literário, na abordagem deste trabalho, não tem a pretensão de provir do mundo real. Não obstante, algumas considerações são pertinentes em face do objetivo de se proceder a uma análise sobre o construto das tradições no plano de ascensão dos ideais nacionalistas.

Com efeito, a crítica tem demonstrado que a invenção do “gaúcho literário” deu-se pela geração dos filhos do levante farroupilha. A reivindicação de um direito à particularidade e à

¹⁵⁸ Menção à obra *A República*, em que Platão advoga por banir a poesia (e toda criação artística, por extensão) da República, por se tratar de uma imitação em terceiro grau. Para o filósofo, a natureza tem origem divina, e tudo o que se cria a partir dela é uma imitação em segundo grau. O artista situar-se-ia numa terceira instância, visto que imita a aparência, ou seja, busca inspiração no que existe concretamente, razão pela qual ele se afastaria da Verdade e do mundo das Idéias. O poeta criaria, pois, ilusão e simulacro.

diferença e o fortalecimento da auto-estima das elites incipientes estiveram na pauta dos grupos que se foram formando com a intenção de organizar (e inventar) a cultura no Rio Grande do Sul. A Sociedade Partenon Literário (1869-1885), que deu consistência à prática regular da literatura no Rio Grande do Sul, divulgou a imagem do “centauro dos pampas”, do “monarca das coxilhas”. Chamou a atenção que, em meio às tendências do Romantismo e de seus ideais anticlássicos, haja-se instaurado por esses pagos uma instituição denominada “Partenon” a reinventar um gaúcho com ares gregos por meio da alcunha do “centauro”. O gaúcho mitologizado exerceu, pois, no plano regional, o papel que ao indígena se reservou no âmbito do Romantismo nacional¹⁵⁹.

De qualquer sorte, através da identificação com a figura mítica do gaúcho, universalizou-se a auto-imagem da classe dominante e se a projetou por todas as demais classes sociais ansiosas de compartilhar glórias. Frente a um contexto histórico em que os espoliados não têm outro “luxo” que as histórias de valentia, reiteraram-se os esquemas narrativos como “modelos de resistência”, enquanto se teciam os subterfúgios para ocultar o pária do pampa¹⁶⁰, expulso da terra em função do cercamento dos campos¹⁶¹. Há que se ressaltar que o Partenon era uma instituição engajada politicamente, tendo orientado o pensamento de muitos líderes da época, especialmente os promotores das idéias positivistas. As questões literárias, nesse contexto, andaram “lado a lado com a política”¹⁶².

O comprometimento ideológico da produção literária escrita no Rio Grande do Sul, desde o Partenon, abarcando a geração de escritores da República Velha, terminou por formar um gaúcho literário distanciado do *gaucho* platino. Esse afastamento não foi, entretanto, fortuito: é possível considerar, com César, que “a idade de ouro da gauchesca, na prosa, ocupou os três

¹⁵⁹ Cf. AREND, João Cláudio. *O mito do gaúcho-herói e o imaginário social em “Contos gauchescos e lendas do sul”*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1995. f. 44.

¹⁶⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: mito e história. *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 77, p. 55-63, set. 1989. p. 57.

¹⁶¹ A exportação de couros pelo Rio da Prata terminou por acarretar a extinção do gado *cimarrón*, de modo que a tendência da coleta teve de se adaptar à criação. Da mesma forma, no fim do período colonial, expandiu-se a produção agrícola, especialmente a do trigo, promovendo a gradual valorização dos campos e a preocupação com a privatização das terras. (Cf. REICHEL, Heloísa Jochins. A valorização da propriedade da terra numa sociedade em transformação: a campanha platina na virada para o século XIX. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.)

¹⁶² AREND, op. cit., f. 48.

primeiros decênios do século XX”¹⁶³, coincidindo com os roupantes nacionalistas a acompanhar a I Guerra Mundial e seus desfechos. O historiador observa que, já em 1898, tinha sido fundado, no Rio Grande, o *Grêmio Gaúcho*, iniciativa de Cezimbra Jacques, oficial reformado do Exército, com a finalidade de “resgatar” as tradições desses pagos. Porém:

[...] o simpático Major não admitia (e sirva o fato para documentar seu nacionalismo) qualquer aproximação do gaúcho rio-grandense – a personagem de ficção ou o tipo real – com o gaúcho platino, isto é, conforme ele mesmo diz, com “o *borracho* que vive a retoçar [sic] as polícias locais e a provocar desordens em a *polpería* e cometer crimes como se o vê pintado em *Martín Fierro* e *Juan Moreira*¹⁶⁴”¹⁶⁵. [grifos do autor]

Esse paradoxo só veio a ser reforçado com o advento das novas tendências estéticas e com a consciência autonômica cultural promovida pelo Movimento Modernista. Ademais, com a Revolução de 30 e o golpe do Estado Novo, em 1937, o gaúcho mitificado passou a exercer um papel político mais evidente. Segundo Masina:

A polissemia do mito do gaúcho é flagrante: de um lado, criava-se, no Brasil, um modelo regional idealizado, fruto de uma terra de homens fortes, leais e íntegros, capazes de conduzir os destinos da pátria. O gaúcho seria, pois, o oposto do Jeca Tatu, celebrizado por Monteiro Lobato nos alvares do século. Por outro lado, a divulgação da imagem do “centauro dos pampas” contribuía para fortalecer a auto-estima de um Estado espoliado pelo governo federal, cuja classe média, representada pela força militar, assegurara a vitória populista de Vargas¹⁶⁶.

Por uma dessas ironias da história, foi Getúlio Vargas quem acabou por “abrasileirar” o Rio Grande. Em nome de uma pretensa unidade, foram proibidos o hino e a bandeira sul-rio-grandense, bem como as demais manifestações de conotação regionalista. Esse quadro de opressão perdurou até 1945. O fim da ditadura coincidiu com o desfecho da II Guerra e fez emergir novas tendências no cenário sul-rio-grandense. Resgatando as tradições soterradas pela Era Vargas, ao mesmo tempo em que se opunham aos padrões culturais estadunidenses disseminados com a hegemonia

¹⁶³ CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande*: literatura. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Editora da Universidade, 1994. p. 39.

¹⁶⁴ César, aqui, cita JACQUES, Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Of. Gráficas da Escola de Engenharia, 1912. p. 52.

¹⁶⁵ CÉSAR, 1994, p. 42.

¹⁶⁶ MASINA, Léa. A gauchesca brasileira: revisão crítica do regionalismo. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais*: Brasil – Uruguai – Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 94.

do pós-guerra, um grupo de jovens estudantes liderados por Paixão Côrtes criou um Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Barbosa Lessa integrou-se ao movimento ansioso por fundar um “Clube de Tradições Gaúchas”. Data de 24 de abril de 1948 a ata da fundação oficial do “35” Centro de Tradições Gaúchas, com o amparo do “Grupo dos Oito”,¹⁶⁷ da Patrulha do Quero-Quero e da maçonaria gaúcha¹⁶⁸. A escolha do nome foi uma homenagem ao ano de 1835, quando eclodiu a Revolução Farroupilha.

Depois do “35”, disseminaram-se os CTGs Rio Grande do Sul afora. Não obstante, há que se ressaltar que esse “regaste” de tradições tampouco primou pela reprodução do gaúcho sociológico originário. A vestimenta, os cantos e os bailes vinham, também, imbuídos de invenções nacionalistas e imperialistas. Fagundes observa:

Na esteira mercantilista da Guerra do Paraguai veio [...] a gaita, que destronou a viola no reino dos bailes. E ao som das “duas conversas” as velhas danças do ciclo dos fandangos, sapateadas e completas (cada um com canto, música e coreografia) foram substituídas por “maneiras de dançar” impostas pelos novos ritmos trazidos no bojo dos foles: valsa, mazurca, polca, havaneira, chotes... E veio também a bombacha, de origem turca, que os comerciantes ingleses despejavam aos fardos no porto de Montevidéu, como sobra de guerra – restos do fardamento de seus exércitos colonialistas e imperialistas e mercantilistas¹⁶⁹.

Contudo, a emergência da memória e a ascensão de uma consciência integradora (e agregadora), fez com que as práticas gauchescas pudessem ser entendidas como “formas de resistência e diálogo com as tendências homogeneizadoras bombardeadas pela televisão e pela mídia”¹⁷⁰. Masina reitera que, apesar de a forte identidade regional do Rio Grande do Sul ter sido sempre “um empecilho para o reconhecimento e valorização da cultura gaúcha nos centros hegemônicos do país”¹⁷¹, há uma tendência a apontar para uma mudança de paradigma e uma conseqüente legitimação das práticas artísticas sul-rio-grandenses. Da mesma forma, tem-se

¹⁶⁷ Recebendo convite para montar uma guarda de gaúchos pilchados em honra ao herói farrapo, David Canabarro, que seria trasladado de Santana do Livramento para Porto Alegre, Paixão Cortes, reuniu um piquete de oito gaúchos bem pilchados e, no dia 5 de setembro de 1947, prestaram a homenagem a Canabarro. Esse piquete é hoje conhecido como o Grupo dos Oito, ou Piquete da Tradição. Cf: 35CTG, *Histórico*. Disponível em: <<http://www.35ctg.com.br/historico/historico.html>> Acesso em: 20 jan. 2006.

¹⁶⁸ Cf. 35CTG, *Histórico*. Disponível em: <<http://www.35ctg.com.br/historico/historico.html>> Acesso em: 20 jan. 2006.

¹⁶⁹ FAGUNDES, Antônio Augusto. E o gaúcho, morreu? In: FISCHER, L. A; GONZAGA, S. (Coord.) *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 1992., p. 95.

¹⁷⁰ MASINA, 2002, p. 97.

¹⁷¹ MASINA, 2002, p. 97.

reconhecido os influxos platinos como t3pico diferencial na conflu4ncia da cultura pampiana do Rio Grande do Sul. 4 o que se passa a discutir no ponto subsequente.

2.3. Novos enfoques para os influxos platinos

Na fronteira, los hermanos, 4 prenda cavalo e canha/ Viver l4 na campanha 4 bom demais/ Que um santo missioneiro te acompanhe, companheiro/ Se puder, vem lavar a alma no Rio Uruguai¹⁷².

Para a perspectiva de que o liter4rio, na Am4rica Latina, tem referenciado a hist3ria local. Por certo, esse entendimento n4o 4 un4nime, visto que a literatura alimenta-se, sobretudo, de literatura. Contudo, a preocupa4o em desmistificar o passado colonial tem levado em conta os processos simult4neos que tangem a forma4o do que restou referido como o “debate do Novo Mundo”. Pizarro observa que “la emancipaci3n del discurso literario antecede en nuestro continente a la emancipaci3n pol3tica”¹⁷³. Com efeito, mesmo em meio 4 hegemonia estrangeira, sobretudo no aspecto do capital, pensadores locais se empenharam em expor suas id4ias. Fossem ensaios pol3ticos ou culturais, fossem coment4rios sobre literatura e arte, a quest4o 4 que as narrativas, 4s vezes “depoimentos” mesclados com biografias e mem3rias, compuseram um mosaico de grande import4ncia n4o apenas na consolida4o de um discurso emancipado, mas tamb4m de uma vis4o pol3tica auton3mica. Basta recordar a relev4ncia da literatura popular no meio latino, especialmente no per3odo da moderniza4o em que:

Se produce una desacralizaci3n del libro que serv4a a las 4lites ilustradas. El modo de producci3n industrial provoca un est4mulo en las ventas y el comercio del follet4n es una realidad. Los 150.00 ejemplares del folleto *Carta Gaucha* son un ejemplo. El deseo de lectura crece con la alfabetizaci3n y se satisface con los impresos de menor costo. El desarrollo del mercado popular del libro sigue una marcha que no tiene en cuenta las ediciones de alto costo 4nicamente para los grupos ilustrados y de 4lite. Es otro modo de comunicaci3n y de adquisici3n de conocimientos y de disfrute de los grupos populares. El p4blico compraba folletos con poes4a popular, cr3nicas y relatos de variados acontecimientos de la vida diaria, leyendas gauchas en prosa y en verso, e infinidad de otros temas, en quioscos librer4as, almacenes y a los vendedores ambulantes. Los editores contrataban los escritores y poetas para los futuros libros y folletos, cuyos t4tulos

¹⁷² Trecho da can4o “Eu sou do sul”, de Elton Saldanha.

¹⁷³ PIZARRO, Ana. La emancipaci3n del discurso. In: PIZARRO, Ana (Org.). *Am4rica Latina: palabra, literatura e cultura*. v. 02. S4o Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.p.23.

anunciaban en largas listas en las contratapas de los mismos. Folletos y libros en octavo, artesanales, para pobres¹⁷⁴.

Essa formação de uma literatura à margem da ilustrada contribuiu para a propagação de causas sociais e libertárias. E os estudos literários, especialmente se considerados os vinculados às noções de região cultural, fronteiras e identidades fronteiriças, não puderam se furtar de colher nos fatos históricos algumas relevantes noções teóricas. A temática do federalismo, por exemplo, e as ânsias separatistas são peças fundamentais para a compreensão das relações de pertencimento que particularizam as fronteiras culturais entre os países do Cone Sul, conformando um interessante projeto político por trás do plano simbólico¹⁷⁵. Os reflexos do quadro político platino no contexto sul-rio-grandense são notáveis: as sucessivas investidas brasileiras contra o Uruguai o ilustram. Certamente, a produção literária escrita no Rio Grande do Sul consolidou-se impregnada dos marcos históricos e políticos.

Não obstante, apesar das intrincadas relações entre os habitantes do entorno pampiano (ou exatamente por isso mesmo) a questão do nacional promoveu, no sistema literário brasileiro, a exclusão de obras marcadas pelo influxo platino. Paradoxalmente, a produção literária canônica e sua respectiva crítica estavam imbuídas do ideário nacional e nacionalista alemão e francês¹⁷⁶. A crítica que interpretou o regionalismo gaúcho como simples filiado à vertente romântica não considerou a questão em sua complexidade. Considerando-se, com Coutinho, que “o regionalismo é um conjunto de retalhos que arma o todo nacional”¹⁷⁷, resta a dúvida se a produção literária escrita no Rio Grande do Sul pode ser resumida a esse papel. Embora também seja certo afirmar com Chiappini que:

Na verdade, como manifestação do ressentimento de uma parcela das elites regionais, o regionalismo não se opõe ao nacionalismo; ao contrário, compõe com ele, da mesma forma que, mesmo perdendo a hegemonia, os fazendeiros do Nordeste ou do Rio Grande do Sul, apesar dos conflitos, em última instância compõe politicamente com as elites que

¹⁷⁴ GUIDO, Clara Rey de. La literatura popular rioplatense en el período de la modernización. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2, p. 396.

¹⁷⁵ Cf. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Fundação de Economia e Estatística; Lajeado: Editora da UNIVATES, 1998. p. 273-284.

¹⁷⁶ Cf. OLIVEIRA, Denise Vallerius de. Repensando as fronteiras: a tradução de identidades na obra de Jorge Luis Borges. *Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 51-63. 2004. p. 54.

¹⁷⁷ COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Global, 1997. v. 4. p. 237.

detêm o poder no Centro do país, como forma de defesa e reforço da dominação que eles exercem na sua própria região¹⁷⁸.

Nem praga anti-nacional, nem herdeira de Alencar, o fato é que a literatura gaúcha se viu influenciada pelo fato de compor o “único território brasileiro que o colonialismo lusitano conquistou mediante guerras contra outra potência colonial”¹⁷⁹. A proximidade e os contatos do Rio Grande do Sul com o Prata foram, indubitavelmente, refletidos na sua produção escrita. No entanto, o abafar das vozes platinas e a negação dos influxos literários confluíam na tendência da “eliminação do que não é nativo”¹⁸⁰, delineando o que Schwarz designou “nacional por subtração”, sem tomar em conta o embuste que se promovia. Há que se considerar que a literatura sul-rio-grandense, a pesar de orientada por princípios ideológicos de rechaço ao Prata, recebeu dele várias influências, estabelecendo um interessante diálogo com esse Outro. E esse é o seu diferencial, a raiz de sua composição.

Na afirmação da gauchidade brasileira, a influência platina fez-se sentir mesmo quando o objetivo primordial era negá-la, assemelhando-se a um vulto perturbador, com ares anti-nacionais, ainda que reiterasse, antes de tudo, um fenômeno regional. Não obstante, o conceito de “região”, frente à teoria literária, contemplou, tradicionalmente, somente duas situações: a que considera o lugar da enunciação literária (o lugar onde se escreve) e a que se ocupa do lugar como referência do texto (o lugar como tema sobre o qual se escreve). Só mais recentemente se deram a conhecer perspectivas como a de Kaliman, que analisa o “regional” como o espaço pelo qual circula a literatura, ou seja, a comunidade que, por uma ou outra razão, acolhe o texto.

Seguindo a esteira de Kaliman, numa região definida pela prática de certos tipos de relatos orais, no curso da socialização, os agentes podem ter seus papéis alterados, passando, por exemplo, do rol de ouvintes ao de narradores¹⁸¹. Ademais, o estudioso argentino fez notar que,

¹⁷⁸ CHIAPPINI, Lígia. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2, p.672.

¹⁷⁹ FREITAS, Décio. A exploração das fronteiras do Sul. *Leitura*. São Paulo, v. 6, n. 66, p.10-1, nov. 1987. apud: CHIAPPINI, Lígia. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2, p.676.

¹⁸⁰ SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 113.

¹⁸¹ KALIMAN, Ricardo. Un marco (no “global”) para el estudio de las regiones culturales. Tucumán: Facultad de Filosofía y Letras; Instituto de Historia y Pensamiento Argentinos, 1994. p. 03-04

nessa região, poderiam existir agentes que, mesmo socializados em comunidades diferentes, viessem a estabelecer, de alguma maneira, relações de contato. Essas últimas, de acordo com Cioranescu, “suponen la presencia de una especie de ecuación, cuyos términos de comparación tienen por condición la de pertenecer a dos [ou mais] literaturas nacionales”¹⁸², e podem se dar através de viagens, de leituras, por meio de intermediários (como professores de língua estrangeira), trabalhos de pesquisa ou de traduções, ou ainda pela imitação e pela influência.

No caso do pampa, cenário por excelência da literatura gauchesca, e do Rio Grande do Sul como *locus* de enunciação literária, deve-se agregar, então, uma outra perspectiva, desvinculada da noção de fronteira política, para contemplar as relações de contato com Prata partindo de uma noção de região não como espaço em si, mas como uma função sobre o espaço. Esse pampa de relatos vários e de temas comuns, resgatado pela “geração dos homens tristes de saudade”¹⁸³, no dizer de Faoro, foi, ainda, uma forma de lidar com a morte, real ou simbólica, da fronteira, um jeito de “renascer pela memória” e de reunir os pedaços de identidades partidas pela “manipulación ideológica de la homogeneidad, el de las naciones-estado”¹⁸⁴. Sob essa égide, faz-se mister destacar que, no entorno pampiano, o processo de travessia de fronteiras não foi determinado pela crítica, mas pela “transmissão oral, a partir das cidades da fronteira e, particularmente, por sua circulação nas estâncias e pequenos lugarejos interioranos”¹⁸⁵.

Em face do exposto, é possível depreender, com Aguiar que:

Quando os românticos da região quiseram criar o romance local, seus modelos iniciais foram Macedo, Alencar, e outros escritores sediados na Corte, e não escritores do Prata. Mas tematicamente, e em termos de paisagem cultural, as marcas de região eram mais próximas das platinas do que da Baía da Guanabara. Isto fez que o Rio Grande do Sul, seguindo a terminologia proposta pelo crítico uruguaio Ángel Rama, integrasse o sistema brasileiro, mas fizesse parte (até hoje) de uma “comarca pampeana”, que se desdobra em duas línguas (espanhol e português) e três países, Uruguai, Argentina e o sul do Brasil. Essa proximidade ao Prata foi deixando marcas indeléveis na cultura gaúcha. Já na época da República, um escritor como Simões Lopes Neto, autor de *Contos Gauchescos*, de *Lendas do Sul* e também do hilariante *Causos do Romualdo*,

¹⁸² CIORANESCU, Alejandro. *Principios de literatura comparada*. Tenerife: Universidad de la Laguna, 1964. p. 74.

¹⁸³ FAORO, Raimundo. Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.).

Breve inventário de temas do sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Fundação de Economia e Estatística; Lajeado: Editora da UNIVATES, 1998. p. 23.

¹⁸⁴ KALIMAN, op. cit., p. 02.

¹⁸⁵ MASINA, Léa. *Martín Fierro na literatura brasileira: os rastros de um percurso*. Disponível em: <<http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forum14.htm>> Acesso em: 06 nov. 2003.

revela traços mais nítidos de contato com um escritor argentino como José Hernández, autor do poema *Martín Fierro*, que consolida a literatura argentina.¹⁸⁶

Com efeito, o influxo platino, visto com maus olhos pela crítica tradicional, conferiu peculiaridade aos textos da literatura fronteiriça, “possibilitando uma visão múltipla das culturas latino-americanas meridionais em diálogo”¹⁸⁷. Masina¹⁸⁸ testemunhou a influência de José Hernández não apenas sobre Simões Lopes Neto, mas sobre uma vasta gama de escritores gaúchos como Alcides Maya, Aureliano Figueiredo Pinto, Aparício Silva Rillo, Darcy Azambuja e Luis Carlos Barbosa Lessa. Também Cyro Martins, em *Para início de conversa*, admitiu ter influências de José Hernández e mencionou que ouviu *Martín Fierro* sendo declamado na campanha, nunca tendo esquecido da exclamação emocionada de um chiru velho na ocasião: “Decerto esse foi o gaúcho mais valente que existiu!”¹⁸⁹. De fato, a trajetória e os conselhos de *Martín Fierro* fazem parte, também, do imaginário do povo do Rio Grande do Sul. Conforme Pesavento, isso não é de se estranhar:

Ora, existe sempre como que um *mercado* de idéias e imagens, que viajam no tempo e no espaço, sendo a escrita sempre um palimpsesto, em que é possível ler, em um autor, a presença das idéias do outro, ainda mais quando são vivenciados, historicamente, problemas comuns¹⁹⁰.

Apesar disso, o influxo platino na literatura sul-rio-grandense foi negado sistematicamente pela crítica. Poucos foram os intelectuais cujas vozes se alçaram a contrariar a tendência lusófona dominante¹⁹¹. E a mentalidade brasileira engajada na construção da brasilidade, ao negar a complexidade dos fatores que confluam junto à produção literária sul-rio-grandense, não soube apreciá-la na sua inteireza.

¹⁸⁶ AGUIAR, Flávio. *A épica riograndense*. Disponível em: <http://www.celpsyro.org.br/epica_riograndense.php> Acesso em: 01 nov. 2003.

¹⁸⁷ MASINA, Léa. *Martín Fierro na literatura brasileira: os rastros de um percurso*. Disponível em: <<http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forum14.htm>> Acesso em: 06 nov. 2003.

¹⁸⁸ Id. Ib.

¹⁸⁹ MARTINS, Cyro. *Para início de conversa*. Disponível em: <<http://www.celpsyro.org.br/paraInicioConversa.php>> Acesso em: 01 nov. 2003.

¹⁹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras e intertextualidade em *O continente*, de Érico Veríssimo. In: CHIAPPINI, L; MARTINS, M. H.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.) *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Instituto Estadual do Livro, 2004. p. 111.

¹⁹¹ MASINA, Léa. *Alcides Maya: um sátiro na terra do Curupira*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; São Leopoldo: Unisinos, 1998. p. 116 – 125.

Enquanto isso, no Prata, a propagação de obras de cunho político-ideológico levava a crer que os conflitos que definiam a relação da cultura com a ação social se propunham mais a combater inimigos internos. O espaço da poesia era o espaço da reflexão política¹⁹². Não obstante, há que se considerar, com Guido, que, também entre os platinos:

Las protestas y rebeliones se suceden debido a la forma como los gobiernos impulsan la modernización: la distribución de las tierras para los extranjeros desconociendo los derechos de los nativos, la mentalidad distinta de los inmigrantes frente a la criolla, la industrialización, el alambrado de los campos, entre tantas otras razones, provocan resentimientos en los locales, lo cual muchas veces degenera en bandolerismo y bandidismo. Los sectores marginados por la nueva mano de obra se convierten en xenófobos, pero inconscientemente van asimilando nuevas pautas traídas por los inmigrantes¹⁹³.

O sentimento antilusitano, de igual forma, foi uma constante entre os platinos, especialmente os uruguaios, em função das sucessivas disputas por territórios e as décadas de intervenção política e econômica. Além do mais, fazia parte do projeto de auto-afirmação política “acomodar” as diversidades sob o teto do Estado-nação ao mesmo tempo em que se definiam fronteiras culturais a demarcar o Outro. E isso não só no pampa.

Foi somente a partir da segunda metade do século XX que se passou a perceber um esforço sistemático de pesquisar e coletar dados que se propusessem a rever textos canônicos, fundadores ou importantes por representarem as transformações sociais que afetaram o cotidiano nesses pagos. Foram relidos e revistos os pilares da literatura pampiana, seguindo o embalo de uma tendência latino-americana:

De una manera o de otra, son casi dos centurias en las que escritores y pensadores latinoamericanos se han preocupado por la independencia intelectual y artística. Pero, repetimos, es a partir de los años 60 cuando se multiplican los estudios e instituciones que tratan de sentar las bases para una redefinición radical de la crítica literaria latinoamericana, sus premisas teóricas y su objeto, tales como AELSAL, ABRALIC, CELCIRP, el Instituto de Estudios Culturales Latinoamericanos de Dartmouth College, entre otros, así como las nuevas editoriales surgidas en Latinoamérica: Casa de las Américas, en La Habana, y Fundación Biblioteca Ayacucho, en Caracas, que promueven y difunden textos latinoamericanos¹⁹⁴.

¹⁹² Cf. MATTALÍA, Sonia. Ensayos de teoría de una visión americana. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2. p. 253-258.

¹⁹³ GUIDO, op. cit. p. 388.

¹⁹⁴ GUIDO, op. cit., p. 403.

No Rio Grande do Sul, a partir dos anos 50, intensificando-se nos 70, passou-se a promover nas universidades locais o desejo de aprofundar o conhecimento da literatura gaúcha, mapeando suas origens culturais e diagnosticando suas possibilidades. Revistas, textos críticos e obras literárias trataram das diferentes perspectivas da cultura gaúcha. Faz-se mister destacar a importância política desse questionamento, pois se vivia uma ditadura que mirava com zelo e receio as culturas fronteiriças. Muitas regiões gaúchas estavam inseridas no rol das “áreas de segurança nacional”. O Rio Grande do Sul arcou com o ônus de ver suas principais cidades ficarem sem poder eleger nem sequer o prefeito¹⁹⁵, ao passo que em outros Estados da Federação só à capital foi imposta essa reserva. E cabe, ainda, destacar que três dos cinco generais-presidentes desse período ditatorial eram gaúchos¹⁹⁶.

Conforme Bosi, “se a nossa história política nos ajuda a estabelecer o divisor de águas, este poderá passar pela fase mais negra da ditadura militar, entre 64 e 74, com toda a sua carga de opressão, exílio e censura”¹⁹⁷. Porém, enquanto no plano cultural parecia haver um “esvaziamento” em função dos vários setores amordaçados, do ponto de vista econômico, ingressava-se nos “anos do milagre” de 10% de taxa de crescimento anual¹⁹⁸. Embora às custas de uma inimaginável dívida externa, o país modernizou-se agressivamente. A implantação da EMBRATEL, em 1969, marcou a maturidade da televisão como veículo de comunicação e acabou por domesticar o Brasil. Numa sociedade de baixa escolaridade média e índices altos de

¹⁹⁵ Conforme dados fornecidos pela FAMURS (Federação da Associação de Municípios do Rio Grande do Sul), não havia eleições diretas nas consideradas “áreas de segurança nacional”, a incluir capitais, municípios de fronteira, estâncias hidrominerais e pólos de petróleo. Em função da localização privilegiada do Rio Grande do Sul e porque vários de seus municípios estavam elencados nas prerrogativas supra, a restrição a eleições diretas para o Executivo Municipal atingiu várias cidades gaúchas. A título de exemplo, além de Porto Alegre, Canoas, Tramandaí, Torres, Osório, Quaraí, Uruguaiana, Iraí, Rio Grande, Porto Xavier, Santana do Livramento, São Borja, Itaqui, Horizontina, Tenente Portela, Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte, entre outras não mencionadas aqui.

¹⁹⁶ Sucedendo a Castello Branco, o marechal Arthur da Costa e Silva, natural de Taquari, assumiu o poder em 15 de março de 1967 e governou até 31 de agosto de 1969, quando foi afastado do poder por motivo de saúde. Em 30 de outubro de 1969, tomou posse Emílio Garrastazu Médici, procedente de Bagé. Seu governo ficou conhecido como “os anos negros da ditadura” em função de o movimento estudantil, o sindical e as oposições terem sido duramente silenciados pela repressão policial. Gaúcho de Bento Gonçalves, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência em 15 de março de 1974 e governou até 15 de março de 1979. Em seu governo, a dívida externa contraída para financiar as obras faraônicas atingiu US\$ 9,5 bilhões e, devido ao expressivo crescimento das oposições nas eleições parlamentares de 1974, promulgou-se a Lei Falcão, que impedia o debate político nos meios de comunicação. O ciclo militar fechou-se com Figueiredo.

¹⁹⁷ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 35. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 435.

¹⁹⁸ SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Tradução de Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 271.

analfabetismo, sem tradição de leitura e carente de grupos de interesses politicamente eficazes¹⁹⁹, a televisão representou, mais do que diversão e notícias, a veiculação dos interesses do poder. Ocupando a lacuna deixada pelos afetos esmaecidos e pelas tradições em declínio, telenovelas captavam a atenção das famílias em meio à euforia modernizatória. Não é casualidade que a Rede Globo tenha crescido de forma vertiginosa nesse período, desbancando suas antecessoras, TV Tupi e TV Record, como denunciou um documentário britânico intitulado *Brasil: muito além do Cidadão Kane*²⁰⁰. O papel da televisão, a “docilidade” de um povo sem instrução, uma sociedade civil incapaz de se articular e a habilidade dos militares brasileiros em promover negociatas e resgatar os sentimentos nacionalistas atenuou a repressão: em vinte anos de ditadura, o número de mortos e “desaparecidos” foi de, aproximadamente, 1.000 pessoas num país com 90 milhões. Já na Argentina, de arraigadas tradições culturais, foram entre 15.000 e 25.000 mortos e “desaparecidos” em dez anos²⁰¹. E há que se ressaltar que a Argentina não chegava a somar o equivalente à sétima parte da população brasileira de então. No Uruguai, quase uma centena de pessoas foi morta dentro dos presídios e outros 200 uruguaios desapareceram, muitos deles, durante o exílio na Argentina, no Chile, Paraguai ou Brasil²⁰². Nesse país, os presos políticos contabilizaram 35 para cada 10.000 habitantes.

Até o momento em que eclodiram os golpes nos países vizinhos, as fronteiras representaram, ademais, a possibilidade de acesso às idéias. Ia-se a Montevideu comprar Dostoievski, discutia-se Trotsky em cafés de Buenos Aires e especulava-se sobre a política de Salvador Allende. No Chile, os militares tomaram *La Moneda* em 1973, três meses depois do golpe no Uruguai. Na Argentina, a ditadura se instaurou em 1976. De qualquer forma, mesmo após, o contato com os platinos soava pernicioso para os militares brasileiros: contrastando com a relativa calma entre nós, na Argentina, os *montoneros* conformavam “o maior e mais bem organizado movimento guerrilheiro da América Latina dos últimos 50 anos”²⁰³. No Uruguai, também os *Tupamaros* defendiam a luta armada e uma terceira força política emergia no contexto social: Frente Amplio, congregando os descontentes entre *blancos* e *colorados*.

¹⁹⁹ Id. Ib., p. 276.

²⁰⁰ BRASIL: muito além do cidadão Kane. [S. l. : s. n.] [1990?] 1 fita vídeo (94 min), VHS, son., color.

²⁰¹ Cf. SKIDMORE, op. cit., p. 273.

²⁰² EL CLARÍN. *Hallan archivos de la dictadura en Uruguay*. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2006/07/01/um/m-01226112.htm>> Acesso em: 01 jul. 2006.

²⁰³ SKIDMORE, op. cit., p. 273.

Somente com os novos ares provindos da abertura política e do restauro da democracia, coube à crítica reavaliar o legado cultural gaúcho sob um novo viés: o da integração. Entre os anos 80 e 90, os estudos de Literatura Comparada acentuaram a ruptura com o pensamento modernista *stricto sensu*. Talvez tenha sido a inserção definitiva de uma perspectiva globalizante, talvez os debates que proclamavam a Carta Cidadã de 1988, a questão é que o estudo da Literatura foi-se liberando dos caracteres formalistas e uma visão mais crítica de produção de cultura propôs-se a rever conceitos atrelados à identidade, em suas diversas facetas. Perspectivas de gênero, clamores de minorias étnicas e religiosas e aspectos relacionados à auto-afirmação de setores regionais foram se fortalecendo ante a perspectiva de inclusão de diversas igualdades e liberdades como garantias constitucionais protegidas por cláusula pétrea²⁰⁴, no artigo 5º.

No seio da euforia democrática, as tendências autoritárias e normativas no interior das narrativas eram questionadas e rearticuladas. Assinalando novas possibilidades de sentido e novas estratégias de significação em face do mesmo amparo da Lei Máxima, abriu-se caminho para a uma reconfiguração de povo, nação e cultura. Esta última, como promotora que é do diálogo entre as diferenças e da “luta contra a uniformidade”²⁰⁵ passou a ser objeto de interessantes políticas públicas orientadas pelos tomadores de decisão numa democracia incipiente, ainda receosa do papel do Estado²⁰⁶. Entre as mudanças da nova Carta, estava o parágrafo único do art. 4º da Constituição, a estabelecer: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

²⁰⁴ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 15. ed. rev., atual. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 214-215.

²⁰⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. Linha de horizonte. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 47.

²⁰⁶ Há que se recordar o desgaste que foi para o governo Sarney a criação do Ministério da Cultura, depois extinto pela gestão de Collor. Visto mais como uma forma de escoar as verbas públicas, o financiamento da cultura só pôde se estruturar mediante a adoção de um padrão “misto”, associando recursos públicos aos de origem empresarial. Nesses termos, concebeu-se a Lei Rouanet (Lei n.º 8313/91), regulamentada pelo Decreto n.º 1494/95. Em âmbito estadual, tem-se a Lei de Incentivo à Cultura (Lei n.º 10.846/96). A propósito, ver: DURAND, José Carlos. A cultura como objeto de política pública. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8579.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2005.

Os estudos comparatistas não restaram alheios ao quadro político latino-americano. A ABRALIC fomentou mudanças, valorizando os estudos sobre questões comuns aos países da América Latina. A abordagem das inter-relações culturais retomou a preocupação pelas relações de contato entre as literaturas sul-rio-grandense e platina²⁰⁷:

Desse modo, vêm-se examinando os contatos permanentes com a Região do Prata através das trocas culturais com o Brasil, veiculados por periódicos e livros. Também o recurso à intertextualidade, como procedimento teórico-crítico e conceito operatório, possibilitou romper os limites impostos pelo *constructo* nação, até então concebido como algo fechado e consubstanciado numa língua particular. Assim, a questão das fronteiras tomou o lugar antes ocupado pela xenofobia nacionalista, contribuindo para isso o intercâmbio entre críticos e pensadores platinos e brasileiros²⁰⁸.

Além disso, a temática das fronteiras tem sido tema de vários Congressos internacionais, para os quais confluem os esforços, também, das pesquisadoras Lígia Chiappini²⁰⁹ e Maria Helena Martins²¹⁰. As várias iniciativas no sentido de aproximar as culturas brasileira sul-rio-grandense e platina ilustram a preocupação com a similitude que sempre existiu nas zonas de fronteira. Nesse viés, a abordagem da fronteira como valor universal aproxima-se do que Trigo, citado por Volpe, designa “*frontería*”²¹¹.

Assim, embora até este momento não haja muitos êxitos na esfera comercial, a inclusão do Mercosul na pauta do dia ao menos reavivou as velhas polêmicas culturais sobre as

²⁰⁷ O projeto *Influxos Platinos na Literatura Brasileira* deu continuidade a outros promovidos por Léa Masina, como *Tendências Comparatistas no ensaísmo crítico de Alcides Maya*, concluído em 2002, e o subprojeto *Influxos Platinos na Literatura Brasileira: a presença de Martín Fierro no Brasil*.

²⁰⁸ MASINA, Léa. Justificativa interna do Projeto *A presença platina no discurso crítico brasileiro*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

²⁰⁹ Coube a Lígia Chiappini, coordenar, juntamente com Sandra Nitrini, da USP, o Projeto PROBAL, com o patrocínio da CAPES, pelo Brasil, e do DAAD, pela Alemanha. Chiappini coordena a Cátedra de Brazilianística na Universidade Livre de Berlim, sendo responsável por incentivar encontros entre pesquisadores alemães e brasileiros.

²¹⁰ Maria Helena Martins, desde 2000, coordena o Projeto *Fronteiras Culturais*. Além disso, em parceria com Lígia Chiappini, organizou o simpósio *Cultura Fronteira / Cultura Fronteriza: Brasil, Uruguay, Argentina*, ocorrido em Berlim entre 30 de junho e 2 de julho de 2002. Esse evento gerou o livro *Pampa e cultura: de Fierro a Netto* (2004), organizado por Maria Helena Martins, Lígia Chiappini e Sandra Pesavento. Destaca-se, também, a obra *Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina* (2002), cuja organizadora é a mesma Maria Helena Martins. A referida pesquisadora é, ainda, responsável por coordenar o Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, que promove, entre outros, o projeto itinerante “Pampa na Universidade”.

²¹¹ Antigo sinônimo espanhol para “fronteira”, que referia a ação de criar novas frentes, abrindo novas trilhas. O atual emprego desse vocábulo exerce a função de traçar a oposição entre a visão tradicional de fronteira (com seu escopo de definir limites e forjar identidades / alteridades) e outra perspectiva mais afeita às tendências contemporâneas, de habilitação das memórias fragmentadas e abertura de relações. Cf. VOLPE, Miriam. *Geografias del exílio*: Mario Benedetti. Montevideu: Ediciones La Gotera, [s/d]. p. 71.

aproximações e os rechaços entre os brasileiros e seus vizinhos - e entre os gaúchos sul-riograndenses e seus correlatos platinos, de forma mais específica. Sob essa égide, houve alguns intentos no tocante à implementação do ensino de língua espanhola nas escolas e recuperou-se o emblema das cidades fronteiriças para simbolizar a integração, em detrimento da antiga imagem de ameaça à segurança nacional. Ilustrando essa utopia, o parque internacional, entre Santana do Livramento e Rivera, voltou a centrar atenções, conformando a “fronteira da paz” em detrimento da “frontera hecha de sangre”. Reavivou-se, enfim, o sentimento de que as fronteiras, se não são abertas, pelo menos são permeáveis. E com essa nova visão de pampa, importantes trabalhos têm alcançado o merecido destaque na crítica, como é o caso da obra do escritor fronteiriço Sergio Faraco, um questionador dos mitos e do papel das fronteiras, como se mostra no capítulo que segue.

3.

FRONTEIRA, MEMÓRIA E TRADIÇÃO EM SERGIO FARACO

Sergio Conceição Faraco nasceu na cidade de Alegrete no ano de 1940. Como membro do Partido Comunista Brasileiro, foi convidado a participar de um dos programas soviéticos para estrangeiros. Entre 1963-1965, cursou o Instituto Internacional de Ciências Sociais em Moscou. Mais tarde, bacharelou-se em Direito. De 1959 a 1983, atuou na Justiça do Trabalho. Sua estréia na ficção deu-se em 1970, com o livro de contos *Idolatria*. A esta primeira obra, seguem-se: *Depois da primeira morte*, contos (1974); *Hombre*, contos (1978); *Urartu*, relatos sobre o antigo reino de Urartu, cujas ruínas conheceu na Armênia (1978); *Tiradentes: alguma verdade (ainda que tardia)*, pesquisa de cunho histórico (1980); *Tiradentes: o mito e a nação*, pesquisa de cunho histórico (1982); *Dicionário de autores contemporâneos*, publicado pela Prefeitura de Porto Alegre (1983); *Manilha de espadas*, contos (1984); *Noite de matar um homem*, contos (1986); *Doce paraíso*, contos (1987); *A dama do bar Nevada*, contos (1987); *O chafariz dos turcos*, crônicas, (1990); *O processo dos inconfidentes: verdade ou versão*, pesquisa de cunho histórico (1990); *Majestic hotel*, contos (1991); *A lua com sede*, crônicas (1993); *Contos completos*, reunindo todos seus contos até então (1995); *Dançar tango em Porto Alegre*, contos, (1998); *Gregos & gringos*, crônicas (1998); *Viva o Alegrete: histórias da fronteira*, crônicas (2000); *Rondas de escárnio e loucura*, contos (2000); *O automóvel: prazer em conhecê-lo*, manual publicado em parceria com o ex-piloto de competição Hugo Almeida (2001); *Lágrimas na chuva: uma aventura na URSS*, memórias sobre a experiência na União Soviética (2002); *Dall'altra sponda / Da outra margem*, coletânea bilíngüe da qual participou, juntamente com Armindo Trevisan e José Clemente Pozenato (2004); *Snooker: tudo sobre a sinuca*, manual publicado em parceria com Paulo Dirceu Dias (2005); *Histórias dentro da história*, crônicas (2005); *O crepúsculo da arrogância*, pesquisa de cunho histórico (2006). Além dessas obras, em que consta como autor, Sergio Faraco aparece como organizador de 24 livros, na sua maioria publicados pela L&PM, como *Contos brasileiros* (1997), *Livro dos sonetos* (1997) e *O livro de Cesário Verde* (2003)²¹².

²¹² FARACO, Sergio. *Livros publicados no Brasil*. Disponível em: <<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/livrosbras.htm>> Acesso em: 10 mar. 2006.

Já à primeira vista, pode-se observar a preocupação de Sergio Faraco com a desconstrução de mitos e tradições inventadas. Três de suas obras tratam de rever os construtos de nação, pondo em xeque as falácias da História Oficial brasileira por meio de intensa pesquisa histórica, cotejando documentos e reconstruindo as provas existentes sobre o mito de Tiradentes. Examinando os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, o escritor alegretense questionou a representação do poder, considerando que Tiradentes, até a quarta inquirição, negou a conjuração e, em seguida, sem explicação plausível, assumiu a responsabilidade pelo levante, provavelmente sob tortura e com o claro intento de poupar pessoas influentes. Faraco caminhou na contramão da trajetória do “herói”. Opôs-se à história inventada que inspirou a poeta Cecília Meireles, o compositor Fernando Brant, o escritor e jornalista Zuenir Ventura e o cronista e romancista Otto Lara Resende, entre outros tantos que citaram Tiradentes como o emblema da liberdade e da valentia. Mito de origem moderno do ideal de liberdade brasileiro, herói cívico-religioso²¹³ que tão conveniente se mostrou aos primeiros republicanos afoitos por símbolos nacionais, Tiradentes foi o tema escolhido por Faraco para desmistificar a história da nação e a inércia conservadora da sociedade brasileira.

Convém, entretanto, questionar: que interesse poderia ter esse alegretense, bacharel em Direito, servidor da Justiça do Trabalho e, sobretudo, contista reconhecido pela abordagem da vida campeira sulina em meter-se na seara dos historiadores e revirar documentos, reconstruir fatos históricos e, inclusive, viajar com a família a Minas Gerais em busca de maiores informações? As razões que levaram Sergio Faraco a fazê-lo não são conhecidas. Entretanto, uma coisa é certa: a ânsia por desconstruir mitos, o tom da denúncia, o inconformismo ante a ordem estabelecida e o flerte contínuo com a História são marcas indeléveis de sua produção literária.

Entre os mitos que Faraco se propôs a desconstruir está o do próprio gaúcho. Deitando o olhar sobre o homem simples da campanha, o escritor desempenhou papel exponencial na subversão da perspectiva nacionalista do pampa, deixando dialogar as semelhanças e as diferenças entre gaúchos e *gauchos*, não como uma questão de bandeira, mas de tipos humanos.

²¹³ ALKMIN chama a atenção para a conveniência do mito de Tiradentes com relação à construção do ideal de homem cristão: “martirizado, figura central de um acontecimento, sua imagem é a construção dos ideais cristãos: humildade, arrependimento e esperança de vida eterna”. ALKMIN, Sérgio Vaz. *Tiradentes: a origem do mito e o mito de origem*. Disponível em: <<http://gold.br.inter.net/luisinfo/cidadania/tiradentes.htm>> Acesso em 02 mar. 2006.

Nutrindo-se de fontes populares e de experiências temáticas não consagradas, os contos de Faraco subvertem a ótica tradicional do regionalismo:

[...] o regionalismo de Sergio Faraco distingue-se dos demais. Além de representarem uma visão particularizada do homem, que não é tipificado, mas apreendido no que tem de mais humano, os seus sentimentos (medo, vergonha, desejo, amor, esperança), seus textos revelam as origens platinas e eruditas e abrem-se também a outros tipos de literatura “não canonizadas”, como a literatura popular, os diários, as correspondências e mesmo àquilo que se convencionou chamar “sub-literatura”²¹⁴.

Escapando à idealização e à caricatura, Faraco retomou a figura do gaúcho como homem, ou *hombre*, sem desprezar a posição privilegiada que lhe conferiu o estar no “entre-lugar”: nem aqui, nem lá; nem de uma, nem de outra nação; nem da cidade, nem do campo; nem civilização, nem barbárie – e, ao mesmo tempo, tudo junto. Enfim, a narrativa de Faraco assumiu proporções de êxito justamente por ele ser “um escritor na travessia de culturas”²¹⁵, o que explica o interesse por sua obra e a publicação em diversos países, tais como: Alemanha, Argentina, Bulgária, Chile, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Ao consagrar a fronteira como sinônimo de integração, e não de ameaça, e privilegiar os tipos humanos numa perspectiva pós-nacionalista, Faraco resultou aclamado pela crítica brasileira e merecedor, dentre outros, do Prêmio Nacional de Ficção, atribuído pela Academia Brasileira de Letras à coletânea *Dançar tango em Porto Alegre* como a melhor obra de ficção publicada no Brasil em 1998. Mas a influência platina na sua escrita não pode ser justificada tão-somente pelo viver a fronteira; há que se considerar os quase trinta livros que Faraco traduziu: quase todos do espanhol; a maioria de escritores platinos.

Dentre os vários autores traduzidos por Faraco (pode-se elencar: Mempo Giardinelli, Juan José Morosoli, Horacio Quiroga, Eduardo Galeano, Roberto Arlt e Miguel de Unamuno), um é especialmente mencionado pelo registro de uma amizade iniciada pelas vias dos trâmites autorais: Mario Arregui, cujas obras *Cavalos do amanhecer* e *A cidade silenciosa* conformam um interessante trabalho tradutório consignado na correspondência trocada durante quase quatro anos. Dita correspondência, recopilada, incidiu em publicação em livro, pela uruguaia Editora

²¹⁴ MASINA, Léa. Um escritor na travessia de culturas. In: _____. *Percursos de leitura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Movimento, 1994. p. 73.

²¹⁵ MASINA, 1994. p. 71.

Monte Sexto, em 1990, sob a seguinte justificativa de Martín Arregui: “si solo un poco del amor que pusieron en tratarse y trabajar, un poco del reflejo cotidiano, directo y testimonial de todo ese mundo que gira en torno del lenguaje, del acto de narrar, pudiera llegar a un lector cualquiera, sobrarían razones para su publicación”²¹⁶. E, de fato, a aparição ao público das correspondências intercambiadas se justificam pelo diálogo transfronteiriço estabelecido em face do literário, deixando transparecer o indivíduo por trás do escritor, suas preocupações, suas leituras e suas influências, que, certamente, não foram poucas. No interregno em que Faraco e Arregui se corresponderam, o uruguaio preparou *Ramos generales*, de publicação póstuma, e Faraco escrevia *Noite de matar um homem*, *Doce paraíso* e *A dama do Bar Nevada*²¹⁷, os dois últimos de temática considerada “urbana”.

Com efeito, Sergio Faraco, como também Mario Arregui e muitos dos escritores que o alegremente traduziu, é eminentemente um contista. Raras vezes Faraco embrenhou-se por outros gêneros literários. Contudo, uma dessas poucas exceções resultou bastante aplaudida pela crítica e pelo público: “Lágrimas na chuva”, eleito o melhor livro de 2002 pelo jornal *Zero Hora*, sobre o qual Carpinejar afirmou que “talvez seja um livro feito para a memória, não da memória”²¹⁸.

A frase de Carpinejar causa impacto e parece possível relacioná-la com a definição de Seligmann-Silva de que “a memória é o espaço para a comunicação com o *outro* como formador do *eu*”²¹⁹. Não surpreende, pois, que Faraco tenha levado trinta e cinco anos para conciliar o seu Outro e o seu Eu, partindo não de uma perspectiva historicista, como a que se propunha com Tiradentes, mas trabalhando, agora, com os assédios da memória. Afinal, a memória é, diferentemente da história, um processo dialógico, ancorando nos traços do passado as imagens que povoam o presente. Pois memória é, ainda, um processo tradutório, visto que “a memória constitui um dispositivo de tradução do passado que justamente trabalha a partir do *resto* e do trauma”²²⁰. E será possível negar a parcela de responsabilidade que teve, nesse processo de assimilação dos traumas e dos constrangimentos do passado, o trabalho dedicado à lide

²¹⁶ ARREGUI, Mario; FARACO, Sérgio. *Correspondencia*: 1981 – 1985. Montevideo: Monte Sexto, 1990.

²¹⁷ A relação que tantos frutos rendeu a um e a outro escritor será analisada na seqüência deste trabalho.

²¹⁸ CARPINEJAR, Fabrício. *Uma estadia no inferno russo*. Disponível em:

<<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/comentcrit2.htm>> Acesso em: 01 jul. 2006.

²¹⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença*: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005. p. 212.

²²⁰ Id. Ib. p. 212.

tradutória? Não há que se perder de vista o duplo movimento travado por todo e qualquer tradutor: a saída de si, do Eu, da cultura originária em direção à apreensão do Outro, do “não-eu”, assimilando a língua e a cultura-alvo (por meio da sua “recriação”, como quer Campos), para, enfim, retornar ao Eu. Dessa forma, recordando com Paz que “aprender a hablar es aprender a traducir”²²¹, inverte-se o predicado para, enfim, lançar uma suspeita: aprender a traduzir é aprender a falar, é aprender / apreender o paradoxo de, a um só tempo, suprimir as diferenças entre culturas e revelá-las mais plenamente. E quem poderá dizer que não foi esse processo de “sair de si mesmo” o que determinou, em Faraco, a capacidade de escrever sobre o seu trauma?

Na esteira do “Faraco-escritor” (em oposição, aqui, ao “Faraco-tradutor”, que se analisará mais adiante), a ânsia memorialística e o descentramento do sujeito, com sua tentativa desesperada de sobreviver à sociedade do descarte e ao desapego, sempre foram temas constantes de sua narrativa – mesmo antes de *Lágrima na chuva*. Os críticos que, como sempre, empenham-se em sistematizar a obra do escritor e “rotulá-la”, costumam apresentar a escrita de Faraco como girando em torno de dois pólos principais: os contos de *ambientação fronteira*, que se desenvolvem em torno do universo gauchesco ou seus remanescentes, e os de *ambientação urbana*, pelo qual se movimentam personagens dilacerados pela crueldade da vida social, pela solidão e pelo desejo sexual²²². Num e noutro pólo, contudo, os contos de Faraco se sobressaem por apresentar uma linguagem precisa, na exata medida entre o coloquial e a erudição, e pelo seu estilo ímpar, que faz com que se o considere um escritor de “grande esmero formal e de extraordinária riqueza humana”²²³.

Entretanto, mencionar que o ambiente fronteiro de Sergio Faraco se alimenta da “memória do Rio Uruguai e suas margens”²²⁴ não parece ser suficiente. Convém recordar que toda sua narrativa está repleta de um telurismo a realçar “a questão da fronteira como uma espécie de provação, com seus ritos de passagem, ou condenação a um sofrimento sem fim”²²⁵. Em seus contos, o personagem pode ser um jovem ou um forasteiro, mas, quase sempre, a trama

²²¹ PAZ, Octavio. *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Tusquets, 1971. p. 07.

²²² Cf. GONZAGA, Sergius. *Curso de literatura brasileira*. Porto Alegre: Leitura XI, 2004. p. 471.

²²³ Id. *Ib.*, p. 471.

²²⁴ HOHLFELDT, Antonio Carlos. *Conto brasileiro contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 144.

²²⁵ MASINA, Léa. Tradição, transformação e renovação na literatura sul-rio-grandense de fronteiras. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p. 45 – 51, dez. 2003. p. 49.

envolve alguém que está aprendendo a viver na fronteira, com seu olhar de estranhamento ou de ingenuidade em frente às práticas do chibo, dos costumes e dos dramas campeiros²²⁶. O sentimento de estar no “entre-lugar”, com um pé do lado de lá e outro do lado de cá, é acentuado pelo retrato da fronteira, tão permeável quanto a própria linguagem.

Cabe, ainda, destacar que “muito embora Faraco tenha tido contato com a cultura soviética, armênia, européia, cuja literatura conhece, será pela vertente da proximidade afetiva – portanto, platina e fronteiriça – que irá conceber parte importante de sua obra ficcional”²²⁷. A fronteira está permanentemente tangendo sua narrativa; não com as glórias de outrora, mas quase como uma sina. Mesmo nas histórias de ambientação urbana, há um ar de solidão, de desconforto e de uma certa ingenuidade que deixa transparecer um sujeito deslocado, algo que leva a pensar em alguém do interior buscando sobreviver à crueldade da vida nos grandes centros²²⁸. Ou, talvez, o mais correto fosse advogar no sentido de que, nas obras em pauta, não importa o lugar que ocupa ou a procedência do personagem: tanto na zona urbana quanto na rural as pessoas são acometidas pelo mesmo processo de degradação. Nesse sentido, amplia-se a perspectiva de “fronteira” para além dos aspectos geográficos:

[...] a idéia de fronteira é uma constante e está apresentada tanto em relação ao espaço físico, quanto à perda da inocência ou à própria condição humana. Em qualquer circunstância, ela propicia a vivência de situações-limites — fronteiras, portanto — em que o passado se contrapõe ao presente, os largos espaços de ontem cedem lugar às estreitas habitações, quartos pobres de pensão, cafés, assim como a memória de um tempo que não mais existe contrasta com valores de dignidade cultivados mesmo em contexto adverso²²⁹.

²²⁶ Gilda Bittencourt observa que Faraco é um escritor que centra boa parte de sua narrativa na infância. Se considerados os contos dos anos 70, “praticamente metade das histórias relaciona-se com essa fase da vida” (p. 117). Contudo, mesmo nos contos em que o narrador é adulto, a criança parece vir à tona, resgatando o “eu” passado e narrando seus feitos com as limitações e as lacunas que competem ao olhar ingênuo (p. 118). Cf. BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1999.

²²⁷ MASINA, 1994, p. 72.

²²⁸ Afinal, são esses, também, característicos detentores do sentimento de desencaixe promovido pelo trânsito no “entre-lugar”. Ao não configurar nem o homem “civilizado” da cidade (tão a gosto com todos os emblemas da metrópole) e nem o homem campeiro (acomodado na paisagem e no *modus vivendi* interiorano), esse sujeito deslocado, exatamente por sua condição de “não-pertencimento”, consegue transitar entre a civilização e a barbárie e deixar transparecer todas as angústias da pós-modernidade.

²²⁹ FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. *Identidade e construção do imaginário regional em “Dançar tango em Porto Alegre”*. Disponível em: < <http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/comentcrit.htm> > Acesso em: 01 jul. 2006.

Em meio a isso tudo, é possível entrever os sintomas característicos das sociedades em vias de fragmentação: os fantasmagóricos constrangimentos do passado; os sentimentos que, importunamente, vêm à tona; o aumento das dependências e das compulsões, principalmente no tocante ao sexo; uma ânsia de se encontrar uma identidade ou algo que, em última análise, concentre valor e permita o ancoramento psíquico. Nesse aspecto, a escolha pelo conto pode ser um indício bastante pertinente de uma tentativa de resgate das tradições, de trazer o sujeito de volta para um universo ficcional vinculado com a terra, com a vertente afetiva e com o compartilhamento de experiências, como se passa a elaborar.

3.1 O conto e a terra: o resgate do narrador e das tradições do pampa

Eles se escondem pelos botecos entre os cortiços/ E pra esquecerem, contam velhas histórias/ E então são tragos, muitos estragos por toda a noite/ Olhos abertos o longe é perto, o que vale é o sonho²³⁰.

Na década de 30, Walter Benjamin, uma das vítimas do nazismo, declarava:

O narrador – por mais familiar que este nome nos soe – de modo algum conserva viva, dentro de nós, a plenitude de sua eficácia. Para nós, ele já é algo distante e que ainda continua a se distanciar. [...] Esta distância e este ângulo nos são prescritos por uma experiência que quase todo dia temos a ocasião de fazer. Ela nos diz que a arte de narrar caminha para o fim. Torna-se cada vez mais raro o encontro de pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais freqüente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada. Ou seja: a de trocar experiências²³¹.

A causa desse fenômeno era, para Benjamin, a imposição dos novos valores, a queda da moral, as disputas pelo poder, a grande capacidade destrutiva da guerra ante o frágil corpo humano. Dizia o filósofo: “Não se notou, no fim da guerra, que as pessoas chegavam mudas do campo de batalha – não mais ricas, mas mais pobres em experiência comunicável?”²³². Os livros publicados alguns anos após a guerra não configurariam a verdadeira narrativa, pois não

²³⁰ Da canção “Desgarrados”, de Sergio Napp e Mário Barbará.

²³¹ BENJAMIN, Walter. O Narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow. In: *Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas – Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1983. p. 57. Coleção *Os pensadores*.

²³² Id. Ib., p. 57.

derivavam da “experiência que anda de boca em boca”²³³. A arte narrar estaria agonizando porque o narrador não seria mais “um homem que dá conselhos ao ouvinte”²³⁴. Haveria um excesso de detalhamento, uma ânsia por acúmulo de informação, tudo tão afastado da tradição oral que a narração, como arte artesanal, estava sucumbindo. Benjamin falava da linhagem de narradores, como a do lavrador sedentário, com toda a sua carga de conhecimento vertical, da raiz e das origens, com seus casos calcados na tradição repassada ao longo dos tempos. Ou da troca de experiências protagonizada pelo marinheiro mercante, com sua bagagem de conhecimento horizontal, a contar as histórias que vêm de longe. “Raras vezes dá-se conta de que a relação ingênua entre ouvinte e narrador é dominada pelo interesse em reter a coisa narrada”²³⁵, dizia. Benjamin ressaltava, então, que o que nos mantém vivos contra o tempo é a memória e que esta se calca na figura que o narrador encarna.

Esse clamor deve ser contextualizado, considerada a época que inventava tradições para reforçar os pilares do nacionalismo, que impregnava de conteúdo patriótico-progressivo as expressões artísticas e que criava fronteiras para a exclusão do Outro. E Benjamin, filósofo judeu, era o Outro excluído. A declaração de que a arte de narrar caminhava para o fim vinha de alguém que não conseguia prever a saída para literatura porque não via saída para sua própria existência. Se tivesse sobrevivido, ele talvez viesse a perceber, depois, junto com Habermas, que o desafio dos sobreviventes foi, justamente, repensar os fundamentos universalistas da própria tradição: “Auschwitz cambió las condiciones relativas a la continuación de la vida histórica, y ello no sólo en Alemania”²³⁶.

Walter Benjamin notava, porém, que o desejo de reter a coisa narrada era o que aproximava o ouvinte do narrador. O neurologista Iván Izquierdo parece concordar, pois “aprender, formar memórias para depois evocá-las, é provavelmente a atividade principal de nosso sistema nervoso”²³⁷. Contudo, formar memórias para invocá-las pode ser um evento extremamente danoso. Os homens que voltaram mudos da I Guerra o souberam bem. Izquierdo

²³³ Id. Ib., p. 57.

²³⁴ Id. Ib., p. 59.

²³⁵ Id. Ib., p. 66.

²³⁶ HABERMAS, Jürgen. *Identidades nacionales y postnacionales*. Tradução ao espanhol de Manuel Jiménez Redondo. 2. ed. Madri: Tecnos, 1998. p. 87.

²³⁷ IZQUIERDO, Iván. *Tempo de viver*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002. p. 59.

concorda e, apoiando-se na literatura, cita o célebre Funes, personagem de Borges, para referir que algumas memórias devem ser apreendidas e que, para as outras, resta a fuga ou a rejeição. A sobrevivência do ser humano depende, pois, da capacidade de esquecer. E a felicidade consiste em selecionar bem as memórias.

Se as narrativas que sucederam esse período de guerras não derivaram da experiência, pelo menos estiveram calcadas num compartilhamento de memórias e de responsabilidades que poderia ser bastante terapêutico. E, para preencher os vazios deixados pelas lembranças, mais uma vez, a Literatura veio desempenhar o seu papel. O *boom* do resgate memorialístico levado a cabo, especialmente após a década de 60, trouxe em si a necessidade de se produzir algum tipo de “verdade eterna” na qual ancorar a identidade do sujeito. Então, assistiu-se ao ressurgimento do narrador, com toda a carga de tradição oral, artesanato e aconselhamento que queria Benjamin.

Sergio Faraco, como muitos dos escritores que traduziu, é um prestimoso exemplo do exposto. Afinal, foi em função de narrar *casos* que ele adquiriu respeitabilidade no meio literário. Cabe, ainda, destacar que a primeira coletânea de Faraco foi publicada na década de 1970, no apogeu da crise de valores e da ânsia por resgatar tradições. No entanto, o alegretense manteve-se eminentemente um contista, contrariando a regra geral, visto que muitos “escritores que estrearam em 70 como contistas, logo se firmaram como romancistas ou não se firmaram como ficcionistas”²³⁸. Também Mario Arregui, escritor uruguaio que será mais trabalhado a seguir, manteve-se praticamente imerso no gênero “conto”.

Chama atenção que Faraco, o desbravador de mitos, tenha se decidido pelo conto como gênero preferencial. Afinal, o conto surgiu com o mito; a Bíblia é um livro repleto de contos. Distinguindo-se da saga, porém, o herói, desde o conto primitivo, requeria ajudas humanas ou mágicas, freqüentemente pagãs ou sobrenaturais, mas nunca divinas. E se os personagens não se aventuravam pelas missões destinadas aos escolhidos dos deuses, talvez fosse porque as primeiras formas do conto provieram, justamente, da necessidade de o homem comum verbalizar seus feitos. Daí a tendência à oralidade que resistiu até a narrativa contemporânea e que foi tão

²³⁸ FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. *Identidade e construção do imaginário regional em “Dançar tango em Porto Alegre”*. Disponível em: < <http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/comentcrit.htm> > Acesso em: 01 jul. 2006.

elogiado por Benjamin. Numa escolha que já delata o escopo de primar pela literatura mais afeita ao tom oral da gauchesca, a preferência de Faraco concorreu com a valoração do narrador, como se fizesse retomar o *causo* a correr de estância em estância pela peonada para ser contado entre um mate e outro junto ao fogo de chão. Assim, não só a escolha dos temas, mas também a do gênero marca o compromisso dele com a revisão da narrativa pampiana. A propósito, Arregui, que por vezes se embrenhava pela crítica literária, escreveu:

El cuento es viejo como el mundo, como el deseo de los hombres de saber de sí mismos. Se diría que hay en el espíritu humano una eterna, originaria tendencia a narrar cuentos y una congénita disposición para escucharlos. El cuento parece ser hijo del fuego y de la noche. Miles de cuentistas (*cuenteros*, dicen en otros países de América) fundaron la cuentística: miles de hombres perdidos en la muerte como la lluvia en el mar y que hoy nos es lícito imaginar o soñar como uno solo: un hombre un poco misterioso y de largas barbas blancas que llega sin ser llamado al atardecer... que llega y se sienta junto al fuego y narra²³⁹.

Esse homem misterioso a narrar seus *casos* junto ao fogo seria, então, o responsável pela permanência da memória, pela lembrança de feitos e nomes e pelo ancoramento do ouvinte a uma tradição que o acolhe e o faz sentir sujeito: a marca da pertença. E assim a psicologia humana, a lidar com a perspectiva do descarte iminente em face às agruras da pós-modernidade, percebeu-se como integrante de uma história própria e de uma cultura que o diferencia marcando-lhe a identidade.

Outro aspecto a ser notado é que o conto, antes de tudo, deve ser articulado dentro de limites estabelecidos. O platino Cortázar já tinha dito que “o conto parte da noção de limite”²⁴⁰, visto que se realiza quando alcança, no leitor, um efeito que só é possível em função da pouca extensão. É o gênero que prima pelo ponto ótimo da “excitação”, angariando a participação efetiva do leitor no texto sem desviar sua atenção. Sobre o tema, em uma carta a Faraco, certa vez, Arregui escreveu:

Los novelistas tienen puerta abierta para contar pavadas y llenar páginas con cosas obvias, los poetas tienen permiso para amontonar palabras descomprometidas e imágenes irresponsables o intercambiables; los que no podemos joder, los que sudamos y sufrimos, los ‘en serio’ somos los cuentistas²⁴¹.

²³⁹ ARREGUI, Mario. *Literatura y bota de potro*. In: _____. *Ramos generales*. Montevideo: Arca, 1985. p. 01.

²⁴⁰ CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1993. p. 52.

²⁴¹ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p 100.

O conto configura, pois, um flagrante, um fragmento, a narrativa de uma situação “pouco importando o que vem antes ou depois”²⁴². Nesse sentido, para ser eficaz, o bom conto exige a unidade de efeito e a narrativa de um acontecimento de forma tão polida que não venha a ostentar nem uma palavra que não tenha a missão de concorrer para o desfecho. Arregui já dizia que esse é o momento em que os contos “se muerden la cola”²⁴³, em que atam a narrativa: “¿Qué quiero decir cuando hablo de anudar un cuento? Pues lo mismo que cuando se habla de anudar un piolín cuando se ha hecho un paquete. Un cuento con el piolín anudado queda compacto, casi como un proyectil”²⁴⁴. A elaboração do conto como “projétil” decorre da tensão que se origina, desde o início, em função da construção condensada. Retomando-se Cortázar, tem-se que, para ele, é exatamente na construção condensada do conto que repousa o segredo do bom escritor: na capacidade de prender o leitor e isolá-lo do mundo, conquistando sua cumplicidade a partir de imagens e acontecimentos que, embora limitados, sejam capazes suscitar uma espécie de abertura que o guie para além do narrado, para essa faixa nebulosa do texto em que algo é dito sem dizê-lo²⁴⁵.

Sob essa égide, as idéias de limite / abertura, fragmento / unidade, tensão / cumplicidade, e a possibilidade de pleitear o reconhecimento do leitor por meio de mitos, de imagens, de símbolos, o intuito de prender, de isolar e, paradoxalmente, de deixar à mostra a brecha e o caminho para ir além aproximam o conto da noção de fronteira. Afinal, o conto é o gênero que, por excelência, comporta a explosão, a ruptura dos limites, a prova de que a realidade é bem mais ampla e dinâmica do que, à primeira vista, pode parecer. Nessa trilha, e retomando Miranda para quem “fazer uma nação e fazer literatura são processos simultâneos”²⁴⁶, a eleição do conto é uma forma de abrir margem à fronteira e pôr em pauta a ambivalência e a negociação transcultural. É curioso observar que muitos dos grandes contistas foram, exatamente, pessoas a transitar continuamente entre culturas, como Jorge Luis Borges e Julio Cortazar.

²⁴² SCHNEIDER, Elenor. O conto tradicional e o novo conto na literatura sul-rio-grandense. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 40, pp. 67-101. jan. / jun. 2001.

²⁴³ ARREGUI; FARACO. op. cit., p. 49.

²⁴⁴ ARREGUI; FARACO. op. cit., p. 46.

²⁴⁵ CORTÁZAR, op. cit., p. 52.

²⁴⁶ MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 02, p. 31-38, mai. 1994. p.33.

Ademais, por ser um flagrante e não se prestar, pois, a juízos de valores ou a digressões morais, o conto se fixou como gênero capaz de apreender o contexto social estilizado ética e ideologicamente, enfocando os afetos esmaecidos sem o compromisso de explicá-los. Essa é uma característica indelével da obra de Faraco, que narra situações limites, *borderlines*, fronteiriças sem, no entanto, julgá-las moralmente ou analisá-las mais profundamente. Já dizia Benjamin: “não há nada que de forma mais duradoura recomende histórias à memória do que aquela casta concisão que as subtrai à análise psicológica”²⁴⁷. Com efeito, o individualismo, o culto ao dinheiro, a busca de satisfação pessoal e sexual, a dinâmica do descarte e todos os outros pilares que acompanharam a ascensão de uma sociedade urbano-industrial latino-americana em vias de desenvolvimento e de inserção no contexto globalizado constituíram importantes temáticas a serem “fotografadas” pelo conto. A narrativa curta prestou-se, ainda, a uma “nova relação com as estruturas de poder”²⁴⁸. Não é casualidade que justamente durante a década de 1970 essa forma narrativa tenha despertado tanto interesse e nem é de se estranhar que, no Brasil, o Rio Grande do Sul, como “entre-lugar” da cultura, tenha gerado excelentes contistas.

Muitos são, portanto, os aspectos a ter em conta diante do contexto em que Faraco e Arregui produziram seus contos e das escolhas que travaram para tanto. Não se pode perder de vista, ainda, a influência que exerceram os ficcionistas do chamado *boom* latino-americano, que foram lidos e serviram de referência para os escritores²⁴⁹. Todas essas questões ajudam a compor a visão transfronteiriça que eles deixam transparecer em suas literaturas e sobre a qual têm consciência de estarem contribuindo para algo mais. Tanto é que, em 1982, Arregui declarava a Faraco:

²⁴⁷ BENJAMIN, 1983, p. 62.

²⁴⁸ BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 1999. p. 60.

²⁴⁹ Ademais, suspeita-se que, além Faraco-escritor, o *boom* latino-americano tenha sido uma referência para o Faraco-tradutor. Afinal, Sara Viola Rodrigues reitera, citando Heloísa Gonçalves Barbosa, que o chamado *boom* foi, na realidade, um fenômeno de tradução e recepção da referida literatura no mundo de fala inglesa. Essa perspectiva põe em xeque, portanto, a alardeada teoria que atrela a explosão mencionada como resultado de uma transformação do gênero romance na América Latina, nem consequência do aumento da produção literária de seus escritores. Cf. BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Boom or transformation by translation? ABEA Transit Circle / Associação Brasileira de Estudos Americanos*, Porto Alegre, vol. 1, n.º 1, p. 173-190, jan. / ago. 1998 p. 173. Apud: RODRIGUES, Sara Viola. Tradução cultural: o que acontece com *Um castelo no pampa* de L. A. de Assis Brasil. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p. 109-114, dez. 2003. p. 110.

Es muy cierto que el público europeo ignoraba la literatura latinoamericana y que ahora ha vuelto sus ojos hacia nuestro continente. Entre otras cosas, ocurre que Latinoamérica (considerada como debe serlo: un único gran país) puede presentar hoy un equipo de escritores (Rulfo, García Márquez, Neruda, Carpentier, Cortázar, Guimarães Rosa, Borges, Onetti y otro muchos) más importante que el de cualquier otro país del mundo. Además, ¿no estará pasando que la literatura latinoamericana detecta de un modo u otro secretos ruidos subterráneos que anuncian terremotos sociales? No olvidemos el brío de la literatura francesa en los años inmediatamente anteriores a 1789, no olvidemos la erupción de gran literatura en Rusia que se acercaba a 1917...²⁵⁰.

O uruguaio parecia ter razão ao mencionar a possibilidade de a literatura detectar “ruídos subterráneos” e o mesmo pode ser dito quando considerado o sistema platino. A literatura dos gaúchos, que, à primeira vista, poderia parecer anacrônica em face da queda de tantas e tão grandes barreiras, escondia, nas suas entrelinhas, um intuito atrelado à nova ordem de uma forma indelével. No caso gaúcho, mesmo antes da abertura do capital da *Netscape*, quando nem se ouvia falar em *offshoring* e a queda do muro de Berlim era mera utopia, o pampa já conformava essa espécie de “entre-lugar”, antecipando os efeitos e sentimentos que, hoje, se atribuem à globalização. O Rio Grande ocupava uma posição de estranhamento em frente ao restante do Brasil, mas também em relação às Repúblicas do Prata. Inseria-se, pois, nessa situação de ser borda, margem, franja, estar distante, ser diferente, e, sobretudo, estar relegado à violência simbólica e física²⁵¹.

A condição fronteiriça permeou a cultura gaúcha. E essa referência evoca tanto a cultura em seu sentido amplo, como em termos de cultura artística e letrada. O homem da campanha, o homem simples, honrado ou desregrado, posicionado no “entre-lugar” de autoridades, leis e ordens, a conviver com a violência e com as regras próprias da luta pela sobrevivência foi sempre um relevante tema de expressão artística. É certo que a prerrogativa de conviver com a violência

²⁵⁰ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 80.

²⁵¹ Se for correto afirmar que, com o ganho de complexidade decorrente da globalização, os militantes dos Direitos Humanos conquistaram terreno e que, hodiernamente, é muito mais plausível se defender o meio ambiente baseado em argumentos que enfocam o planeta como sistema, também é certo que a planificação do mundo gerou violências antes inimagináveis. Além de todas as facetas decorrentes do esmaecimento dos afetos e da perspectiva do descarte iminente, há que se recordar que o terror ganhou nova escala. Os mesmos instrumentos globais usados pelas empresas transnacionais são empregados por grupos terroristas e outras instituições envolvidas com lavagem de dinheiro e com o tráfico de drogas, de órgãos, de pessoas, etc. Nesse espaço, não só a violência simbólica, mas também a física, persiste contundentemente.

institucionalizada não é um privilégio do gaúcho; menos ainda do fronteiriço²⁵². Não obstante, é inegável que, talvez como em nenhum outro repertório artístico, a violência seja, aqui, alardeada com ufania, reafirmando o descrédito pela autoridade e a promoção de meios privados de persecução criminal. Vejam-se os exemplos das letras de música²⁵³ e inúmeras menções da literatura.

Segundo Masina, “a expressão da crueldade nas literaturas de fronteira decorreu da necessidade de exorcizá-la, nomeando-a e explicitando-a para superar o assombro e o horror que sempre causa”²⁵⁴. E se as épocas de guerra, com a degola, com a violência sexual, com a castração e com a tomada institucionalizada já fazem parte do passado dessas terras, o mesmo não pode ser dito com relação a outras facetas da crueldade. A violência ainda está inserida no cotidiano do homem fronteiriço de várias formas: seja por meio da violência física e de cunho sexual; seja por meio da violência simbólica, a negar-lhe a identificação com o que, de fato, é: um gaúcho / *gaucho*, um homem rústico, um espoliado, alguém em busca da sobrevivência e nada mais. Por outro lado, a violência se faz presente, ainda, por meio da negação da infância, do desenvolvimento em condições dignas, a negação do afeto e da paz de espírito. É através dessa faceta que o leitor se solidariza com o personagem dos contos de Faraco e Arregui- esses personagens que constroem sua identidade em meio às adversidades da vida ou que são açoitados, constantemente, pelas memórias, a entrelaçar o delicado fio do vivido com o do sofrido.

²⁵² Não há estimativa confiável sobre a “taxa de atrito” (que indica a diferença entre crimes cometidos e condenações judiciais conseqüentes) no Brasil, porém alguns índices apontam para a violência disseminada e institucionalizada. Uma edição da Anistia Internacional sobre a nossa dura realidade de desrespeito aos Direitos Humanos foi acertadamente intitulada: Brasil – “*Aqui ninguém dorme sossegado*”. E é notório que a promoção da violência conta com o apoio e a participação da polícia, do Judiciário e outras instituições amparadas pelo Estado. Para ilustrar: dados sobre o segundo trimestre de 1999 no estado de São Paulo apontam para um total de crimes estimados por pesquisa de vitimização de 1.330.434. No mesmo período, o índice oficial de criminalidade foi de 33% desse total (443.478 crimes). Em resposta a eles, foram instalados 86.203 inquéritos policiais (6,4% do total) e foram efetuadas 29.807 prisões, o que perfaz 2,2% do total de crimes estimado para o período. Eis o descrédito das autoridades e os meios propícios para a instalação da justiça retributiva privada. Cf. ROLIM, Marcos. *Justiça Restaurativa: para além da punição*. In: ROLIM, M. et. al. *Justiça restaurativa: um caminho para os direitos humanos?* Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2004. p. 08.

²⁵³ Veja-se a canção *Gaúcho de Passo Fundo*, de Teixeira, no trecho que diz: “mas se alguém me pisar no pala / o meu revólver fala / e o buchicho está feito”. Ou ainda a música *Não podemos se entregá pros home*, dos Garotos de Ouro, que fala: “não tá morto quem luta e quem peleia / pois lutar é a marca do campeiro”.

²⁵⁴ MASINA, Léa. *Tradição, transformação e renovação na literatura sul-rio-grandense de fronteiras*. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p. 45 – 51, dez. 2003. p. 47.

Com efeito, se os filósofos europeus associaram o resgate da memória com a promoção de uma responsabilidade pelo passado, associado ao trauma do holocausto, entre nós é possível entrever que o papel desempenhado pelas disputas pelas fronteiras com a toda a bagagem de violência que elas retomam exercem uma função muito semelhante à de Auschwitz. E trazer esse passado à tona para ser questionado pelos gaúchos, hoje, é um ato político bastante evidente, é promover a política do não-esquecimento, responsabilizando-se pelo passado e pelo presente de agruras, tão constantes na obra de Faraco. “Dois guaxos” e “Travessia” são os dois contos escolhidos para ilustrar o exposto e desenvolver as noções de fronteira e de memória no universo ficcional de Sergio Faraco.

3.1.1 “Dois guaxos”

O conto “Dois guaxos” conforma um retrato cru e sofrido do homem fronteiro em frente a seu destino. A narrativa é em terceira pessoa, sob a ótica de Maninho, um guri de quem não se consegue definir a idade, e que está de partida. Descontente com vida que levava no rancho onde morava com o pai e a irmã, o menino monta um tordilho e deixa para trás a vida miserável e os personagens de sua miséria.

O quadro de violência é logo percebido, pela menção dos maus-tratos e do descaso paterno. A proximidade do pai com o índio Cacho, as “charlas misteriosas”, a canha e o jogo de cartas agravavam a dor da morte da mãe: “o velho nunca prestara e tinha piorado depois da morte da mulher, embebedando-se até em dia de semana e maltratando os filhos por qualquer nonada”²⁵⁵. Desde o primeiro parágrafo, porém, nota-se que o desalento de Maninho não decorre unicamente das agressões e bebedeiras do pai. O menino foge, antes de tudo, da imagem do parreiral, com “o pelego branco, Ana, e o bugre naquele assanho de cavalo”²⁵⁶.

Em “Dois guaxos”, como em muitos outros contos de Faraco, é possível perceber, desde o princípio, uma sucessão de menções que indicam o rumo às questões relevantes da própria condição humana. Os costumes, os afetos e a instituição familiar são postos em destaque e criam

²⁵⁵ FARACO, Sergio. *Contos completos*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2004., p. 22.

²⁵⁶ Id. Ib., p. 22.

no leitor um efeito que se aproxima à piedade pelos personagens e, principalmente, pela sua impossibilidade de transformar a realidade. O fato de o narrador ser bastante jovem reforça o desalento, como a sugerir que maldade do mais forte sobre o mais fraco seja parte inevitável da convivência humana. O leitor acompanha a transcurso da narrativa e a transformação do mundo endêmico da criança com a sensação de que o desacerto com o mundo não é consequência exclusiva da idade adulta. Já na infância, a angústia e a solidão fazem-se presentes, eventos “que a vida futura só se encarrega de desenvolver e solidificar”²⁵⁷. Com efeito, o único relato de carinho a constar no texto é a mais contundente prova de rudeza primitiva: uma troca de carícias incestuosas numa noite em que a natureza decidira terminar de compor o quadro de dor. Sobre os *recuerdos* de Maninho com relação à irmã:

Da mana, ai, da mana não sentia raiva alguma, só uma dor no peito, só um caroço na garganta. Já abeirante aos dezessete, morrendo a mãe ela tomara seu lugar, cozinhando, remendando o traperio, ensinando-lhe a ler umas poucas palavrinhas. E até mais do que isso... Viva na sua lembrança estava a noite em que o temporal arreventara o zinco, destapando metade do ranchinho. Molhada, louca de frio, ela viera se deitar no catre dele. As chicotadas do aguaceiro na parede e aquele vento roncador, os mugidos soluçantes de terneiros extraviados e aquele medo enorme de que o mundo acabasse, e no meio da noite, do vento, da chuva que vinha molhar o xergão com que cobriam os pés, ela quisera que lhe chupasse o seio pequenino. A mornura e o cheiro do corpo dela, e seu próprio coração num galope estreito, uma emoção assim – pensava – não era coisa de se esquecer jamais. Que noite²⁵⁸!

É possível depreender que a abordagem do incesto ajuda a compor, na narrativa, a esteira do “entre”: nem tabu, nem perspectivas moralizantes; nem abuso sexual no sentido estrito, nem carícias aceitáveis na ótica da “normalidade”. Não tendo mãe nem ninguém que zelasse por ela, em meio à chuva que violentamente lhe destelhara a casa e lhe molhava o catre, Aninha submetia-se à única forma de afeto que podia conhecer. Da mesma forma, para Maninho, o estímulo sexual requerido pela irmã não lhe parecia proibitivo, assumindo, antes, uma conotação de amor, visto que a irmã parecia ser a única pessoa a se preocupar com ele.

De fato, o episódio incestuoso vem narrado numa seqüência que conduz à compreensão de que, para o menino, a descoberta da sexualidade, através do pedido de Aninha, impõe-se na mesma ordem lógica das outras atividades em que a menina ocupara o lugar da mãe: cozinhar,

²⁵⁷ BITTENCOURT, op. cit., p. 117.

²⁵⁸ FARACO, op. cit., p. 22.

remendar, ensinar, dar de mamar. A oferta do peito para consolar o irmão menor numa noite de chuva foi experimentada não como uma transgressão, mas como um modo de torná-lo “especial”. Afinal, eram eles, também, terneiros extraviados a mugir com medo na noite chuvosa. A emoção do momento, porém, desencadeou uma ansiedade que confundiu o guri com relação a seu papel em frente ao objeto do desejo incestuoso²⁵⁹. Essa interpretação é reforçada não só pela linguagem saudosista da narrativa (sem qualquer menção a remorsos e culpas), como também pelos ciúmes que Maninho sentia de Cacho e pela raiva que tinha do pai por este não se importar com a filha.

O acontecido, para Maninho, não tinha qualquer conotação violenta. Violência, nessa linha, seria, antes, antes o coito (consentido) com o bugre que “desde o primeiro dia, vendo Aninha, não disfarçara suas miradas de cobiça, sua tenção de abuso grosso, e o descaro era tamanho que até se apalpava em presença dela”²⁶⁰. Assim, imiscuindo-se em seu carinho, aparecia o índio, a quem a mana se entregara. Maninho sofria sua perda, embora soubesse que:

[...] não sendo o bugre, ia ser outro qualquer, algum bombachudo que apeasse por ali e depois se fosse, deixando-a tristonha, solita... solita como se queda uma novilha preña. E depois, ah, isso já se sabia, depois ia virar puta de rancho, puta de bolicho e no fim uma daquelas reiúnas que vira algumas vezes na carreteira, abanando em desespero para caminhão de gado²⁶¹.

O destino da irmã não era bem uma surpresa, mas o ocorrido foi como “um mangaço ao pé do ouvido”. Não se animando a matar o índio, Maninho decide, por fim, partir da chacinha. A sina da irmã era previsível e irreparável, talvez por isso não sentisse raiva. A estréia com o bugre era quase um ritual de passagem para a vida de “puta” que o destino assegurara à menina. Da mesma forma, as carícias solicitadas conformaram, para Maninho, um ritual de passagem para a vida de homem. Embora não tivessem consumado o coito (e, provavelmente, nunca viessem a fazê-lo), Aninha despertou no irmão o desejo de descobrir o mundo. Tanto é que o guri se propõe a partir pensando em conhecer outras mulheres. Aninha, ao oferecer o peito ao irmão, fez desvelar o homem por trás do menino e moldou-lhe a identidade. Não por casualidade, o personagem não tem nome; ele é, simplesmente, o Maninho, ou seja: o caçula que conforma seu “eu” a partir da figura (central) da irmã e, por meio dela, passa a sentir-se identificado.

²⁵⁹ Como, geralmente, costuma suceder em casos de incesto. Cf. MILLER, Dusty. Incesto: o centro da escuridão. In: IMBER-BLACK, Evan (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

²⁶⁰ FARACO, op. cit., p. 23.

²⁶¹ FARACO, op. cit., p. 23.

Com efeito, por trás do sentimento de irmão, está o sentimento de homem e a dificuldade de lidar com o peso de ter sido trocado por outro macho. Não há que se postular perspectivas moralizantes, o que Maninho lamenta não é perda da “honra familiar”, mas o fato de ter sido preterido por Aninha, como se percebe no trecho: “Maninho não conhecia muitas mulheres e nunca dormira com nenhuma, mas com qualquer que pudesse comparar, Aninha parecia mais bonita, bagualazinha jeitosa que dia a dia ia se cascudeando naquelas lidas campeiras”²⁶². Reforçando essa idéia, a despedida do irmão, enquanto Aninha dormia, não se deu com um beijo no rosto ou na testa, como se poderia supor a princípio. A despedida deu-se com os olhos cheios de lágrimas, quando ele “aproximou o rosto do ventre da irmã. Um beijo, e o sexo dela tinha um cheiro delicado, profundo”²⁶³. Maninho, nessa despedida, arcava, pois, com a grande angústia de nutrir algo mais que um sentimento de irmão sem poder considerar-se, de fato, o homem de Aninha.

O signo do “entre” a toda hora é posto em destaque: nem adultos, nem crianças; nem abandonados, nem criados com zelo; nem proprietários, nem sem-nada; nem analfabetos, nem educados; em algum lugar entre a civilização e a barbárie, os irmãos desse conto estão de tal forma esmaecidos que, da última vez que Maninho vê o pai, a chama do candeeiro “ia mermando, cedendo espaço às sombras”²⁶⁴, e, ao despedir-se de Aninha, a tênue claridade “fazia do corpo dela um vulto acinzentado”²⁶⁵, nem invisível, nem nítido. A ambivalência e a ambigüidade dos personagens reforçam as marcas simbólicas da fronteira. Os indivíduos, as comunidades, as relações de parentesco, as negociações sempre marcadas pela possibilidade do ser e/ou não ser evidenciam o conflito latente das zonas de confluência, caracterizando a identidade fronteira e marcando a trajetória dos personagens.

As regras do jogo ditadas pela sina da fronteira são vividas sob a mesma égide da ambivalência e da ambigüidade. Entendida, simultaneamente, como limitação e possibilidade, a mesma fronteira que submete os personagens à provação apresenta as chances de fugir. Assim, a

²⁶² FARACO, op. cit., p. 24.

²⁶³ FARACO, op. cit., p. 25.

²⁶⁴ FARACO, op. cit., p. 24.

²⁶⁵ FARACO, op. cit., p. 24.

única salvação possível para Maninho era escapar a um outro mundo, “más allá das canchas de osso e dos bolichos da Vila do Bororé”²⁶⁶, que podia incluir, ou não, o cruzamento dos limites políticos. Como Édipo desterrado, Maninho parte rumo ao seu próprio destino de adversidades, angústias e incertezas - e esse destino independe da travessia do rio: tanto do lado de lá como no daqui, as agruras seriam as mesmas, ele seguiria sendo um sujeito deslocado, um des-centrado, um fronteiro.

Um tirão até Itaqui, e depois... quem saberia?
Depois ia cruzar o Rio Uruguai, ou não cruzar, ou ia para Uruguaiana, Alegrete, ou para a Barra, Bella Unión, lugares dos quais ouvira um dia alguém falar²⁶⁷.

Maninho partia com o desejo de “conhecer outras gentes [...], conhecer outras mulheres, mamar noutras tetas”²⁶⁸ enquanto pensava que, um dia, talvez, até voltasse. Não pela terra, ou pelo pai, nem mesmo pela irmã, mas “voltar para subir o cerrito de pedra nos fundos do campinho, para atirar uma flor na cruz da velha morta, de quem, agora mais do que nunca, sentia tanta saudade”²⁶⁹.

De todas as memórias, a mãe era a única capaz de ancorá-lo. Pilar de um histórico familiar fragmentado após sua morte, esse parecia ser o único condão capaz de ter sustentado alguma forma de honra, o único remédio contra o desabamento das estruturas do sentir. Diante da desgraça da irmã e da decisão de ir embora, Maninho só conseguia pensar “que as mães não deviam morrer tão cedo, na falta delas todo mundo parecia mais solito, espremido no seu cada qual como rato em guampa”²⁷⁰. A mãe parecia ser o elo de ligação com aquela coisa “que não sabia o que era e já se perguntava, afinal, se não era o tal de amor”²⁷¹. Na falta dela, “a família ia bichando, ia ficando podre, ia virando pó”²⁷².

O abalo das estruturas da tradição e o recalque do sentir, nesta narrativa, não decorriam, pois, da alteração do entorno cultural ou político. O espaço e o tempo continuavam sendo

²⁶⁶ FARACO, op. cit., p. 25.

²⁶⁷ FARACO, op. cit., p. 25.

²⁶⁸ FARACO, op. cit., p. 25.

²⁶⁹ FARACO, op. cit., p. 25.

²⁷⁰ FARACO, op. cit., p. 24.

²⁷¹ FARACO, op. cit., p. 25.

²⁷² FARACO, op. cit., p. 24.

percebidos nas mesmas dimensões de outrora. O soterramento das tradições, aqui, é o que se refere às tradições familiares, sustentadas pela figura materna. O agravamento dos vícios do pai e o rumo para a perdição da irmã foram consequência desse “desencaixe” provocado pela morte da mãe.

O porquê desse “desencaixe” é desvelado pouco a pouco, enquanto o leitor vai percebendo a profundidade da dor do protagonista. As revelações em série geram uma expectativa que suplanta a tradicional perspectiva de conto com finais inesperados. Desde o início, o leitor é informado que Maninho busca sossego àquele tormento ocasionado pelas lembranças de Ana e do bugre. A irmã que o tinha magoado era, simplesmente, Ana; diferente da mana ou da Aninha que remetia a um passado de *recuerdos* doces. Porém, o sentido real da oposição entre essas lembranças prazerosas e o tormento do presente e da fuga só fica claro ao fim da narrativa. O desvelamento sucessivo foi o recurso do autor para dar conta da intensidade e da brevidade que o conto exige, ao mesmo tempo em que contribuía para o movimento em busca do enigma. Porém, em “Dois guaxos”, como em geral o é toda a obra regionalista de Sergio Faraco, a aproximação da narrativa ao *caso* tem lugar não somente pela escolha do gênero, como também pela linguagem a recriar o registro campeiro, com sua peculiar sintaxe, com silêncios e interjeições próprios. A condição de “entre-lugar” permeia não só a reprodução das falas de gente simples por meio do registro letrado, expressa no vocabulário imiscuído de castelhanismos e regionalismos próprios da campanha (*charlas, recuerdo, solita, emborrachava, más allá*), mas aparece o tempo todo.

Sem dúvida, uma das primeiras coisas a se notar é a força da oralidade que supera, de certa forma, a distância entre o dito e o escrito. Está-se com Masina: “A competência para a recriação performática talvez seja um dos traços mais característicos da literatura fronteira do Brasil e que a aproxima de suas origens ibéricas e, sobretudo, rio-platenses”²⁷³. Nesses termos, é lícito encerrar esta análise afirmando que somente um texto tão repleto de “entre-lugares” deixaria margem a outros espaços possíveis de leitura, a partir do que Piglia denomina “a história secreta”²⁷⁴. As interpretações apresentadas nada mais são do que uma exemplificação da

²⁷³ MASINA, 2003, p. 45.

²⁷⁴ PLIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

infinidade de leituras possíveis a partir de um texto disposto na “fronteira” entre as linguagens, entre as imagens, entre os afetos, o que ocorre, também, com o conto “Travessia”, que se apresenta no ponto que segue.

3.1.2 “Travessia”

O conto “Travessia” vem narrado em primeira pessoa, a partir da experiência de um menino a acompanhar seu tio na travessia do Rio Uruguai em noite de chuva, com uma chalana carregada de encomendas. Tudo indica que o guri ia pela primeira vez ajudar Tio Joca na prática do chibo, daí o olhar de estranhamento, daí a ingenuidade com que cuidava o lanchão dos fuzileiros. O episódio narrado no conto configura-se, então, como mais um ritual de passagem a que o fronteiro se submete: a estréia no contrabando de pequeno porte e na luta pela sobrevivência. Não se sabe a idade do guri, mas ele ainda recebia tratamento de criança. Mesmo que os homens tivessem aberto a exceção de dar-lhe um quarto de caneca de vinho, Dona Zaira, a mulher de André Vicente, ainda reconhecia, no guri, o filho que ela não teve.

André Vicente era o contato do lado argentino, dono de um rancho que ficava “no meio de um matinho, perto do rio”²⁷⁵. Com a chegada de Tio Joca e do menino, Dona Zaira preparou às pressas um carreteiro de milho verde e André Vicente abriu um garrafão de um vinho tão gostoso que até o guri ganhou um pouco. Enquanto esperavam a comida, eles bebiam o seu vinho e ouviam Tio Joca, que “como sempre, contou velhas e belas histórias de lutas de chibeiros contra os fuzileiros do Brasil”²⁷⁶.

No ato de contar histórias, “velhas e belas histórias”, o personagem parecia estar percorrendo a mesma senda dos construtos nacionalistas. Narrando suas lutas, Tio Joca estava legitimando a trajetória dos chibeiros, operando por meio de arranjos literários que definiam um Nós heróico contra um Outro errante. Dessa forma, criava estratégias de identificação cultural e reforçava a identidade daqueles homens fronteiros contra a autoridade estatal. Note-se que, também nas histórias de Tio Joca, havia o confronto direto envolvendo castelhanos e gaúchos-

²⁷⁵ FARACO, op. cit., p. 33.

²⁷⁶ FARACO, op. cit., p. 33.

brasileiros. Contudo, na contramão da história oficial, a perspectiva dos chibeiros inovava em função da indiferença quanto aos critérios de nacionalidade. Não há uma fronteira a ser guarnecida, o gaúcho não é um bravo sentinela da nação; ao contrário: é à autoridade estatal que se relega o papel de inimigo, é o representante da nação o homem “do lado de lá”. Sul-riograndenses e castelhanos estão irmanados no ofício de burlar o construto da nação, preservando a questão humana, a sobrevivência, a gauchidade, o diálogo transfronteiriço.

André Vicente, após o almoço, ajudou Tio Joca a buscar as encomendas: “três ventiladores, uma dúzia de rádios, garrafas, cigarros, vidros de perfume e dezenas de *cashemeres*”²⁷⁷. Voltaram ao rancho à noite, numa carroça com tolda de lona, ajudados por um baixinho que atendia por Carlito. O céu estava carregado e os homens esperavam que chovesse. Provavelmente, acreditavam que, com o mau tempo, os fuzileiros relaxariam na fiscalização. Os chibeiros comemoraram quando começou a repicar a chuva no telhado de zinco, e carregaram a chalana. Embarcaram somente as encomendas, uma pasta velha de colégio a conter comida, Tio Joca, o menino e uma cesta com peixe.

Tio Joca era quem “bracejava com os remos”²⁷⁸, enfrentando um rio fora do leito, com uma correnteza e uns redemoinhos “daqueles que podem engolir uma chalana com seu remador”²⁷⁹. Os personagens submetiam-se a muitos perigos: as intempéries do rio, a preocupação com fiscalização dos fuzileiros, a travessia numa madrugada com chuva forte “chicoteando a cara [...] e varando a gola do capote”²⁸⁰. Se o faziam, é porque estavam *precisados*: “fim de ano, véspera de Natal, uma boa travessia, naquela altura, ia garantir o sustento até janeiro”²⁸¹. O guri ia junto, encarregado de cuidar que a encomenda não molhasse e, mais importante: avisar se a luzinha vermelha do “bote dos maricas” se mexesse.

O “bote dos maricas”, explica o narrador, era o lanchão dos fuzileiros que fiscalizavam a margem brasileira do Rio Uruguai. O apelido tinha sido dado por Tio Joca, em função do boné com rabinho, usado pela corporação. A luz vermelha do bote piscava sob a névoa que encobria as

²⁷⁷ FARACO, op. cit., p. 36.

²⁷⁸ FARACO, op. cit., p. 34.

²⁷⁹ FARACO, op. cit., p. 34.

²⁸⁰ FARACO, op. cit., p. 35.

²⁸¹ FARACO, op. cit., p. 35.

luzes de Itaqui. Qualquer movimento da luzinha era sinal de perigo para os chibeiros. Afinal, mesmo que parecesse inocente o simples transportar, de lá para cá, algumas mercadorias para serem vendidas, os personagens do conto incidiam na ação típica do art. 334 do Código Penal: o crime de contrabando ou descaminho. O pólo passivo do crime em pauta é a Administração Pública, é o Estado que marginaliza a atividade desses homens que não conheceram os limites políticos e dos quais se exige que reconheçam as incidências tributárias. Obrigados a sobreviver no entre-lugar da jurisdição, os personagens representam os excluídos da atividade estatal no tocante ao cumprimento com os deveres da nação. Homens como o Tio Joca são reinseridos no sistema como devedores, invasores, criminosos, mas não como cidadãos.

Enfim, se a imagem da travessia induz o leitor ocidental a lembrar de Caronte, o barqueiro das almas, cruzando o rio que separa a vida da morte, as chalanas de Faraco sugerem um ritual menos apocalíptico, embora não menos infeliz. Ir daqui para lá ou de lá para cá dá igual para quem sabe, de antemão, que independentemente de pátria, governo ou autoridade, seguirá à margem. E é por isso que, também para os chibeiros do conto “Travessia”, a definição do Outro não se dá por critérios de nacionalidade. Entre Alvear e Itaqui há mais do que um rio: nota-se uma “zona de confluência” a irmanar os homens sujeitos a esses fluxos de deslocamento para ganhar a vida. E o “inimigo” é, como sempre foi, o representante da autoridade de um Estado conformado em especulações longínquas e indiferentes ao homem fronteiriço, um Estado do qual presente não fazer parte, com o qual não compartilha benesses e por isso, rechaça o seu monitoramento reflexivo. O indivíduo submetido ao entre-lugar sofre com a negação de seu rosto e de seu sustento nesses confins empobrecidos pelo descaso dos tomadores de decisão. E é por isso que tanto os homens “de lá” quanto os “de cá” se irmanam num ofício perigoso, que contraria a lei dos dois países, a fim de obterem o seu sustento. Dessa forma, há o desvelamento de uma questão que se mantinha como uma história cifrada, a rondar sub-repticiamente a trama do conto: não importa que os personagens estejam praticando uma ação prevista no estatuto repressivo, não importa que estejam lesando o Estado na arrecadação de divisas; importa, isto sim, que esses homens têm necessidade de sobreviver à fronteira e o fazem exatamente por meio da fronteira.

Ainda que a prática do chibo parecesse relativamente fácil, em função da familiaridade de Tio Joca com o rio, com o ofício e com a fronteira, ainda que ele fosse treinado a ponto de perceber o motor da lancha enquanto o menino só ouvia os grilos e a rãs, a fronteira configurou-se, mais uma vez, como uma sina para os personagens de Faraco. A questão da fronteira como uma espécie de condenação a um sofrimento sem fim era introduzida pela assertiva: “Mas estava escrito: aquela travessia se complicava”. Ao mencionar que a complicação dos personagens era algo que “estava escrito”, o narrador dá uma conotação trágica ao episódio. “Estava escrito” era quase como dizer que não havia escapatória, que o viver na fronteira era arcar com o destino de agruras e desgostos.

A luzinha vermelha do lanchão desapareceu. E não era uma chata passando na frente, não era engano do guri, não era economia de bateria por parte dos fuzileiros. Tio Joca cambou a chalana a favor da correnteza, mudando o ponto de desembarque. Estava atento e “dir-se-ia que, além de ouvir, até cheirava”²⁸². O menino era incapaz de perceber o perigo, mas Tio Joca, experiente no ofício, mandou meter a encomenda na água. O guri lamentava: “nosso tesouro inteiro mergulhou no rio”²⁸³. Afundava no leito do Uruguai a garantia da sobrevivência até o próximo mês. Pouco depois, um holofote:

- Buenas – disse alguém atrás da luz. – Que é que temos por aí?
- Sem esperar que mandassem, o tio atirou a ponta do cordame.
- Um rio medonho, doutor tenente.
- Um fuzileiro recolheu a corda e prendeu-a no gradeado.
- Que é que temos por aí? – insistiu o tenente.
- Peixe, só uns cascudos para o caldo do guri que tem fome.
- Peixe? Com o rio desse jeito?
- O doutor tenente entende de chibo e de chibeiros, de peixe entendo eu – disse Tio Joca, mostrando a peixalhada no cesto²⁸⁴.

O tenente ofereceu ajuda para puxar a chalana rio acima, auxiliou o guri quando subia na lancha e passou a mão na sua cabeça: “Tão chico e já praticando, hein? Essa é a vida”, diz o tenente. O desfecho é duro e com certa dose de comoção, quando o guri observa a reação de Tio Joca, já no alto da lancha, olhando para o rio:

²⁸² FARACO, op. cit., p. 36.

²⁸³ FARACO, op. cit., p. 36.

²⁸⁴ FARACO, op. cit., p. 36.

Teso, imóvel, ele olhava para o rio, para a sombra densa do rio, os olhos dele brilhavam na meia-luz da popa e a gente chegava a desconfiar de que ele estava chorando. Mas não, Tio Joca era um forte. Decerto apenas vigiava, na esteira de borbulhas, o trajeto da chalana vazia²⁸⁵.

Da leitura do conto, depreende-se que identificação desse personagem que sobrevive à fronteira (e da fronteira) está conformada a partir de um vínculo com o lugar, muito mais do que com o espaço, constituindo um auto-reconhecimento precário e desvinculado das noções de pátria ou nacionalidade. Irmanados pelo ofício ou por algum outro vínculo que não se consegue identificar, os personagens de “Travessia” são um só grupo social, tanto faz se numa ou noutra margem do Rio Uruguai. Não é possível sequer lhes definir a nacionalidade. André e Zaira são nomes próprios que podem provir tanto do português quanto do espanhol e o diminutivo Carlito tampouco causa estranhamento num contexto em que aparecem construções frasais como: “A mulher de André Vicente gostava de me dar confiança *porque no tenía hijos*”.²⁸⁶ Se eles são argentinos ou brasileiros a morar em Alvear pouco importa, visto que até mesmo os fuzileiros, os representantes da autoridade da nação brasileira, têm sua linguagem influenciada pelos castelhanismos locais: “*Bueno*, venham daí, eu puxo essa chalana rio acima”²⁸⁷ e “Tão *chico* e já praticando, hein?”²⁸⁸. Os exemplos da interferência entre os idiomas (grifadas, aqui, num itálico inexistente no texto original), a ter lugar inclusive entre os representantes do Estado, são relevantes ante a observação que César já tecia a propósito desses pagos em que a marca da cidadania era feita pelo idioma, pois, no anonimato do entre-lugar pampiano, “a fala materna fazia as vezes de certidão”²⁸⁹. A questão era que até mesmo os fuzileiros sofriam com crise de identidade e a sina da fronteira.

É de notar, ainda, que também essa narrativa transcorre ao arrepio de juízos de valores. Gente simples, em busca de seu sustento, nada mais, os chibeiros têm seus vínculos e suas crenças, uma religiosidade própria: apegam-se a seus santos e ,“nos arreglos mais piçudos”²⁹⁰, quando estes já não resolvem, tratam “direto com o patrão”²⁹¹. Não há que se sugerir maldade ou

²⁸⁵ FARACO, op. cit., p. 37.

²⁸⁶ FARACO, op. cit., p. 33.

²⁸⁷ FARACO, op. cit., p. 37.

²⁸⁸ FARACO, op. cit., p. 37.

²⁸⁹ CÉSAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. p. 44.

²⁹⁰ FARACO, op. cit., p. 34.

²⁹¹ FARACO, op. cit., p. 34.

transgressão na prática do contrabando, tal como ela é narrada em “Travessia”. Se houvesse algum mal naquilo que os chibeiros fazem, eles não recorreriam à ajuda divina. Ademais, com o conto, há uma dupla afirmação da atividade do descaminho: a primeira, quando o narrador apresenta a prática do chibo e sugere a continuidade do ciclo; a segunda, quando o escritor insere a questão no âmbito da literatura, perpetuando-a como tema literário.

Os temas literários perpetuados por Sergio Faraco, contudo, vão além daqueles que ele propôs na sua senda de contista. Como tradutor de grandes nomes latino-americanos, Faraco introduziu no sistema literário sul-rio-grandense os temas e, enfim, a presença daquele Outro platino, com suas confluências e suas orientações estéticas tão semelhantes às do gaúcho brasileiro. Entre os tantos *outros* que Faraco se propôs a assimilar, num paradoxal construto de identidade / alteridade, convidando para o diálogo e para o respeito incondicional, o uruguaio Mario Arregui talvez tenha sido o mais importante. Conformando uma espécie de “espelho” da narração da fronteira e da memória, a tradução que Sergio Faraco fez de Arregui veio a incidir sobre a tradição sul-rio-grandense como a frincha entre Eu e o Outro, caracterizado este último, concomitantemente, como o “não-eu” e o formador do “eu”. Simbolizando a integração em detrimento da perspectiva que outrora significava ameaça, Faraco alimentou-se (e alimentou-nos, ao sistema literário sul-rio-grandense) da narrativa dos correlatos platinos. Essa questão é a que se passa a elaborar no quarto capítulo.

Enquanto o Estado-Nação era forjado às custas do soterramento das diferenças e as tradições eram inventadas com vistas a reforçar as fronteiras culturais, o *status* da atividade tradutória era relegada ao descaso que convinha para todo e qualquer ato político que ousasse a mirar o Outro com algum respeito ou maior interesse. Apesar de ter desempenhado um papel determinante no desenvolvimento das culturas nacionais, as traduções foram deixadas à margem da história. Para tal fato, contribuiu sobremaneira a filosofia de Kant, que não deixava de assumir uma perspectiva nacionalizante. A arte alemã, para Kant, seria o reflexo do caráter do povo alemão, expresso também em sua língua. Diante da impossibilidade de se traduzir o “caráter” de um povo, só restaria, então, a atividade da “interpretação criativa”.

Durante séculos, a tradução foi acometida de um preconceito histórico que dava margem às concepções românticas do autor como um gênio e a visão de sacralização do texto literário. Até as primeiras décadas do século XX, ainda se percebia a tradução com base na tradição filosófica e literária alemã, da hermenêutica e da fenomenologia existencial. Walter Benjamin, em *A tarefa do tradutor*²⁹², deixava clara sua visão de tradução como “método”, conformando uma utopia em face da indeterminação semântica²⁹³. Qualquer forma de tradução seria, então, uma traição ao sagrado texto original. Não foi à toa que, nesse período, outro filósofo de renome, Ortega y Gasset, tenha popularizado o aforismo “traduttore, traditore”²⁹⁴.

Contudo, a abordagem anti-metafísica de Heidegger foi o prenúncio de importantes repercussões na produção filosófica subsequente e o advento do existencialismo, com Sartre, fez-

²⁹² BENJAMIN, Walter. *The task of translator*. Tradução para o inglês de Harry Zohn. In: VENUTI, Lawrence. (Ed.) *The translation studies reader*. London / New York: Routledge, 2000.

²⁹³ Influência da filosofia analítica, esse conceito veio imbuído da dificuldade de passagem daquilo que se conceitualiza e o objeto a que se refere. A tarefa do tradutor, para Benjamin, consistiria em encontrar o efeito pretendido sobre a linguagem para a qual se está traduzindo e em produzir, assim, o eco do original. Esse eco ocasionaria na língua-alvo a reverberação de um trabalho realizado na língua-fonte, sendo que a língua, nesses termos, não pode ser compreendida dissociada da noção de caráter dos povos em questão, a expressar realidades únicas, intraduzíveis.

²⁹⁴ ORTEGA Y GASSET, José. *The misery and the splendor of translation*. Tradução para o inglês de Elizabeth Gamble Miller. In: VENUTI, Lawrence. (Ed.) *The translation studies reader*. London / New York: Routledge, 2000. p. 94.

se sentir em face da perspectiva da tradução. A ruptura com a crença nas bases metafísicas da linguagem acarretou uma visão mais pragmática de tradução, o foco passou a ser a questão da traduzibilidade de determinados textos em face de determinadas culturas, o que foi seriamente levado a cabo por Quine. Já com Jakobson²⁹⁵, o problema principal da atividade tradutória passaria a ser a equivalência na diferença, relegando à tradução o ônus de reproduzir, em uma língua, um valor expresso em outra²⁹⁶.

Nos anos 60 e 70, enquanto a cultura sofria o impacto da crise dos nacionalismos, importantes construtos teóricos enriqueceram os Estudos da Tradução. Destacam-se: a Teoria da Recepção, afiliada à Escola de Constância, com Jauss (que formulou a estética da recepção calcada na hermenêutica) e Iser (que elaborou uma teoria de leitura embasada na fenomenologia); e a Escola de Tel Aviv, especialmente com Toury e Even – Zohar, que complementaram sua fonte teórica com a semiótica de Lotman e os desenvolvimentos recentes da teoria sistêmica, de Maturana e Varela.

Contudo, somente com Lefevere o componente político da tradução passou a ser considerado²⁹⁷. Partindo da teoria dos sistemas e enriquecendo-a com as idéias de Wittgenstein, de Foucault, da sociologia da literatura e da história cultural, ele pôde contemplar o componente político, dedicando-se a relacionar o comportamento tradutório com as instituições, o poder e a ideologia. A partir de Lefevere, tornou-se possível afirmar que não há transparência no uso da linguagem e, com isso, restou a perspectiva de que o tradutor não é (nem poderia ser) transparente. Nesse sentido, toda tradução seria potencialmente subversiva, ao introduzir inovações no sistema literário em que se insere, ou potencialmente conservadora, se vier a reforçar e manter os padrões estabelecidos e a rejeitar o diferente²⁹⁸.

²⁹⁵ JAKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. In: JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Tradução ao português de BLIKSTEIN, I.: PAES, J. P. São Paulo: Editora Cultrix. 1974.

²⁹⁶ O pensamento de Jakobson acabou influenciando outras três vias de contato entre tradução e lingüística. Uma delas foi o uso instrumental da lingüística com fins a solucionar questões de tradução, evidenciada na obra de Nida. A segunda, buscou na teoria lingüística as bases para a sistematização da tradução, como o fez Catford. Já a terceira via, caracterizou-se pelo uso da tradução para fornecer critérios básicos de comparação entre línguas, exemplificada pelo trabalho de Halliday. A busca de uma sistematização da equivalência foi a principal preocupação dos estudos mencionados.

²⁹⁷ Cf. RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 101 – 139 passim.

²⁹⁸ Id. Ib., p. 101-139 passim.

Conseqüência dos estudos de Lefevere, a “boa” tradução passou a ser aquela capaz de transmitir a informação semântica com poder ilocucionário análogo, afastando-se do texto original sempre e quando isso se fizesse necessário para se manter próximo a ele. Nesse diálogo um pouco paradoxal, forma e conteúdo estariam imbricados para atingir um determinado efeito sobre essa nova cultura a ter acesso à produção literária por traduzir. A tradução seria, pois, um processo de reescritura, sujeito ao mesmo gênero de coerções que a escritura.

Talvez essa razão tenha contribuído para que atingissem grande notoriedade os escritores-tradutores. Meschonnic chegou a declarar: “os melhores tradutores foram escritores que integraram as traduções à sua obra”²⁹⁹. Se a atividade tradutória tinha deixado de ser a mera reprodução do Outro em língua vernácula para constituir uma atividade criativa, nada mais coerente que o incipiente conceito de escritor-tradutor passasse a ostentar credibilidade perante a crítica. Sergio Faraco alcançou-a, por certo, seja na senda de escritor, seja na de tradutor. Porém, entre os tantos escritores que traduziu (chega-se quase à trintena), um nome foi especialmente destacado para a realização desta pesquisa: Mario Arregui.

A amizade entre ambos os escritores iniciou-se justamente pela via da tradução e o grande acréscimo desse trabalho conformou um rico exemplo de recriação. A travessia deu-se em sentido duplo: tanto Faraco quanto Arregui alimentaram-se (e alimentaram-nos), com suas teorias e críticas sobre literatura e com as discussões que travaram sobre a atividade tradutória nesses quase quatro anos em que se corresponderam. Tema ainda por explorar em face dos Estudos Literários no Brasil, traçam-se, aqui, alguns esboços para dimensionar a relevância do Faraco escritor-tradutor para a contística de Mario Arregui e para o próprio sistema literário sul-riograndense.

²⁹⁹ MESCHONNIC, Henri. *Pour la poétique II*, Paris: Gallimard, 1978. p. 354 *Apud* LARANJEIRA, op. cit., p. 38.

4.1 Mario Arregui: o Outro na frente do espelho

Um dos mais prestigiados contistas do Uruguai, Mario Alberto Arregui Vago, nasceu em 1917 na cidade de Trinidad, Província de Flores, Uruguai, onde viveu quase toda sua vida numa estância, dedicado a trabalhos rurais. Desde jovem, foi entusiasta das idéias comunistas. Após a Guerra Civil de 1936, militou no Movimento de Ajuda à República Espanhola, e, em 1959, aderiu a movimentos de solidariedade ao governo de Fidel Castro, em Cuba. Em 1971, viajou a Cuba e Europa; em 1973, percorreu Peru e Chile, onde testemunhou os últimos tempos da experiência socialista de Salvador Allende. Esteve preso por duas vezes: em 1973, por ocasião do golpe militar no Uruguai, e em 1977, quando foi torturado. A produção escrita de Mario Arregui está composta por *Noche de San Juan y otros cuentos* (1956), *Hombres y caballos*, contos (1960), *La sed y el agua*, contos (1964), *Liber Falco*, livro de cunho testemunhal sobre o poeta uruguaio (1964), *Tres libros de cuentos*, que contém os anteriores e agrega alguns relatos isolados (1969), *El narrador*, contos (1972), *La escoba de la bruja*, contos (1979) e *Ramos generales*, uma mescla de contos e ensaios, de publicação póstuma (1985).

Mario foi descrito por seu próprio filho, Martín Arregui, como “el más sobrio y menos snob de los hombres”³⁰⁰, alguém “fuerte, desordenado, viviendo solo em medio de libros, botas invariablemente embarradas, trabajando mucho, leyendo mucho, lideando com tratores viejos y chacras grandes”³⁰¹. Sob a ótica de Ángel Rama³⁰², com quem conviveu e manteve longa amizade, Mario Arregui era um ser complexo, um homem de cinco naipes: (1) um estancieiro de moderno sentido empresarial, preocupado em desenvolver suas terras e seus rendimentos; (2) um militante de esquerda, muito próximo ao Partido Comunista e integrante da “Frente Izquierda”; (3) um amante da grande literatura, especialmente da vanguarda européia, como Valéry, Hemingway, Mann, Huxley, entre outros inovadores, com os quais teve contato por meio da revista “Sur”; (4) um leitor acurado de poetas, como Lorca, Vallejo e Neruda, concedendo à poesia um lugar preferencial dentre as artes, embora nunca a tenha praticado – e, talvez, essa seja a razão pela

³⁰⁰ ARREGUI, José Martín. Prólogo. In: *Correspondencia: 1981 – 1985*. Montevideo: Monte Sexto, 1990.

³⁰¹ ARREGUI, José Martín. Arregui por Arregui. *Jaque*, Montevideu, 26 abr. 1985, Capítulo 1 Cultural, p. 08.

³⁰² Cf. RAMA, Ángel. Mario Arregui: interrogación ética del hombre. In: ARREGUI, Mario. *Tres libros de cuentos*. Montevideu: Arca, 1969. p. 207 – 208.

qual tenha idolatrado os contos de um poeta, Jorge Luis Borges; (5) um homem inteiramente alheio às formas burguesas de conforto e regras de conduta da alta sociedade: amigo de tomar tragos em bodegas, de aparecer em qualquer ambiente com sua roupa de trabalho, sempre com o caminhão desvencilhado que usava para transportar gado, jogando baganas de cigarros sobre as poltronas e empregando, com toda naturalidade, os palavrões.

Como escritor, Mario Arregui alcançou o respeito da crítica, apesar de sua escassa produção, reconhecida pelo próprio autor: “no llego a ser el autor de 40 cuentos, barajados y repetidos de una manera que no sé si no es un poquito deshonesto”³⁰³. A justificativa para ter escrito tão pouco, foi dada em seu melhor estilo: “el trabajo de ganarme la vida como estanciero-agricultor-cabañero, las mujeres, las charlas con los amigos, leer lo que escriben los otros, el cine, un poco el fútbol, otro poco la política, un bastante esa no-actividad que aquí llamamos “pelotudismo”, etc... me impidieron escribir más”³⁰⁴. No entanto, sua obra apresenta uma singeleza incontestável, um profundo conhecimento da alma e da lide campeira, um tom que Rama chama de “descubrimiento de las normas de conducta, exploración del hombre y por lo tanto de sus límites”³⁰⁵, e um rigor literário que o filho Martín Arregui, entre carinho e piada, atribui à inaptidão de Mario para a datilografia:

Es inconcebible un peor mecanógrafo, si es que puede llamársele mecanógrafo a alguien que teclea, un golpe cada diez o quince segundos, con un solo dedo y buscando cada letra en el teclado. Para colmo tenía – en eso – la manía de la pulcritud. Una palabra mal escrita, una letra corrida, implicaba casi siempre rehacer la página. Hacía de ese modo, con paciencia infinita, sucesivos borradores. [...] Podía hacer diez, doce, veinte. Cuando daba por terminada una página, no había una coma, un acento, que no estuviera allí por razonada convicción³⁰⁶.

A imagem que se faz de Mario Arregui, homem rude e campeiro, e de sua literatura a retratar com tanto êxito a linguagem e os costumes gauchescos, poderia levar a considerá-lo um escritor regionalista, ou “criollista”. No entanto, ele sempre negou esse rótulo:

Me crié en una estancia y viví después largos años en ella; soy buen jinete y muchas tardes estivales de mis vacaciones de estudiante las pasé ejercitándome en el manejo del

³⁰³ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 63.

³⁰⁴ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 05.

³⁰⁵ RAMA, op. cit., p. 208.

³⁰⁶ ARREGUI, José Martín, 1985, p. 08.

lazo y, alguna vez, las boleadoras; puedo hablar el más dialectal de los gauchescos, he tropeado por tierra y por ferrocarril, sé picar tabaco, sé empezar el mate sin quemar la yerba... Pero no soy ni quiero ser – mejor: no quiero ser – un escritor criollista³⁰⁷.

Muitas foram as especulações que tentavam dar conta do porquê desse rechaço de Arregui à literatura *criollista*. Aparain chamou a atenção à ideologia de esquerda do autor, que jamais aceitaria um rótulo vinculado a uma proposta literária comprometida com a intelectualidade conservadora: “los doctores-estancieros (necesitados de épicas historias para la hora de la estufa)” que se propunham a resgatar “un gaucho que ya no existía desde los alambrados días de Lorenzo Latorre”³⁰⁸. Com efeito, essa visão encontra amparo no ensaio “Literatura y bota de potro”, que Arregui incluiu em *Ramos generales* e no qual menciona que a primeira literatura gauchesca “fundada cuando el siglo era nuevito por el tan querible Bartolomé Hidalgo”³⁰⁹, literatura esta “de intención política de signo antiespañol, revolucionario”³¹⁰, acabou por tornar-se “gauchifilia nostálgica y derechista”³¹¹. Fundamentando sua perspectiva, Arregui menciona Rama e cita a existência de uma “Sociedad Criolla” que, nos alvares da “gauchifilia” celebrava almoços crioulos em uma quinta de Montevideu e, entre o mate amargo e a carne assada, ostentavam-se bandeiras e juramentos solenes, enquanto das árvores dependuravam-se cartazes em que se podia ler: “Está prohibido hablar de política y de religión”³¹². Essa era a gauchesca que Arregui abominava, pois “la primitiva gauchesca había sido política; ésta [...] se pretende apolítica, inadvertiendo (o tal vez sabiéndolo bien) que el apolitismo es una clara actitud política de conformismo ante la estructura social vigente”³¹³.

A rechaçada “gauchônia” direitista, no entanto, é considerada morta na visão de Arregui, para quem a literatura gauchesca se esgotou quando desapareceram os últimos resquícios do gaúcho original. Nesse aspecto, ele talvez tenha influenciado Rocca, e, de fato, “Literatura e bota de potro” é a primeira obra incluída entre as referências de “A narrativa pós-gauchesca: limites e abrangência de um discurso”, importante ensaio em que o crítico uruguaio delimita:

³⁰⁷ ARREGUI, Mario. Prólogo. In: _____. *La escoba de la bruja*. Montevideu: Acali Editorial, 1979. p. 06.

³⁰⁸ APARAÍN, Mario Delgado. El rechazo de los límites. *Jaque*, Montevideu, 26 abr. 1985, Capítulo 1 Cultural, p. 03.

³⁰⁹ ARREGUI, Mario. Literatura y bota de potro. In: _____. *Ramos generales*. Montevideu: Arca, 1985. p. 13.

³¹⁰ Id. Ib., p. 13.

³¹¹ Id. Ib., p. 13.

³¹² Id. Ib., p. 14.

³¹³ Id. Ib., p. 14.

A literatura gauchesca tem como centro a personagem do gaúcho, seus costumes, seus ambientes, suas hipotéticas linguagens, seus sentimentos e uma suposta visão de modo comum. Isso ocorre, com evidentes variações, [...] desde a revolução artiguista (*circa* 1815) até o limiar dos séculos XIX e XX. A pós-gauchesca, por sua vez, sucede a anterior, admite ou reconhece esse caráter sucessório e reajusta ou moderniza os meios expressivos da gauchesca em consonância com as transformações econômicas, políticas, sociais e talvez, em último lugar, estéticas³¹⁴.

Sem apegar-se a datas, porém, Arregui parecia rechaçar a gauchesca muito mais por uma questão de construção narrativa. Ele alertava que, para se qualificar uma obra como regionalista, não bastam personagens campestres e a ostentação da zona rural como pano de fundo, pois seu componente básico seria “una voluntad de criolledad y su cosmovisión, donde lo criollo sea un héroe positivo, digamos, o un cardinal valor de sostén”³¹⁵. E, a seguir, sentenciou: “Nada parecido anda por mi literatura, creo”³¹⁶. A negação do gaúcho como herói e a intenção de desconstruir mitos é um dos principais tópicos a aproximar o trabalho de Mario Arregui ao de Sergio Faraco, pois, tal qual o brasileiro, também o uruguaio se punha a clamar contra os símbolos e as tradições inventadas:

Como todo tipo humano, el gaucho fue muchas cosas y otras muchísimas no fue. Entre las que no fue quiero resaltar dos: a) un patriota; b) un trabajador. Aquella socorrida estatua tiene grabada en el mármol de su basamento una leyenda: “AL GAUCHO / Primer elemento de emancipación nacional y de trabajo La patria agradecida”. Pocas veces se ha grabado de modo tan indeleble una leyenda tan chambona, pocas veces la patria ha agradecido con una tan mala puntería³¹⁷.

Nessa perspectiva, as narrativas de Arregui, bem como as de Faraco, entre outras raríssimas exceções, seriam, ainda para Rocca, uma espécie de reinvenção do regionalismo³¹⁸. Masina, por sua vez, engloba os escritores em tela entre os que se ocupam de apreender a zona fronteira pelo *ethos* do gaúcho, indo além do “imaginário mito-poético da campanha”³¹⁹ e da “denúncia de uma desordem social coletiva”³²⁰ para transformar o regionalismo, rompendo com a estratificação epigônica do gênero, desorganizando-o e propondo a “tensão do confronto criado

³¹⁴ ROCCA, Pablo. A narrativa pós-gauchesca: limites e abrangência de um discurso. Tradução de Graciela Quijano e Cleci Bevilacqua. In: CHIAPPINI, L; MARTINS, M. H; PESAVENTO, S. J. (Orgs.) *Pampa e cultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Instituto Estadual do Livro, 2004. p. 90 – 91.

³¹⁵ Apud VITALE, Ida. Notas sobre los relatos de Mario Arregui. *Jaque*. Montevideo, 26 abr. 1985, Capítulo 1 Cultural, p. 02.

³¹⁶ Id. Ib., p. 02.

³¹⁷ ARREGUI, 1985, p. 11.

³¹⁸ Id. Ib., p. 77.

³¹⁹ MASINA, 1994, p. 74.

³²⁰ MASINA, 1994, p. 74.

por diferentes sub-sistemas e mesmo pela fricção de sistemas culturais diversos”³²¹. Assim, a escrita de Arregui e a de Faraco não compõem a gauchesca, mas ostentam com ufania o signo do gaúcho.

Ao título “gaúcho”, Arregui não recusa, deixando claro que o regionalismo que ele renega é o “criollismo usual”:

Pero repárese que digo “criollismo usual” o sea aquél que se limita a asediar lo típico o particular, que pretende explotar los pintoresquismos del color local, que al fin de cuentas es una forma del mal folclore... Yo he intentado, tal vez no del todo conscientemente, otra cosa: apresar en ámbitos de campo y pueblo, a través de personajes un tanto regionales, aspectos y reacciones que puedan tener significaciones universales³²².

Esse êxito, sem dúvida, foi alcançado, razão pela qual o crítico Mejía Duque situa Arregui como “el producto de la mejor mezcla de la cultura regional con el orden cultural del modernismo”³²³. Também Faraco, ao justificar seu interesse em traduzir Arregui, lhe diz em carta: “Tomas elementos locales para evidenciar una emoción que, ésta sí, podrá ser sentida em cualquier idioma o país”³²⁴. E talvez fosse justamente a capacidade de transcender aspectos relativos a idioma e nacionalidades que encantou o tradutor brasileiro, visto que Faraco, igualmente, afirmava:

Sobre tus dudas con relación al “criollismo”, también yo las tengo. Pero, como te señalé en carta anterior, aquí la mezcla cultural es bien violenta. [...] Tengo mis dudas si el “criollismo” – con todos sus radicalismos y bajo cualquier nombre que se le de – aún pudiera ser un camino para nuestra salvación³²⁵.

Ademais, a conformação da memória como um dos seus temas preferidos é outro importante aspecto a aproximar Sergio Faraco de Mario Arregui. No conto *Las cuevas de Nápoles*, o uruguaio define que “la conducta de la memoria parece respaldada por una sabiduría

³²¹ MASINA, 1994, p. 74.

³²² ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 79.

³²³ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 50.

³²⁴ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 43.

³²⁵ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 10.

secreta y es una de las caras más cotidianas del misterio”³²⁶. O psicanalista Gil propôs uma análise desse conto no artigo “José María o el desangramiento del Yo”³²⁷, encantado com a força do personagem José María, que, após longo tempo num calabouço, declara: “Y poco a poco fui como perdiendo pie en lo que era o había sido; ocurría como si me estuviera separando de mí, como si hubiera... ¿cómo decirte? agrietado, y me estuviera desangrando de yo mismo por las grietas”³²⁸. Nesse e em outros tantos relatos, as lembranças surgem como um ancoramento, como um *flash* para orientar o sujeito sobre quem ele é e de onde ele vem. As narrativas, sob essa égide, são como um melancólico lembrete de uma tradição que se vai. Conforme Brando, “los cuentos de Arregui son, como elegía, homenajes a ese universo que pierde intensidad y sobrevive transfigurado en creencias, sueños, leyendas, sagas y fábulas”³²⁹.

O resgate das lendas, de episódios maravilhosos, do sobrenatural e dos desígnios do destino a que Arregui dá procedimento, também é uma constante em sua obra. Além da admiração por García Márquez, a inclusão dessa temática está, segundo o próprio escritor e conforme se elaborou anteriormente, relacionada a um plano de valorização das crenças que pululavam as antigas histórias contadas por gaúchos junto à fogueira. Nos contos de Arregui, não faltam curandeiros, bruxas, gatos que se transformam em monstros, mortos que voltam ao mundo dos vivos, fora o Diabo que vem atazanar o caminho do gaúcho. O contista alega que essas crenças estão relacionadas, de alguma forma, ao colonizador espanhol:

Se ha dicho y repetido que España nos colonizó con hombres medievales. El mundo del hombre medieval estaba como acribillado y aun desfondado por la posibilidad de lo sobrenatural, y era mucho más rico – mucho más hondo y nocturno, sobre todo – que este mundo de hoy sin sirenas ni endriagos, con un Diabolo desmonetizado hasta la abolición, donde los muertos no vuelven ni hablan, donde hombres como usted y yo pisan la Luna, que ya no es una princesa, un dios, un ojo, un remordimiento, una mirilla de otro ojo... sino una especie de triste ladrillo sideral. Hechos mágicos y episodios maravillosos, aparecidos, lobizones, monstruos procreados por íncubos, sueños digitados por Mandinga, furtivas intervenciones de alguna Fata Morgana de trenzas

³²⁶ ARREGUI, Mario. *La escoba de la bruja*. Montevidéo: Arca, 1979. Apud: BRANDO, Oscar. *Um surtido de Ramos generales: apuntes para uma poética de Mario Arregui*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/surtido.htm>> Acesso em 10 mar. 2006.

³²⁷ GIL, Daniel. José María o el desangramiento del Yo. In: _____. *El terror y la tortura*. Montevidéo: EPPAL. 1990.

³²⁸ ARREGUI, Mario. *La escoba de la bruja*. Montevidéo: Arca, 1979. Apud: BRANDO, Oscar. *Um surtido de Ramos generales: apuntes para uma poética de Mario Arregui*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/surtido.htm>> Acesso em 10 mar. 2006.

³²⁹ BRANDO, Oscar. *Um surtido de Ramos generales: apuntes para uma poética de Mario Arregui*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/surtido.htm>> Acesso em 10 mar. 2006.

crinadas, etc., deben haber sido, entonces, los temas más memorables de lo primero que en esta tierra se contó. Y también – no cabe dudarlo – aparecía siempre la muerte: una Muerte menos mecánica o *causada* que ahora, más aparentada con la fatalidad, más hija de extrañas culpas, más delegada o mandadera de dictámenes sin rostro, de clandestinos designios³³⁰.

A noite e todas as suas sugestões compõem o cenário corriqueiro dos contos de Arregui. A lanterna, a fogueira ou mesmo a parca chama do cigarro são companheiras do gaúcho na travessia rumo ao insondável. Seguidamente, o leitor depara-se com o termo “sagrado” ao referir a luz, a satisfação sexual ou a tarefa de narrar. Fato curioso ao se considerar que essa é a literatura de um marxista. Não obstante, é possível afirmar, com Rama, que:

En él la literatura tiene algo de cauto ministerio por lo cual podríamos definirlo como un moralista. Hay en cualquier escrito suyo una subyacente nota grave que corresponde a quien acomete una tarea de dimensión ética mayor pero a la vez tal instrumento jerarquizado se aplica a una temática profunda de la misma índole, o sea una investigación de valores humanos superiores. Si la fórmula fuera aceptable, diríamos estar en presencia de una antropología religiosa³³¹.

Assim, é na escolha de temática que Arregui pretende seduzir e prender seu leitor; não na estrutura tramada para sobressaltos, pois, quanto a esses, já bastam as surpresas da vida:

Las sorpresas y las trampas son recursos para discutir y, creo yo, para finalmente rechazar. En el prólogo de EL INFORME DE BRODIE dice Borges que ha renunciado a las sorpresas de los finales imprevistos, que ha preferido la preparación de una expectativa a la de un asombro. Sin duda está en la justa ... ¿Y las trampas? Bueno, seamos honestos, seamos leales con nuestro cómplice el lector: dejemos las trampas para los cazadores de ratones³³².

O questionamento dos aspectos tradicionais do regionalismo, os finais sem “trampas” e o resgate da memória, além da biografia aparentada são apenas alguns dos aspectos a aproximar Mario Arregui e Sergio Faraco, como se percebe nas correspondências que trocaram durante quase quatro anos e que denunciam uma forte amizade iniciada pelas vias da tradução.

³³⁰ ARREGUI, 1985, p. 10.

³³¹ RAMA, Angel. *Mario Arregui: la interrogación ética del hombre*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/rama.htm>> Acesso em: 01 fev. 2006.

³³² ARREGUI, Mario. *A propósito del cuento*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/cuento.htm>> Acesso em: 15 fev. 2006.

4.2 Sergio Faraco e Mario Arregui: uma tradução, uma amizade

Talvez seja demasiado pretensioso discorrer sobre a amizade entre dois escritores tão peculiares como Sergio Faraco e Mario Arregui. As aproximações entre ambos, além do evidente vínculo literário, foram observadas por Alvaro Barros-Lémez, na Introdução de *Correspondencia*:

Estos hombres, latinoamericanos, escritores [...] ambos residentes de ciudades no principales de sus países, de lenguas emparentadas pero no idénticas [...] se “amigan” a través de papeles escritos y enviados, que encuentran puntos en común y también en desacuerdo, que discuten de “lo divino y de lo humano”³³³.

Mais além do “divino e do humano” que debatiam em suas cartas, resta difícil mensurar o quanto um era importante para o outro ou o que, de fato, sentiam esses dois homens que se correspondiam “con una insistencia y una puntualidad *Garcíamarquianas*”, no dizer de Martín Arregui³³⁴. O que se sabe é que Sergio e Mario se viram uma única vez, por uns poucos dias, durante o lançamento de *Cavalos do amanhecer* na Feira do Livro de 1982, em Porto Alegre. Sabe-se, através da leitura das cartas, que a diferença de idade era suplantada pela descoberta das semelhanças entre opiniões sobre literatura, política, estética e por modelos de vida. Sabe-se também que, quando Martín Arregui telefonou para Sergio Faraco a comunicar-lhe a morte de Mario, ouviu o pranto do brasileiro, que dizia: “Martín, ¡no es posible! ¡Mario es como mi padre!”³³⁵. Mas o que o levou a considerar Arregui como um pai, o que levou Faraco a afirmar, numa entrevista, que uma das maiores emoções de sua vida foi descobrir que Mario tinha uma foto sua na mesa de cabeceira³³⁶, ou mesmo o que passava pela cabeça de Arregui ao deixar na sua cabeceira a fotografia de um homem a quem vira uma só vez são questões que não nos compete desvendar. Não obstante, expõem-se esses tópicos com o objetivo de advertir que a amizade e a identificação entre ambos escritores eram suficientemente fortes a ponto de despertar a curiosidade comparatista.

³³³ BARROS-LÉMEZ, Álvaro. Introdução. In: ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit.

³³⁴ ARREGUI, José Martín. *Prólogo*. In: ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit.

³³⁵ ARREGUI, José Martín. *Prólogo*. In: ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit.

³³⁶ Cf. FARACO, Sergio. *Uma entrevista*. Disponível em:

<<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/entrevista.htm>> Acesso em 02 dez. 2005.

Com efeito, a identificação entre eles foi expressa, desde o início, por Faraco, quando afirmou ao uruguaio: “Conozco tu trabajo desde hace más de cinco años. Periódicamente voy a la frontera – donde poseo algunas tierras – y a veces visito Rivera y Bella Unión, como paseo o para hacer algunas compras. En un pequeño almacén de Bella Unión, hace varios años, compré dos libros: *El narrador y Tres libros de cuentos*”³³⁷. A seguir, mencionou: “me gustaron mucho tus relatos, la mayoría relacionados al campo y, algunos de ellos, creando un cierto perfil del gaucho”³³⁸. Também: “veo que tienes la “mala costumbre” de rehacer textos antiguos, buscando la mejor forma de decir. Ese hábito es otro elemento que me identifica con tu trabajo”³³⁹. Finalizando: “respecto a la política, [...] tu biografía es bastante parecida a la mía”³⁴⁰. Arregui assinalou, ainda, outras semelhanças: “Como vos, poseo tierras, lo que no me ha impedido militar siempre en la izquierda. [...] Vos sos abogado; yo fui estudiante de abogacía, pero, con más suerte que vos, largué a tiempo esas porquerías codificadas”³⁴¹.

Outras semelhanças, não apontadas pelos escritores entre as cartas que trocaram, podem, ainda, ser observadas. Uma delas é o sentir-se deslocado nesse mundo tão carente de certezas. Ambos situavam-se no “entre-lugar” da cultura: Faraco é um fronteiroço vivendo em Porto Alegre, que se divertia em soltar baforadas com cigarro de palha em plena Junta de Conciliação e Julgamento; Arregui era um descendente de lombardos e vascos vivendo num pequeno povoado uruguaio, entre a peonada e a intelectualidade. Martín Arregui já observava a respeito de seu pai:

Vivió sempre entre dos mundos, dos sistemas diferentes. El permanente lector de Proust, de Gide, el buceador de Huysmans, el tipo capaz de recitar de memoria grandes trozos de Neruda o Machado, el desmenuzador de Borges, Cortazar, el que se abismaba ante Malcom Lowry, el impenitente recorredor de Gómez de la Serna y Carpentier, el apasionado de Faulkner, sabía mucho de alambrados, de motores y de vacas³⁴².

E parece que Faraco o acompanhava nesse deslocamento entre sistemas: os escritores que debatiam sobre os rumos do comunismo, que faziam previsões para a democracia, que trocavam

³³⁷ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 02.

³³⁸ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 02.

³³⁹ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 07.

³⁴⁰ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 08.

³⁴¹ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 06.

³⁴² ARREGUI, José Martín. Arregui por Arregui. *Jaque*. Montevideú. 26 abr. 1985. p. 08.

pareceres sobre a mais exponencial literatura eram os mesmo homens que conversavam sobre vendas de vacas, sobre como capar cordeiros com os dentes e sobre cigarros de palha.

Outro fator a aproximá-los e que, talvez, tenha contribuído para que se travasse essa amizade tão forte foi a solidão. Martín Arregui, várias vezes, observara o isolamento de seu pai:

Durante muchos años no se acercó casi nadie. Ser EL comunista del pueblo no lo convertía en oportuno anfitrión. Un amigo perfectamente conocido en el pueblo e insospechado de ser, siquiera, izquierdista, acabó preso unas horas por tomar café en su mesa. Otra vez, en ese mismo café al que iba casi todos los días al caer el sol, le pusieron un revólver en la cabeza. Un cacique fachistoide y borracho mandó a uno de sus guarda espaldas a echar al “mugriento comunista ese”. [...] No pasó nada. Siguió tomando su café, pero por supuesto solo. [...] Durante años el mero saludarlo implicaba ya un compromiso³⁴³.

Apesar disso, Mario Arregui mantinha-se sozinho a seu modo, sem queixar-se. Confiava no fim da ditadura e quando seu filho tentava persuadi-lo a mudar-se da estância, a viver em outro lugar onde não estivesse tão sozinho, respondia: “tenho espelhos”. Era o espírito de “caça às bruxas” comunistas que relegava ao uruguaio o isolamento. Faraco, por sua vez, comentava sem dissimular que tinha dificuldades em lidar com a solidão e admitiu que a foi justamente a dura experiência em solo comunista o que lhe deixou marcas tão profundas. Na carta escrita em 19 de janeiro de 1984, ele contava a Arregui que, quando a esposa Cybele viajou com os filhos para Alegrete e o escritor viu-se sozinho em casa, sentiu-se “pobre y miserable”³⁴⁴. Em 06 de fevereiro de 1984, voltava a comentá-lo:

Los primeros días que me quedé solo, anduve flaqueando, digamos, unos 300 gramos de lágrimas. Pero no de día y de noche, como dice Dorita. ¡Sólo de noche! Cobarde como soy para la soledad (que, paradójicamente, a veces reivindico) telefoneé a Cybele y le pedí que volviera. Llegó el 02 de febrero, con los niños, muy enojados por el súbito regreso³⁴⁵.

Essas e outras semelhanças que compuseram a amizade entre ambos os escritores interessam na medida em que um exerceu influência sobre a obra do outro. Além dos assuntos pessoais e das preocupações do momento, Faraco e Arregui intercambiavam textos, pediam e

³⁴³ Id. Ib., p. 09.

³⁴⁴ ARREGUI, M.; FARACO, S. op. cit., p. 135.

³⁴⁵ ARREGUI, M.; FARACO, S. op. cit., p. 138.

aceitavam sugestões, trocavam opiniões sobre literatura – a própria e a alheia – e influenciavam um nas escolhas e nas escritas do outro.

Enfim, o desejo de traduzir pode ser avaliado pela força da identificação. Considerando-se que foi o intuito de traduzir que levou Faraco a comunicar-se com Arregui e que, portanto, é anterior à amizade que se iniciou justamente por essa via, talvez pairasse um certo desejo em imiscuir no sistema literário sul-rio-grandense a escrita de um homem tão simples e tão parecido ao tradutor. Em certa medida, esse desejo poderia ser interpretado como uma ânsia de “assimilar” o texto do Outro. Faraco nunca negou sua admiração pela escrita de Arregui e inclusive chegou a comentar que via, em determinados contos do uruguaio, os textos que gostaria de ter escrito. Estabelecendo “pontes” entre suas biografias, entre estilos de escrita, temas, paisagens, tipos humanos e entre a forma com a qual se reitera e se reinventa a “nacionalidade” gaúcha teve lugar uma tradução à que poderíamos declarar disposta a “devorar”³⁴⁶ esse estranho, esse *inimigo* do lado de lá da fronteira, e provar que se parecem:

Desde la primera lectura de tus cuentos, una noche en Bella Unión, pensé en traducirte, encantado con la fuerza de tu literatura, en buena parte ligada a nuestra tierra y nuestra gente. Uruguay y Rio Grande se parecen. Pero Rio Grande es brasileño y sufre todas las influencias del imperialismo cultural del centro del país. En ese contexto, tus relatos recuperan el gaucho como tipo humano, con sus peculiaridades y, exagerando, con su “nacionalidad”³⁴⁷.

O objetivo de recuperar o gaúcho como tipo humano, livrando-o das influências do imperialismo cultural do centro do país, seria como “des-domesticar”³⁴⁸ o gaúcho brasileiro, empregando um sentido contrário à herança alencariana. E Faraco investiu nesse labor tradutório com “la intención de destacar la errónea masificación de nuestro rostro cultural (Uruguay y Rio Grande con sus semejanzas)”³⁴⁹. Ressalte-se a transgressão do intento: a luta contra a

³⁴⁶ Esse termo, aqui, poderia assumir a conotação psicanalítica que lhe dá Léger, sob a perspectiva lacaniana, ao referir-se aos jogos amorosos em que o desejo de apropriação do Outro vem associado a expressões relativas a comidas (meu chuchu, meu docinho, etc.) ou ao próprio ato de comer. Nesses termos, o Outro viria a ser não um inimigo, como expresso na sentença, mas um objeto de desejo. Cf. LÉGER, Claude. Que outro é esse então, ao qual sou mais apegado que a mim mesmo? In: MILLER, Gerard (Org.). *Lacan*. Tradução de Luiz Forbes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 25.

³⁴⁷ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 06-07.

³⁴⁸ Emprega-se este termo para indicar o processo inverso ao de “domesticação” do gaúcho, como o que tem tido lugar em algumas traduções literárias (como parecer ocorrer em textos Borges vertidos ao português) e em traduções intersemióticas (como se notou na adaptação de “A Casa das Sete Mulheres” para a televisão).

³⁴⁹ ARREGUI; FARACO. op. cit., pp. 44-43.

“massificação” do rosto cultural gaúcho, a oposição à “domesticação” e a ousadia em falar-se sobre “nacionalidade” gaúcha em 1981, quando tanto Brasil quanto Uruguai estavam sob a mão-de-ferro de militares bastante ocupados em promover os símbolos da nação unitária.

A propósito, a seleção do texto a ser traduzido, evidentemente, leva em conta esse ambiente de identificação com o Outro, tão favorável para o cruzamento das fronteiras na literatura pampiana. E o Faraco-tradutor, ao escolher a escrita de Arregui para inseri-la no sistema literário brasileiro, soube perceber não apenas seus gostos pessoais de leitura, mas também a existência de normas a possibilitar a recepção do texto traduzido nessas terras “do lado de cá”. O cruzamento das fronteiras políticas através da tradução, no caso estudado, tornou-se viável justamente em função da confirmação desses esquemas culturais decorrentes da relação de proximidade entre a cultura traduzida e a de destino³⁵⁰. A tradução transformou-se, pois, em parte integrante da cultura receptora, e não uma mera reprodução do Outro em língua vernácula, deixando em evidência as semelhanças pautadas. Afinal, o ingresso da questão da alteridade na ordem do dia deixou à mostra não apenas as fraturas, mas também as consonâncias.

É evidente que, quanto maior a proximidade cultural, maiores serão os pontos em que o tradutor poderá apoiar-se³⁵¹. Contudo, não se pode perder de vista a responsabilidade do tradutor que, ao selecionar os textos estrangeiros e pôr em prática suas estratégias de tradução, “exerce um poder enorme na construção de representações de culturas estrangeiras”³⁵². Venuti chama a atenção para o perigo de se estabelecerem cânones “peculiarmente domésticos para literaturas estrangeiras”, cânones que podem forjar uma falsa perspectiva do Outro traduzido, não raras vezes a partir de uma atitude etnocêntrica. O enfoque pode ser transgressor ou conservador, mas o caso é que isso impacta não só na imagem que a comunidade doméstica constrói sobre Outro, como também no olhar que deita sobre si mesma, em virtude do processo de espelhamento implícito em toda tradução. Nessa esteira, deve-se considerar que as críticas surtidas por ocasião de uma tradução possibilitam conhecer melhor não só o autor e a literatura a que ele pertence, mas a também a literatura que o acolhe. Atualmente, tal é a importância dos estudos de tradução

³⁵⁰ Cf. CARBONELL I CORTÉS, Ovidi. *Traducir al otro: traducción, exotismo, poscolonialismo*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1997. p. 56.

³⁵¹ Cf. LARANJEIRA, Mário. *Poética da tradução*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 19.

³⁵² VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução*. Tradução de Laureano Pelegrin et al. Bauru: EDUSC, 2002. p. 130.

em face da literatura comparada que Bassnet³⁵³ insiste em fazer convergir as duas orientações de modo que, para ela, o comparatismo seria um quase-sinônimo de uma teoria da tradução.

Com efeito, Faraco não foi o único a “alimentar-se” dessa relação literária travada com Arregui. Os influxos que nortearam o trabalho de ambos conformaram um duplo sentido: não só Arregui inspirou e incrementou a obra de Faraco, mas também o brasileiro exerceu importante papel sobre o trabalho do uruguaio. Inclusive, os livros de Arregui publicados no Brasil ostentam títulos propostos por Faraco: “Cavalos do amanhecer”, conto que dá nome ao primeiro livro, originalmente chamava-se “Un cuento con pozo”. Também “Lua de outubro”, que obteve bastante destaque no cenário sul-rio-grandense ao receber versão cinematográfica, chamava-se “Un cuento con insectos” e, aceitando sua dificuldade com títulos, o escritor uruguaio aceitou trocá-lo por sugestão de Faraco. Numa carta de 24 de março de 1983, inclusive, Arregui enviou um conto, sem título, justificando-o da seguinte forma:

Sobre el cuento adjunto: Allá por los primeros días de diciembre, a poco de volver del Brasil, le dije a Dorita: “Tengo ganas de escribir un cuento para Faraco y los brasileños”. Después de una semana o más de búsquedas, encontré el tema. [...] Te lo mando sin título y dejo el bautismo a tu elección. Tanto Dorita como Alejandro – que aprobaron con entusiasmo los dos títulos que cambiaste en la traducción - me dijeron lo mismo: “Dejá que sea Faraco el que ponga el título”³⁵⁴.

Já a segunda publicação de Arregui no Brasil teve o título decidido por meio da carta enviada por Faraco, em 02 de maio de 1984:

El tema del título general, con tu acuerdo, podría estar resuelto: **A cidade silenciosa** (cambiando el título de *Mis amigos muertos*). Llegué a pensar también en **Cabeças cortadas** (cambiando el título de *El canto de las sirenas*), que también suena bien en portugués, pero **A cidade silenciosa** me parece más ajustado, más de acuerdo con el contenido³⁵⁵. [grifos do autor]

Nesses termos, é inegável que o trabalho de tradução reforçou em Sergio Faraco o seu vínculo com a escrita platina, influenciando em sua senda como contista, de forma que, em certo momento, chegou a confessar a Arregui:

³⁵³ BASSNETT, Susan. *Comparative literature: a critical introduction*. Oxford / Cambridge: Blackwell, 1993.

³⁵⁴ ARREGUI; FARACO. op. cit., pp. 101-102.

³⁵⁵ ARREGUI; FARACO. op. cit., p. 142.

[...] mi trabajo como traductor es pagado por la editorial, calculado sobre el número de páginas. Para serte franco, no sé cuánto es y por ahora no se me ocurrió ni preguntar. La idea de traducir tu libro fue una **corazonada**. Me gustó tanto el trabajo y aprendí tanto, que a esta altura hasta me considero deudor³⁵⁶.

Depreende-se, pois³⁵⁷, que Faraco - tradutor de Arregui, e Faraco - traduzido por Sandra, a nora de Arregui (além de todas as outras traduções que permitiu para o castelhano e de todos os outros castelhanos que traduziu), soube concentrar a medida exata do espaço transfronteiriço, com seu hibridismo, sua permeabilidade, seu incessante acolhimento de influxos culturais diversos em que se tornam visíveis as questões atinentes à representação da identidade – alteridade e os sintomas de resistência aos processos de homogeneização cultural.

Assim, a tradução, que foi encarada como “provação” para tantos escritores consagrados pelo cânone ocidental³⁵⁸ não o parece ter sido para Arregui. Ao contrário, ele suspira em carta a Faraco: “Todo suena lindo”³⁵⁹. Não é para menos: a versão que Faraco conferiu aos textos do uruguaio pareceu assumir, na língua portuguesa, uma nova personalidade, um caráter ainda mais forte e fronteiriço. A começar pela linguagem, o tradutor transpôs sua veia alegretense que enriqueceu sobremaneira o texto original. Arregui, que alegava desconhecer a língua portuguesa e a fala fronteiriça, não deixou de trazer à sua escrita as interferências entre os dois idiomas. Contudo, fazia-o como nesse diálogo entre os irmãos Pedro e Juan Correa, do conto “O contrabandista”, referindo-se à mula que os acompanhava:

- Ganas de degollarla – había dicho con acento fuertemente abrasilero.
- Si vos degollás la mula – acababa de decir Juan, con un acento idéntico -, seguro que Rulfo te degüella a vos³⁶⁰.

No original em castelhano, a menção que se faz à interferência entre os idiomas é marcada, tão somente, pela menção ao “acento fortemente abrasilero”³⁶¹ dos irmãos Correa.

³⁵⁶ ARREGUI; FARACO. op. cit., p. 65.

³⁵⁷ Em certa entrevista, Paulo Betancourt fez a Faraco a seguinte pergunta: “Você tem traduzido bastante. Tem algum autor que você até pagaria para traduzir? Quem e por quê”. Faraco respondeu: “Em regra, nenhum autor, mas, por exceção, eu pagaria para publicar uma tradução de Mario Arregui. Sobre ser ótimo contista, era um homem de um despreendimento e de uma modéstia quase inconcebíveis neste amargo tempo de egoísmo, de descarado arrivismo, e um amigo de uma lealdade extraordinária”. In: <<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/entrevista.htm>> Acesso em: 02 dez. 2005.

³⁵⁸ CASANOVA, Pascale. A tradução como literalização. In: _____. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 176.

³⁵⁹ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 09.

³⁶⁰ ARREGUI, Mario. *Los mejores cuentos*. Montevideo: Ediciones de la banda oriental, 1996. p. 32.

Nada comparável à tradução ao português, que de tão fronteiriça, manteve, com parcimônia, algumas palavras sem traduzir. Os idiomas imiscuídos, nas novas falas, geraram frases muito mais carregadas de fronteiras, como as que cruzavam os contrabandistas do conto. Ainda comentando sobre a mula, em português ela foi descrita como: “parda, arratonada, jamais pelechava por completo [...]. Prendiam-na sempre com uma corrente, pois uma de suas manhas era mastigar as guascas até cortá-las”³⁶². Numa oralidade mais afeita à paisagem do Jaguarão, ao fugir dos “policianos”³⁶³, os Correa dão um “planchaço”³⁶⁴ na anca da mula e gritam: “Toca, vieja”³⁶⁵. Outras expressões, ainda, como *cola* (referindo-se ao rabo dos cavalos), *bueno* e *maneados* são importantes marcas deixadas por Faraco na versão sul-rio-grandense desse conto de Arregui.

O alcance e a gravidade das modificações citadas, porém, devem ser analisados tendo em conta a sua senda como tradutor. O próprio Faraco, certa vez, declarou em uma entrevista:

Em minhas primeiras traduções freqüentemente eu alterava o texto. Entendia que o tradutor tinha de se preocupar mais com a qualidade literária do que com a fidelidade. Penso que isso ocorreu porque, na época, andei traduzindo livros de bons conteúdos que, infelizmente, eram mal-escritos, e não conseguia soffrear o desejo de salvá-los. Era como se fosse o co-autor. Aos poucos fui aprendendo que devia restringir meu trabalho a uma transposição tão fiel quanto possível, sem desbotar as marcas pessoais do autor ou mascarar suas deficiências narrativas. Às vezes, contudo, o tradutor precisa intervir. Quando traduzi Roberto Arlt para a L&PM, um dos contos estava truncado, justamente o que dava título ao livro, “Armadilha mortal”. Não havia como descobrir o que faltava. Era um texto inédito em livro, copiado de uma revista que perdera seis ou sete linhas cruciais para a compreensão da história. Aquela parte é minha. Com **Arregui** deu-se o contrário: linhas demais. Ele ainda vivia e concordou em suprimir meia página de uma inútil digressão. O conto se chama “O regresso de Ranulfo González”, faz parte do livro “A cidade silenciosa”, publicado pela Editora Movimento, e é uma peça magnífica³⁶⁶.

Seguindo essa tendência, note-se que Faraco rompeu com as perspectivas conservadoras dos Estudos de Tradução e propôs à sua lista o questionamento de mais um importante mito da literatura: o da fidelidade ao texto original. Admitindo o anseio de co-autoria, Faraco flertou com

³⁶¹ Tradução de Faraco, mantendo a palavra “acento”, em vez de sotaque. In: ARREGUI, Mario. *Cavalos do amanhecer*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2003. p. 38.

³⁶² Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 33 – 34.

³⁶³ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 37.

³⁶⁴ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 39.

³⁶⁵ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 39.

³⁶⁶ FARACO, Sergio. Entrevista a Paulo Betancourt. Disponível em:

<<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/entrevista.htm>> Acesso em 02 dez. 2005.

a possibilidade da reescritura, em vez de aderir aos alertas de renomados tradutores, como Rónai, que aconselhara a nunca ceder à “tentação diabólica de fazermos a tradução superior ao original”³⁶⁷ nem jamais “emendar um cochilo do original!”³⁶⁸. Não há que se olvidar a perspectiva que Benjamin alardeou com *A tarefa do tradutor*³⁶⁹ (1923), mencionando que a boa tradução seria tão-somente um meio de apresentar o eco do original da forma mais transparente possível, sem “encobri-lo”, sem bloquear sua luz. Contudo, a “belle infidèle” de Faraco não segue à risca os votos de castidade e surge provida de tamanha beleza, justamente pelo diálogo que estabelece. Uma intertextualidade, enfim, que merece ser festejada:

(...) la intertextualidad en traducción se entiende como el diálogo que establece el público lector el texto, como la descripción, elección y (re)organización de los múltiples significados que hace el traductor(a) del texto originario. En consecuencia, todo acto de lectura e interpretación en traducción es un momento muy especial de intertextualidad³⁷⁰.

Mais do que os impulsos de intervir na escrita com que lida, há que se considerar o desejo de conformar uma literatura afeita à “nacionalidade gaúcha”, um escopo para Faraco. Afinal, ao tomar uma escrita rica em coloquialismos e em expressões campeiras, e transportá-la, não para a norma do português padrão culto, mas para uma oralidade acentuadamente fronteiriça, o tradutor deixou cristalina a sua opção por manter a fronteira como o lugar da enunciação. Desse modo, Faraco aproximou-se da noção de “frontería”, compondo um discurso *na* fronteira, em oposição à idéia de discorrer *sobre* a fronteira. Tal como seus contos, as traduções de Faraco, a exemplo das de Borges, permitem “ultrapassar o local para atingir o universal, eis que, justamente por sua condição de *entre-lugar* no qual se estabelecem contatos e trocas, a fronteira lê-se como *locus híbrido*”³⁷¹.

A reedição de *Cavalos do amanhecer*, pela Editora L&PM, atestou a aprovação do público com relação às escolhas procedidas pelo tradutor e abriu margem a algumas conclusões

³⁶⁷ RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1962. p. 48.

³⁶⁸ Id. *Ib.*, p. 48.

³⁶⁹ BENJAMIN, Walter. *The task of translator*. Tradução para o inglês de Harry Zohn. In: VENUTI, Lawrence. (Ed.) *The translation studies reader*. London / New York: Routledge, 2000.

³⁷⁰ GODAYOL, Pilar. Traducir desde la intertextualidad: lecturas y contaminaciones. In: CAMPS, A; GALLART, M. et al. *Traducción y di-ferencia*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006. p. 164.

³⁷¹ OLIVEIRA, Denise Vallerius de. Repensando as fronteiras: a tradução de identidades na obra de Jorge Luis Borges. *Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 51-63. 2004. p. 54.

mais. Primeiramente, é notada a existência de notas de rodapé explicativas. Embora em número bastante reduzido³⁷², essas notas permitem supor que o público-alvo da tradução era mesmo o leitor urbano. Por outro lado, a comercialização da tradução no formato “pocket” pela Editora L&PM, a preços bastante acessíveis³⁷³ e encontrada muito facilmente, até em tabacarias e rodoviárias, leva a crer que o leitor em potencial não é o erudito. O trabalho de Faraco não pressupõe que o leitor tenha domínio da língua espanhola e de suas peculiaridades. Tampouco se travou, aqui, a opção pelo exotismo com a finalidade de reforçar o estranhamento em frente ao texto traduzido, como Said denunciava acontecer com as traduções do árabe para a cultura ocidental. Se a linguagem de *Cavalos do amanhecer* é bastante diferente do português falado em Porto Alegre, isso não se deve a intentos de reforçar a distância e o estranhamento entre o leitor e o texto traduzido. Ao contrário: antes, é possível arriscar que o objetivo era, justamente, aproximá-los. Afinal, por que inserir notas explicativas no trabalho do Faraco-tradutor se a obra do Faraco-escritor é apreciada na capital gaúcha, como em outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, por meio do mesmo padrão de linguagem? E se a escrita repleta de castelhanismos soa agradável ao leitor do “lado de cá” da fronteira quando levada a cabo por um escritor brasileiro, por que não esperar que o mesmo escritor, quando diante da difícil tarefa de traduzir, opte por um estilo semelhante?

Evocando, com Carvalhal, a etimologia (*traducere*, do latim, que significa “levar além”) para elaborar a imagem do tradutor como o “barqueiro”³⁷⁴, percebe-se que Faraco, ao deslocar a gauchidade de um determinado contexto histórico-cultural, fez emergir novas significações³⁷⁵. Afinal, o horizonte de experiência histórica que o tradutor, enquanto leitor, trouxe para a sua interpretação do original fez com que ele produzisse novos significados. Eis que Faraco reconheceu na literatura de Arregui muitos elementos que integram sua experiência e preencheu o texto do Outro com as projeções guiadas pela sua imaginação, inserindo-se num espaço

³⁷² São apenas 12 notas para os dez contos que compõem a edição *Cavalos do amanhecer* da L&PM.

³⁷³ *Cavalos do amanhecer*, em 2006, pode ser comprado a R\$ 10,00.

³⁷⁴ CARVALHAL, Tânia Franco. Tradução e recepção da prática comparatista. In: CARVALHAL, T. F. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. p. 219.

³⁷⁵ Cf. VIEIRA, Else Ribeiro Pires. História e leitor: a potencialidade da estética da recepção para a contextualização da tradução. In: VIEIRA, E. R. P. (Org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG e Curso de Pós-Graduação em Estudo Lingüísticos, 1996. p. 110.

polifônico de construção de sentidos. Na orientação que lhe confere Campos, dir-se-ia que o trabalho tradutório de Faraco delineou-se como uma verdadeira “recriação”³⁷⁶.

Se a tradução é “a grande instância de consagração específica do universo literário”³⁷⁷, como afirma Casanova, Faraco fez bom uso do direito que concedeu a si mesmo de ceder à “tentação diabólica” de melhorar o original. Importantes questões de estrutura foram revistas na obra de Arregui. Já foi referido que, por ocasião da tradução de “O regresso de Ranulfo Gonzáles”, houve a supressão de meia página de “uma inútil digressão”, no dizer do tradutor brasileiro. Mas não só nesse texto Faraco alterou estrutura do conto. Com efeito, essa prática era recorrente e bastante perceptível.

Sem ocultar a influência que recebia de García Márquez, ou mesmo de Neruda, Borges e Cortázar, além de outros escritores uruguaio (o que chegou a lhe render a acusação de plágio³⁷⁸), Arregui, que confessava ter dificuldades em livrar-se das expressões próprias dos escritores que admirava, encontrou no tradutor brasileiro um excelente “detector” de trechos desnecessários. O uruguaio, a princípio, estranhou as frases mais curtas e secas propostas por Faraco. Perguntava: “¿En portugués no existe el “;”, ese que tanto, entre nosotros, usan Borges, Onetti...?”³⁷⁹. A reescritura das frases sem o emprego do ponto e vírgula, tão apreciado por Arregui, e a atenuação das digressões parentéticas e dos reconhecidos “borgismos” podem ser facilmente percebidos no decorrer dos contos traduzidos. Exemplificando, nessa passagem de “Os contrabandistas”, ao descrever o ataque dos “policianos” brasileiros ao grupo de que faziam parte os irmãos Correa, a publicação uruguaia apresenta apenas uma frase, bastante longa:

³⁷⁶ CAMPOS, Haroldo de. Da tradução com criação e como crítica. In: CAMPOS, H. *Metalinguagem & outras metas*: ensaios de teoria e crítica literária. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 35.

³⁷⁷ CASANOVA, op. cit., p. 169.

³⁷⁸ Rocca aponta que, em resenha ao primeiro livro de Arregui, publicada em “Marcha”, 1957, Alberto Paganini afirmou que “Los amigos muertos” provinha do livro *Más allá* (1935), de Quiroga. Sem dissimulos, o acusado teria redatado nota que se perpetuou como introdução a “Los caballos”: “Alguien, con mano inepta o simplemente atolondrada, escribió el nombre de Quiroga a propósito de otro cuento mío (...); con respecto a “Los caballos”, sí, tal invocación es lícita y tal vez inevitable. Quien quiera hablar de plagio puede hacerlo; yo diría, más bien, que este cuento constituye (...) mi casi obligada cuota de homenaje al admirable narrador salteño”. ROCCA, Pablo. *Mario Arregui: la pasión de contar*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/nota.htm>> Acesso em: 20 set. 2005.

³⁷⁹ ARREGUI, M; FARACO, S. op. cit., p. 09.

El viejo y el muchachón cayeron heridos de muerte a la primera descarga; Alves precipitó el caballo en las aguas hondas y lo obligó a nadar oblicuamente a los disparos, con él asido a las crines y oculto detrás de las paletas; los hermanos se arrojaron de sus bayos iguales y corrieron – agachados, como maneados a veces por el agua, perdiendo pie otras veces en la arena y el barro – hacia los juncales de la orilla izquierda³⁸⁰.

O trecho, que ocupa sete linhas da edição de melhores contos de Arregui, ficou mais organizado e compreensível quando apresentado nas três frases mais bem-estruturadas propostas por Faraco:

O velho e o rapaz tombaram, feridos de morte, na primeira descarga. Alves precipitou seu cavalo para os lugares fundos e o obrigou a nadar de viés para os disparos, agarrando-se nas crinas e oculto atrás das paletas. Os irmãos saltaram de seus baios iguais e, agachados, maneados pela água e às vezes enterrando os pés na areia e no barro, correram para os juncais da margem esquerda³⁸¹.

Partindo da ótica que percebe a tradução como uma “manera especializada de leer”³⁸², Faraco reinterpretou passagens importantes dos contos submetidos ao seu crivo. Na rearticulação das frases, não apenas questões estruturais foram revistas, mas também a supressão de expressões consideradas supérfluas. No conto “Noite de São João”, o trecho “su pecho también se abría, se abría dulcemente y se dilataba”³⁸³, recebeu, na tradução, a seguinte redação: “seu peito também se abria e se dilatava”³⁸⁴. Perdeu-se o “docemente” da ação. Da mesma forma, em outro momento, o personagem Francisco Reyes, ao conversar com Ofélia, teria respondido não a ela, mas “à escuridão multiplicada” da noite³⁸⁵. Em português, ele conversou foi mesmo com a mulher. Ainda no mesmo conto: “poco antes de llegar a la esquina de insomne puerta luminosa”³⁸⁶ tornou-se, pura e simplesmente, “pouco antes de chegar”³⁸⁷. “Zaguán de honda tiniebla”³⁸⁸ passou a ser só “varanda escura”³⁸⁹, e “la colmada plenitud de la medianoche”³⁹⁰ virou “meia-noite”³⁹¹ e nada mais.

³⁸⁰ ARREGUI, 1996, p. 31.

³⁸¹ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 35.

³⁸² CROLLA, Adriana Cristina. Leer es traducir – traducir es trans-decir un paradigma de lectura. In: CAMPS, A; GALLART, M., op. cit.. 352p. p. 111.

³⁸³ ARREGUI, 1996, p. 17.

³⁸⁴ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 09.

³⁸⁵ Tradução literal do trecho “dijo a la oscuridad multiplicada”. In: ARREGUI, 1996, p. 20.

³⁸⁶ ARREGUI, 1996, p. 18.

³⁸⁷ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 10.

³⁸⁸ ARREGUI, 1996, p. 18.

³⁸⁹ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 11.

³⁹⁰ ARREGUI, 1996, p. 18.

Se as alterações propostas por Faraco deixaram o texto mais seco nas passagens citadas acima, houve um momento em que se deu o sentido inverso: “prostituta”, palavra empregada em vários momentos para referir-se à Ofélia, foi evitada na versão de Faraco. Ofélia passou a ser chamada de “mulher”, simplesmente. Continua sendo previsível que a personagem é uma prostituta: a menção ao perfume barato; o fato de estar sozinha, de madrugada, nas redondezas de onde “exerciam seu ofício as *mulheres da vida*”³⁹², e a resposta forçada de Reyes referindo o pagamento o deixam entrever. Mas o emprego de uma palavra forte como “prostituta” parecia estar demais. Ela tira do leitor o gosto de adivinhar, além de ser descabida para evocar uma mulher com voz de menina, com quem Francisco Reyes entra no quarto para “acompanhar um pouco, nada mais”³⁹³. A personagem que despertou em Francisco uma “calma muito semelhante, talvez, a um desejo de morrer”³⁹⁴, fazendo com que o tumulto de sua alma se tornasse “mais simples e coerente, como se ansiedades e as apetecências se liquefizessem num único, largo e perdido rio central”³⁹⁵ merece ser chamada, na narrativa, de um nome que evoque algo mais do que a profissional do sexo. “Mulher”, tão simples e tão cheio de significado, mostrou-se um substantivo muito mais adequado para a ocasião. Nesse trecho, claramente, Faraco “emendou um cochilo do original”, desacatando os conselhos já referidos de Rónai e apresentando ao leitor de língua portuguesa um Arregui melhorado, a contar com a genialidade do autor e com a perspicácia do tradutor. E a inserção desses contos no sistema literário sul-rio-grandense contribuiu sobremaneira para o resgate das tradições pampianas e a revalorização do narrador, como se elaborou durante este trabalho.

Com efeito, o Faraco-escritor inseriu no sistema sul-rio-grandense narrativas de peso, trazendo à pauta os problemas da infância, da solidão, do sofrimento: “Sergio Faraco [...] focaliza os menos favorecidos, os explorados, os empobrecidos; é a sua realidade precária, carente e despojada da antiga pujança que se mostra, em histórias perpassadas de nostalgia pelo desaparecimento de um mundo harmônico idealizado, onde havia mais liberdade e os valores

³⁹¹ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 11.

³⁹² Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 10 – 11.

³⁹³ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 15.

³⁹⁴ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 19.

³⁹⁵ Tradução de Faraco. In: ARREGUI, 2003, p. 17.

tradicionais eram cultivados”³⁹⁶. Entretanto, agregando-se à sua grande contribuição como contista, o papel do Faraco-tradutor tratou, ainda, de trazer ao conhecimento do leitor gaúcho a narrativa de Arregui que, de certa forma, com a sua abordagem sobre as guerras e a violência, parecia complementar (ou “suplementar”, conforme Derrida) a escrita do alegretense. Quase como se estivesse desempenhando, nessa travessia tradutória, o papel que a psicanálise explica sobre a dimensão narcísica que, nas relações amorosas, busca no Outro justamente o que lhe falta³⁹⁷.

E assim, Faraco (que embora muito tenha escrito sobre a violência, praticamente não abordou as guerras pela demarcação de territórios) alimentou o sistema literário sul-rio-grandense com reflexões como a da velha do conto “O regresso de Ranulfo Gonzáles” que, em certo momento, declarou: “Pra mim nunca se ganha uma guerra. Eu andei em duas e nas duas me emprenharam”³⁹⁸. Ou ainda sobre os peões, angariados para prender o bandoleiro Velasco, no conto “Três homens”: “quase todos estavam curtidos por coisas bem piores, como o recrutamento nas guerras civis que costumava alvoroçar a campanha”³⁹⁹. Mas o pior, talvez tenha sido adivinhar, junto com o personagem Martiniano Ríos, o estupro de Josefa e a castração do filho pequeno, no conto “Cavalos do amanhecer”. E a crueldade das guerras e o saber que “a vida quer continuar sendo vivida e a carne teme a degola mais do que qualquer outra espécie de morte”⁴⁰⁰ são questões que põem em xeque o passado “glorioso” desses pagos. A pergunta que fica, então, é: por que lembrar? Por que não permanecer com os valentes gaúchos-mitos de Simões Lopes Neto e de tantos outros escritores? Responde-se: talvez porque esse protótipo do gaúcho valentão já não seja capaz de evocar no homem contemporâneo a marca do reconhecimento.

Recorda-se: a dinâmica de uma sociedade *do descarté* a que foi submetido o homem pós-moderno teve como consequência o esmaecimento dos afetos, implicando rupturas com as tradições e o recalque do sentir. O homem estava emancipado dos constrangimentos do passado, mas deslocado perante o mundo. Incapaz de sentir-se em casa independente de onde estivesse, a reação a essa anestesia existencial foi justamente trilhar o caminho de volta. E esse sujeito

³⁹⁶ BITTENCOURT, op.cit., p. 127.

³⁹⁷ Cf. AZEVEDO, Ana Vicentini de. *Mito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 30.

³⁹⁸ ARREGUI, 2003, p. 26. Tradução de Sergio Faraco.

³⁹⁹ ARREGUI, 2003, p. 57. Tradução de Sergio Faraco.

⁴⁰⁰ ARREGUI, Mario. *A cidade silenciosa*. Tradução de Sergio Faraco. São Paulo: Movimento, 1985. p. 31.

descentrado da pós-modernidade propôs-se, então, a revisitar o seu passado de forma terapêutica na busca do seu “sentir” recalçado. Afinal, em que consiste a psicanálise senão nessa volta de si para si, na busca do Eu?

Assim, o conto, que tem desempenhado um papel significativo dentro dos sistemas literários latino-americanos, passou a exercer, também, a função de “dar vazão às inquietações, problemas e questionamentos”⁴⁰¹ dentre os quais se elenca a busca da identidade. Diferentemente dos roupantes nacionalistas, porém, Bittencourt observa um novo caráter das produções literárias:

Hoje em dia, embora com distintas motivações, a questão identitária permanece viva, agora iluminada e ampliada pelas perspectivas pós-coloniais que, ao invés de aspirarem à unidade nacional, preocupam-se em comprovar a heterogeneidade da formação cultural dos povos latino-americanos e o conseqüente hibridismo das produções artístico-literárias⁴⁰².

E Faraco é, sem sombra de dúvidas, representante dessa vertente engajada com o diálogo dos povos latino-americanos e com o hibridismo, razão pela qual urge que se detenha mais atenção à produção do escritor e do tradutor alegretense.

⁴⁰¹ BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. Conto e identidade literária na América Latina. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p 23-28. dez. 2003. p.23.

⁴⁰² Id. Ib., p. 23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que qualquer análise que se proponha a vasculhar os influxos platinos no sistema literário sul-rio-grandense parecerá demasiado pretensiosa se não levar em conta que o trabalho do exegeta é limitado, como toda pesquisa acadêmica, e que se deve estruturar em face de um recorte estabelecido previamente. Contudo, mesmo diante do foco deste trabalho, ou seja, da contribuição de Sergio Faraco para o sistema literário sul-rio-grandense e brasileiro, tem-se agora a impressão que ainda há muito a ser dito e outro tanto a ser investigado.

Certamente, uma boa parcela dos questionamentos propostos para nortear essa dissertação de mestrado foi alcançada. Tinha-se o escopo de rever a constituição do sistema literário do Rio Grande do Sul, ainda refém da formação de mitos aos moldes do nacionalismo cultural, e sua paulatina emancipação para uma perspectiva mais afeita à celebração das fronteiras como espaço privilegiado para o intercâmbio e o diálogo. Esse resgate histórico foi levado a cabo, embora se tenha a consciência, com Edgar Morin, de que as verdades aqui apresentadas são relativas – como todas as verdades, com efeito, pois o ato de conhecer implica reconhecer o grau de precariedade e de provisoriedade existente em tudo que se cria. E trabalho científico é, também, um ato de criação, já que sujeito àquela parcela de imaginação admissível à abordagem não-tecnista - especialmente na Literatura.

Ademais, era missão desta dissertação recordar que os influxos platinos na literatura dos gaúchos constituíram um evento histórico de singular importância, ainda que negados sistematicamente pela crítica. As influências de obras clássicas da literatura platina na obra de célebres escritores sul-rio-grandenses foram confessadas e só muito depois reconsideradas. Mas não só isso: também as histórias das gentes simples, dos tropeiros, da peonada e dos chibeiros atravessaram as fronteiras políticas e vieram compor os casos contados num galpão, junto ao fogo de chão ou enquanto circulava o mate. E essas histórias, da mesma forma, integraram o entorno cultural desses pagos e conformaram um imaginário, ao mesmo tempo tão próximo e tão distante, que se pretendeu delinear aqui.

Em função disso, pareceu conveniente recuperar o interesse pelos gêneros literários a explicar a razão do gosto pela narrativa curta. Na era da suntuosidade, das grandes produções cinematográficas, das produções televisivas de uma longitude quase infindável, como é o caso de muitos seriados, aguçava a curiosidade a sustentação do conto como gênero de interesse. Especulando-se algumas possibilidades, a retomada do narrador, quase aos moldes do que queria Benjamin, com toda a sua carga de compartilhamento de experiência, e a aproximação do conto à noção de fronteira foram alguns pontos explanados.

Entretantes, procedeu-se à apresentação do Faraco-escritor e sugeriu-se a análise de dois contos (“Dois guaxos” e “Travessia”) com o objetivo de exemplificar os temas, as tramas e os esquemas narrativos que se afirmou caracterizar o trabalho do autor. Não obstante, era visível a desconstrução dos mitos e a tarefa de revelar o personagem simples, tão humano e desprovido de superpoderes, tão nostálgico, tão sozinho, tão fora de si, do centro ou da felicidade. Confirmava-se, assim, que a obra de Faraco estava imbricada com o quadro hodierno de descentramento do sujeito e de submissão às crises de valores promovidas pela dinâmica do descarte, característica de períodos de declínio da tradição e mote comum da pós-modernidade. Percebeu-se, então, juntamente com tantos pesquisadores que se detiveram no trabalho do contista alegretense, bem como os leitores do premiado escritor, que a narrativa de Faraco cativa, justamente, por abordar as agruras da vida com a simplicidade conquistada pela paciente elaboração e a sabedoria atingida com a compreensão da humanidade. Habilidade essa que, na narrativa, só se torna possível a partir da visão de um narrador limitado em sua percepção de mundo, seja pela pouca idade ou pelo retorno à infância, seja pela escassez de malícia.

Rompendo com a construção do gaúcho valentão e antítese do castelhano, a narrativa de Faraco deixou à mostra duas importantes premissas: (1) a tradição sul-rio-grandense continua em voga: a escrita imiscuída de castelhanismos, os temas próprios do pampa e os personagens submetidos aos dramas da fronteira seguem compondo narrativas ao gosto do leitor contemporâneo; (2) o regionalismo teve de ser revisado para seguir atraente ao consumo de leitura da pós-modernidade: a cultura comprometida com os roupantes nacionalistas ou a promover a imagem do homem imbuído de superpoderes já não poderia se sustentar ante a crise de valores. O leitor ainda precisa da identificação com o lugar na literatura, porém não busca a

construção literária do Rio Grande do Sul como *cosmos* perfeito e acabado. Em meio a tudo isso, enquanto o Eu era reformulado em frente ao resgate das tradições e a busca de pilares identitários, a imagem do Outro ia sofrendo um novo enfoque.

O castelhano, como gaúcho do lado “de lá” da fronteira, como o Outro forjado sob as fraturas do Estado-nação aglutinador, recebeu um tratamento diferenciado nas narrativas mais contemporâneas. Não mais o inimigo, não mais o invasor, não mais o responsável pela degradação da paz e dos costumes, o *gaucho* platino era, então, só mais um *orillero* a comprovar, em tempos de queda de fronteiras, que as angústias são as mesmas, independente do terreno em que se pise. Essa nova percepção influenciou na atividade tradutória e o mesmo Faraco, narrador que tanto impressionou com seu trânsito entre idiomas e culturas, foi quem tratou de promover a inserção de importantes títulos latino-americanos no sistema literário brasileiro. Muitos platinos foram traduzidos e isso constituiu, por si só, um ato político de bastante relevância, pois demonstrou o engajamento de pôr-se, na ordem do dia, as semelhanças entre os seres humanos de um e outro lado da fronteira. Mais do que mera reprodução do Outro em língua vernácula ou um processo de tradução cultural, o acolhimento dos platinos foi, melhor dizendo, a disposição de trazer ao debate as semelhanças narrativas, culturais e ideológicas que unem esse pampa outrora sem alambrado.

Um escritor uruguaio traduzido por Faraco foi especialmente considerado no decorrer desta dissertação. Não só pela amizade de quase quatro anos ou pelas correspondências trocadas durante todo esse tempo, Mario Arregui foi um espelho considerável para que Faraco vislumbrasse o Outro dentro de si. A atividade tradutória, mais do que causa, foi consequência da identificação entre ambos. O alegretense, por várias vezes, declarou ter encontrado em Arregui muitos contos dos quais gostaria de ter sido o autor e, por isso, empenhou-se em vertê-los ao português e publicá-los por uma editora do centro do país. Na trilha do Faraco-tradutor, esta pesquisa propôs a discussão sobre a existência de normas que possibilitaram o cruzamento das fronteiras políticas através da tradução. Afinal, essa travessia tornou-se viável justamente em função da confirmação de esquemas culturais e da relação de proximidade entre a cultura traduzida e a de destino, que celebrou a recepção do texto traduzido.

Com efeito, todas essas questões foram apresentadas no decorrer deste trabalho acadêmico. Não obstante, uma pergunta ficou, adrede, sem resposta. Neste momento em que a malha teórica já está tecida e as análises clamam por um encerramento, retoma-se o questionamento de Hall⁴⁰³ sobre o destino dos localismos em face dos novos contornos globalizantes. As três possíveis conseqüências postuladas consistiam em especular se: (a) as identidades “locais” estariam se *desintegrando* como resultado da homogeneização cultural; (b) elas estariam sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; (c) elas estariam em declínio, em detrimento de *novas* identidades (híbridas) que tomariam seu lugar.

No tocante à literatura sul-rio-grandense, a partir do caso analisado, o de Sergio Faraco, pode-se concluir que, de certa forma, a literatura sul-rio-grandense sofreu fortemente o impacto das forças pós-nacionais. Ao invés de “desintegrar-se”, porém, melhor seria afirmar que ela foi revista e rearticulada, desvencilhando-se da perspectiva de literatura engajada na invenção de tradições, no sentido que lhe dá Hobsbawm. Não mais se lida com essa manifestação artística comprometida com a manutenção da centralidade do poder e da autoridade no Brasil, a negar as fraturas sob o teto homogeneizante do Estado-nação, visto que a narrativa contemporânea tem-se caracterizado, justamente, pela celebração do diálogo e da diferença. Inclusive, essa é a razão pela qual a atividade tradutória tem adquirido uma relevância sem precedentes.

A partir disso, outras questões bastante pertinentes delineiam-se. Primeiramente, traça-se a suposição de que a preferência pelos temas gaúchos não decorre de uma resistência à globalização. Se o leitor de Sergio Faraco estruturasse seus gostos por uma questão de bairrismo, ou seja, de inserir-se pela narrativa do berço afetivo, do Rio Grande do Sul, rejeitando o que lhe é alheio, não consumiria a narrativa de Arregui, por vezes tão marcada pela política e pelo contexto social uruguaio. A queda de barreiras para a literatura não pode ser, portanto, explicada como reação à queda de fronteiras políticas, pois isso constituiria um flagrante paradoxo. Mais viável parece arriscar que o interesse pelos contos de Arregui, que inclusive foram republicados no formato *pocket* pela Editora L&PM, decorre de um anseio de retorno à tradição, considerada esta sob uma perspectiva dissociada dos caracteres nacionalistas. O homem descentrado da pós-modernidade não quer discursos ideológicos, mas, isto sim, algo que lhe seja dotado de

⁴⁰³ HALL, op. cit., p. 69.

significado, que lhe defina o ancoramento identitário, como a certeza de que ele tem uma origem, uma história, um lugar a marcar-lhe o ser e que, talvez, possa curá-lo desse intermitente sentimento de estranhamento frente ao mundo.

Por outro lado, é, sim, possível afirmar que a cultura sul-rio-grandense tem sido reforçada. O surgimento dos CTGs, que tão rapidamente se disseminaram, marcou o início desse processo. Veja-se, ainda, o grito das torcidas de futebol quando em partidas contra times do centro do país: “Ah! Eu sou gaúcho!”. Ou então, a enquete do jornal *Zero Hora* a questionar a reação da população perante as comemorações da Semana Farroupilha: 45,65% dos entrevistados declararam que ficam mais atraídos pela tradição gaúcha; 36,73% informaram que gostam, mas não se envolvem nas festividades, e apenas 17,62% afirmaram não dar atenção ao evento⁴⁰⁴. Isso significa dizer que 82,38% dos gaúchos apreciam esse resgate tradicionalista, e que quase metade da população se sente mais atraída pelos temas da terra. Além disso, é crescente o interesse pela literatura dos gaúchos e isso pode ser observado no aumento de tiragem, de vendas, de reconhecimento pela crítica e até mesmo de bilheteria, quando consideradas obras adaptadas ao cinema. Tome-se o exemplo de *O quatrilho*, baseado na obra homônima de José Clemente Pozenato, indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 1996. Após longo período de ostracismo, essa obra veio consagrar a produção cinematográfica brasileira justamente a partir de uma narrativa do Rio Grande do Sul. A partir daí, vários filmes consagraram os temas gaúchos, como: *Lua de outubro*, *Anahy de las misiones*, *Netto perde sua alma*, *Concerto campestre*, *Diário de um novo mundo* (baseado em *Um quarto de légua em quadro*), entre outros tantos títulos.

Da mesma forma, o caminho contrário também tem sido traçado. Os olhares do centro parecem mais empenhados em legitimar a diferença dos costumes e das tradições gaúchas, antes deixadas à margem. A produção da minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, veiculada com grande índice de audiência em rede nacional, rompeu um jejum desde 1985, quando *O tempo e o vento* trouxe às telas a história dos gaúchos. A inclusão de Simões Lopes Neto e Sergio Faraco entre *Os cem melhores contos brasileiros do século XX*, em coletânea organizada por Ítalo Moriconi, professor da UERJ, reitera a premissa. E a transformação de *Dançar tango em Porto Alegre* em

⁴⁰⁴ ZERO HORA. *Enquete da semana*. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/jornais/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Home>> Acesso em 03 set. 2006.

microssérie produzida pela Rede Globo só veio reafirmar o nome de Faraco no cenário nacional, após vários de seus contos já terem sido transformados em curtas-metragens.

Finalmente, é impossível negar que uma nova identidade vem-se conformando entre os pampianos. O gaúcho não mais se considera um sul-brasileiro tão-somente, pois não deixou de assumir ares urbanos e, poder-se-ia dizer, pós-modernos até. Assumindo e enfatizando suas diferenças, seus contornos próprios, o gaúcho obteve maior autonomia e, assim, pôde-se voltar aos seus vizinhos platinos sem os ressentimentos de outrora. Talvez não seja o caso de afirmar que uma identidade híbrida tenha tomado o lugar da auto-imagem do gaúcho, mas, isto sim, que a crise de centralidade tenha deixado transparecer um hibridismo há muito existente. Contudo, as influências culturais platinas continuam a operar e quem sabe o quanto ainda podem transformar as identidades fronteiriças. O importante é que gaúcho, e sua posição no entre-lugar da cultura, ocupando um espaço brasileiro privilegiado na confluência do Prata, pode, finalmente, assumir e cantar com ufania suas peculiaridades. Enfim, em meio a tudo isso, apenas uma certeza permanece: a de que a gauchidade está em alta e que algo deve haver para explicar o crescente interesse pelas tradições e pelas coisas do Rio Grande. Se as respostas apresentadas neste trabalho de mestrado não foram suficientes, aí está o desafio para pesquisas porvir.

Encerrando, restam alguns tópicos correlatos à pesquisa desenvolvida e que podem contribuir sobremaneira para a melhor compreensão do sistema literário sul-rio-grandense e para o ganho de complexidade diante da difícil tarefa de conhecer. Percebeu-se que Faraco, enquanto tradutor, deixou muitas marcas suas ao longo do texto traduzido de Arregui. Tomou-se por justificativa a isso a identificação entre a literatura de ambos e a permeabilidade dos temas e da linguagem em face do entorno pampiano. Fica, porém, a dúvida: como se comporta o Faraco-tradutor quando diante de textos não passíveis de serem transportados à veia afetiva da campanha, tais como sua tradução de Gorki ou mesmo de Unamuno? Nesses casos, o Faraco-escritor também se deixa perceber de forma insinuante? Além disso, como se comportam os tradutores Outros quando diante de um texto tão carregado de marcas culturais como é o caso dos contos de Faraco? Ao gaúcho brasileiro se domestica, ou não, quando da apresentação na fronteira? Ainda: caberia um trabalho mais detalhado sobre as fronteiras que se deixam perceber nos textos ditos de “temática urbana”, eis que, aí, há também uma tensão conformada pelos

“entre-lugares” que se inserem na narrativa na visão de personagens oprimidos pelas cidades e que sentem não compartilhar com ela as euforias de tantos outros.

Esses, porém, são apenas alguns motes a exemplificar quão aberta permanece a obra de Faraco aos estudos comparatistas e quanto ainda pode ser feito para que se conceda, a esse querido escritor, o lugar que merece, também, na Academia.

REFERÊNCIAS

35CTG, *Histórico*. Disponível em: <<http://www.35ctg.com.br/historico/historico.html>> Acesso em: 20 jan. 2006.

AGUIAR, Flávio. *A épica riograndense*. Disponível em: <http://www.celpsyro.org.br/epica_riograndense.php> Acesso em: 01 nov. 2003.

ALKMIN, Sérgio Vaz. *Tiradentes: a origem do mito e o mito de origem*. Disponível em: <<http://gold.br.inter.net/luisinfo/cidadania/tiradentes.htm>> Acesso em 02 mar. 2006.

ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.

APARAÍN, Mario Delgado. El rechazo de los límites. *Jaque*, Capítulo 1 Cultural, Montevideú, 26 abr. 1985.

AREND, João Cláudio. *O mito do gaúcho-herói e o imaginário social em “Contos gauchescos e lendas do sul”*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1995.

ARREGUI, José Martín. Arregui por Arregui. *Jaque*, Capítulo 1 Cultural, Montevideú, 26 abr. 1985.

ARREGUI, Mario. *A cidade silenciosa*. Tradução de Sergio Faraco. São Paulo: Movimento, 1985.

_____. *A propósito del cuento*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/cuento.htm>> Acesso em: 15 fev. 2006.

_____. *Cavalos do amanhecer*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2003.

_____. *La escoba de la bruja*. Montevideú: Acali Editorial, 1979.

_____. *Los mejores cuentos*. Montevideo: Ediciones de la banda oriental, 1996.

_____. *Ramos generales*. Montevideú: Arca, 1985.

_____. *Tres libros de cuentos*. Montevideú: Arca, 1969.

ARREGUI, Mario; FARACO, Sérgio. *Correspondencia: 1981 – 1985*. Montevideo: Monte Sexto, 1990.

AZEVEDO, Ana Vicentini de. *Mito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BARRÁN, José Pedro. *El Uruguay pastoril y caudillesco en la primera mitad del siglo XIX*. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/historia/Uy.hist2.htm>> Acesso em: 03 jan. 2006.

BASSNETT, Susan. *Comparative literature: a critical introduction*. Oxford / Cambridge: Blackwell, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Breve história da Argentina*. São Paulo: Ática, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Benjamin, Horkeimer, Adorno e Habermas – Textos escolhidos* (Coleção “Os pensadores”). São Paulo: Abril, 1983.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Gilda Neves da Silva. Conto e identidade literária na América Latina. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p 23-28. dez. 2003.

_____. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 1999.

BITTENCOURT, G.N., MASINA, L. S., SCHMIDT, R. T. (Orgs.). *Geografias literárias e culturais: espaços / temporalidades*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BLOOM, Harold. *Como e por que ler*. Tradução José Roberto O'Schea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 35. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSSLE, João Batista Alves. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

BRANDO, Oscar. *Um surtido de Ramos generales: apuntes para uma poética de Mario Arregui*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/surtido.htm>> Acesso em 10 mar. 2006.

CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CAMPS, A; GALLART, M. et al. *Traducción y di-ferencia*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

CARBONELL I CORTÉS, Ovidi. *Traducir al outro: traducción, exotismo, poscolonialismo*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1997.

CARPINEJAR, Fabrício. *Uma estadia no inferno russo*. Disponível em:

<<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/comentcrit2.htm>> Acesso em: 01 jul. 2006.

CARVALHAL, Tania Franco. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTELLO, J. R. et al. (Org.) *Práticas de integração nas fronteiras: Temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Edufrgs / Goethe / ICBA, 1995.

CÉSAR, Guilhermino. *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Editora da Universidade, 1994.

_____. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul / Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978.

CHIAPPINI, L; MARTINS, M. H.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.) *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Instituto Estadual do Livro, 2004.

CIORANESCU, Alejandro. *Princípios de literatura comparada*. Tenerife: Universidad de la Laguna, 1964.

CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. v. 4. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Global, 1997.

COUTINHO, E.F.; BEHAR, L. B.; RODRIGUES, S. V. (Orgs.) *Elogio da lucidez: a comparação literária em âmbito universal; textos em homenagem a Tania Franco Carvalhal*. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções culturais, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *Excerpt from différance*. Tradução ao inglês de Alan Bass. Disponível em: <http://www.hydra.umn.edu/derrida/diff.html> Acesso em: 02 nov. 2005.

DURAND, José Carlos. A cultura como objeto de política pública. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8579.pdf> Acesso em: 10 dez. 2005.

EL CLARÍN. *Hallan archivos de la dictadura en Uruguay*. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2006/07/01/um/m-01226112.htm> Acesso em: 01 jul. 2006.

FARACO, Sergio. *Contos completos*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____. *Livros publicados no Brasil*. Disponível em: <http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/livrosbras.htm> Acesso em: 10 mar. 2006.

_____. *Uma entrevista*. Disponível em: <http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/entrevista.htm> Acesso em 02 dez. 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. v. 4. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. *Identidade e construção do imaginário regional em “Dançar tango em Porto Alegre”*. Disponível em:

<<http://pessoal.portoweb.com.br/sergiofaraco/comentcrit.htm>> Acesso em: 01 jul. 2006.

FISCHER, L. A; GONZAGA, S. (Coord.) *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai. *Verso e reverso*. São Leopoldo, n. 11, p. 29-42. jul./dez. 1992.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luisa X. de A. Borges. 4. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2005.

GIL, Daniel. *El terror y la tortura*. Montevideú: EPPAL. 1990.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. vol. 1. Porto Alegre: LP&M, 2002.

GONZAGA, Sergius. *Curso de literatura brasileira*. Porto Alegre: Leitura XI, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001

_____. *Era das transições*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *Identidades nacionales y postnacionales*. Tradução ao espanhol de Manuel Jiménez Redondo. 2. ed. Madri: Tecnos, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mitos e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.) *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

HOHLFELDT, Antonio Carlos. *Conto brasileiro contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IMBER-BLACK, Evan (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

IZQUIERDO, Iván. *Tempo de viver*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Tradução ao português de BLIKSTEIN, I.: PAES, J. P. São Paulo: Editora Cultrix. 1974.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução de Maria Elisa Cevasco. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

JIMÉNEZ, Jorge. Crónicas de la disidencia: contracultura y globalización en América Latina. *Revista de filosofía*, San José (Costa Rica), vol.35, n° 86, 1997.

KALIMAN, Ricardo. Un marco (no “global”) para el estudio de las regiones culturales. Tucumán: Facultad de Filosofía y Letras; Instituto de Historia y Pensamiento Argentinos, 1994.

KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas*. Reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998.

LARANJEIRA, Mário. *Poética da tradução*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LECHNER, Norbert (Org.). *Estado y política en América Latina*. Siglo XXI Editores: México, 1981.

MARTINS, Cyro. *Para início de conversa*. Disponível em:
<<http://www.celpsyro.org.br/paraInicioConversa.php>> Acesso em: 01 nov. 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Huicitec, 1997.

MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MARTINS, Maria Helena. *Pagos, passagens e incertezas*. Disponível em: <http://www.celpsyro.org.br/documentos/Pagos_passagens_incertezas.pdf> Acesso em: 10 fev. 2004.

MASINA, Léa. *Alcides Maya: um sátiro na terra do Currupira*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; São Leopoldo: Unisisnos, 1998.

_____. *Martín Fierro na literatura brasileira: os rastros de um percurso*. Disponível em: <<http://www.ceud.ufms.br/litcomp/forum/forum14.htm>> Acesso em: 06 nov. 2003.

_____. *Percursos de leitura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro / Movimento, 1994.

_____. Tradição, transformação e renovação na literatura sul-rio-grandense de fronteiras. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p. 45 – 51, dez. 2003.

MELO, José Luiz Bica de. *Fronteiras abertas: o campo do poder no espaço fronteiriço Brasil-Uruguai no contexto da globalização*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MEYER, Augusto. *Prosa dos pagos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

MILLER, Gerard (Org.) *Lacan*. Tradução de Luiz Forbes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

MIRANDA, Wander Melo. Nações literárias. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 02, p. 31-38, mai. 1994.

MORAÑA, Mabel. (Org.). Crítica cultural y teoría literaria latinoamericanas. *Revista Iberoamericana*. n.º 176-177, Vol. LXII, jul.-dez. 1996.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *O método*. Tradução de Maria Gabriela Bragança. 2. ed. v. 1, Lisboa: Europa-América, 1991.

_____. *O método*. Tradução de Maria Gabriela Bragança. 2. ed. v. 4, Lisboa: Europa-América, 1991.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-nação*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, Denise Vallerius de. Repensando as fronteiras: a tradução de identidades na obra de Jorge Luis Borges. *Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 51-63. 2004.

PAZ, Octavio. *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Tusquets, 1971.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Gaúcho: mito e história. *Letras de hoje*, Porto Alegre, n. 77, p. 55-63, set. 1989.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PIGLIA, Ricardo. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. V. 02. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.

- RAMA, Angel. *Mario Arregui: la interrogación ética del hombre*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/rama.htm>> Acesso em: 01 fev. 2006.
- REVERBEL, Carlos. *O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata*. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- RICCIOPO, Hernán. *Argentina en la época de Rosas*. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos6/aros/aros.shtml>> Acesso em: 03 jan. 2006.
- ROCCA, Pablo. *Mario Arregui: la pasión de contar*. Disponível em: <<http://letras-uruguay.espaciolatino.com/arregui/nota.htm>> Acesso em: 20 set. 2005.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- RODRIGUES, Sara Viola. Tradução cultural: o que acontece em *Um castelo no pampa*, de L. A. de Assis Brasil. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, p. 109-114, dez. 2003.
- ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora UNB, 1997.
- ROLIM, Marcos. et. al. *Justiça restaurativa: um caminho para os direitos humanos?* Porto Alegre: Instituto de Acesso à Justiça, 2004.
- RÓNAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1962.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHNEIDER, Elenor. O conto tradicional e o novo conto na literatura sul-rio-grandense. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 40, pp. 67-101. jan. / jun. 2001.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 4. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Forense, 1975.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 15. ed. rev., atual. São Paulo: Malheiros, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Tradução de Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

STROHAECKER, Tânia Marques et. al. (Orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Fundação de Economia e Estatística; Lajeado: Editora da UNIVATES, 1998.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução*. Tradução de Laureano Pelegrin et. al. Bauru: EDUSC, 2002.

VENUTI, Lawrence. (Ed.) *The translation studies reader*. London / New York: Routledge, 2000.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires (Org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG e Curso de Pós-Graduação em Estudo Lingüísticos, 1996.

VITALE, Ida. Notas sobre los relatos de Mario Arregui. *Jaque*. Capítulo 1 Cultural, Montevidéo, 26 abr. 1985.

VOLPE, Miriam. *Geografías del exilio*: Mario Benedetti. Montevidéo: Ediciones La Gotera, [s/d].